PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

CLÁUDIA LILIANE VIANA

COZINHA NOVA E PÉ NO CHÃO: PERSPECTIVAS SOCIOANTROPOLÓGICAS SOBRE FAMÍLIA, INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS E DIREITOS HUMANOS

CURITIBA

2020

CLÁUDIA LILIANE VIANA

COZINHA NOVA E PÉ NO CHÃO: PERSPECTIVAS SOCIOANTROPOLÓGICAS SOBRE FAMÍLIA, INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS E DIREITOS HUMANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH). Área de concentração: Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Orientador: Profa. Dra. Jucimeri Isolda Silveira

Coorientador: Deiler Raphael Souza de Lima

CURITIBA

2020

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB-9/1636

Viana, Cláudia Liliane
V614c Cozinha nova e pé no chão : perspectivas socioantropológicas sobre família,
2020 intervenções institucionais e direitos humanos / Cláudia Liliane Viana ;
orientadora, Jucimeri Isolda Silveira ; coorientador, Deiler Raphael Souza
Lima. -- 2020
149 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2020.
Bibliografia: f. 140-145

1. Direitos humanos. 2. Famílias. 3. Etnologia. 4. Assistência social. 5. Política
pública. 6. Instituições sociais. I. Silveira, Jucimeri Isolda. II. Lima, Deiler Raphael
Souza. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas.
IV. Título.

CDD. 20.ed. – 323.4

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado S*tricto Sensu*

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 065
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

CLÁUDIA LILIANE VIANA

Aos, trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte, às dez horas, reuniu-se, pelo sistema Collaborate, a banca examinadora constituída pelos docentes: Professora Doutora Jucimeri Isolda Silveira, Professor Doutor Rodrigo Alvarenga, Professor Doutor Leonardo Carbonieri Campoy e Professor Doutor Nizan Pereira Almeida, para examinar a dissertação da candidata, **Cláudia Liliane Viana,** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, Turma dois mil e dezoito, Área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **COZINHA NOVA E PÉ NO CHÃO: PERSPECTIVAS SOCIOANTROPOLÓGICAS SOBRE FAMÍLIA, INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS E DIREITOS HUMANOS**. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi APROVADA pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às 13 horas e 30 minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que devido realização de banca por videoconferência segue com assinaturas digitais da presidente da banca Jucimeri Isolda Silveira e da coordenadora do Programa Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla.

Profª. Drª. Jucimeri Isolda Silveira
Presidente/Orientadora – participação por videoconferência

Prof. Dr. Rodrigo Alvarenga
Convidado Interno - participação por videoconferencia

Prof. Dr. Leonardo Carbonieri Campoy
Convidado Interno - participação por videoconferencia

Prof. Dr. Nizan Pereira Almeida
Convidado Externo - participação por videoconferencia

Profª. Drª. Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Conselhos para mulher Forte

[...]
Se és uma mulher forte
prepara-te para a batalha:
aprende a estar sozinha
a dormir na mais absoluta escuridão sem medo
que ninguém te lance cordas quando rugir a tormenta
a nadar contra a corrente.
Treine-se nos ofícios da reflexão e do intelecto.
Lê, faz o amor a ti mesma, constrói teu castelo
o rodeia de fossos profundos
mas lhe faça amplas portas e janelas.
É fundamental que cultives enormes amizades
que os que te rodeiam e queiram saibam o que és
que te faças um círculo de fogueiras e acendas no centro de tua habitação
uma estufa sempre ardente de onde se mantenha o fervor de teus sonhos.
Se és uma mulher forte
se proteja com palavras e árvores
e invoca a memória de mulheres antigas.
Saberás que és um campo magnético
até onde viajarão uivando os pregos enferrujados
e o óxido mortal de todos os naufrágios.
Ampara, mas te ampara primeiro.
Guarda as distâncias.
Te constrói. Te cuida.
Entesoura teu poder.
O defenda.
O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.
(Gioconda Belli, Nicarágua, 1948)

Dedico meu trabalho às minhas mulheres. Minha mãe, Cleide Winck Picasso, e avós, Eva Padilha Viana e Adélia Kurek Winck.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não poderia ter sido desenvolvida sem o auxílio de muitas mentes brilhantes, que estiveram presentes de maneiras e intensidades distintas.

Agradeço inicialmente à minha orientadora, Jucimeri Isolda Silveira, por ter se mostrado disposta a oferecer estímulos que contribuíram imensamente para minha superação diária no processo de escrita, por acreditar no meu potencial e, especialmente, pela compreensão silenciosa e respeitosa sobre os caminhos pouco convencionais que tracei, mas que me possibilitaram ampliar a visão sobre o tema proposto e questionar minhas próprias certezas.

Aos professores que compõem a banca de defesa da dissertação. Agradeço imensamente ao professor Rodrigo Alvarenga, pela sensibilidade e potência nas aulas do mestrado. Ao professor Leonardo Carbonieri Campoy, pela solidariedade e dedicação ao ler e corrigir meus textos, instigar minha capacidade reflexiva e me fazer confiar na magia da antropologia.

Às minhas colegas, Danielle Silveira Tavares e Aline do Rocio Neves, por serem, sobretudo, uma brisa suave em dias intempestivos. Elas tornaram esse caminho muito mais atraente, interessante e leve.

Agradeço particularmente ao meu grande amigo e colega, Deiler Raphael Souza de Lima, por ter me guiado do início ao final dessa trajetória. Por me fazer vestir um pouco da alma antropológica. Por acreditar na minha capacidade, quando eu duvidava. Pelas longas conversas e explicações sobre as teorias de Roy Wagner, Erving Goffman, Pierre Clastres e tantos outros autores da antropologia. Pelas leituras críticas, orientações e correções. Por ser presença constante e crucial para o desenvolvimento deste trabalho. Pela paciência, pela paciência, pela paciência. Por ser inspiração e exemplo de força, determinação, solidariedade e companheirismo. Muito grata por esse nosso encontro!

Aos meus irmãos, por todo apoio, carinho e amor.

À minha família e a todos os que vieram antes. A todas essas partes que eu não conheço e que compõem de uma forma mágica e preciosa o meu nascimento e a minha biografia. A essa força transgeracional e transcendental, que opera como uma divindade na minha existência e na superação diária dos meus limites.

Agradeço, por fim, à família de Ana, que compõe o cenário dessa dissertação. O compartilhamento de experiências me fez conhecer mais profundamente as minhas

próprias dores e limitações. Afetamo-nos, uns mais que outros, mas, certamente, todos em certa medida, nesses meses de pesquisa. Foi lindo e profundo. Grata!

Marielle, presente!

(2018)

RESUMO

Este trabalho socioantropológico, realizado na cidade de Porto União (SC), tem por finalidade compreender as relações entre as famílias atendidas pelas políticas públicas sociais — especialmente da assistência social e da saúde — e profissionais que atuam no âmbito dos serviços da rede de proteção local. Organizada em três etapas, a primeira consiste em uma etnografia, proveniente do acompanhamento de uma família que passou por processo de suspensão do poder familiar e que conseguiu, após aproximadamente dois anos de acolhimento institucional, reaver a guarda dos filhos. A segunda busca analisar a partir da etnografia e de uma literatura consolidada das Ciências Sociais, tais como: Clastres (2003); Donzelot (1980); Fonseca (1989; 2004; 2006); Foucault (2014; 2018); Sarti (1994; 2003) e Wagner (2010), temas que coadunam com as experiências obtidas a partir do campo, sua rotina de vida, interação com a rede de serviços que a acompanha. Por fim, buscou-se estabelecer uma intersecção entre as experiências tidas com a família e a teoria crítica dos Direitos Humanos, propondo uma desnaturalização de modelos familiares que parecem potencializar conflitos sociais e a busca por alternativas acerca das insuficiências dos serviços públicos na esfera dos cuidados e da proteção.

Palavras-chave: Família; Etnografia; Intervenções institucionais; Direitos Humanos; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This socio-anthropological study conducted in Porto União (SC) aims to understand the relationship between families assisted by social public policies, especially social assistance and public health, and the professionals working on local protection network services. It is divided in three phases. The first phase consists in an ethnography originated from the monitoring of a family which went through the process of suspension of family power and, after about two years of institutional counseling, was able to recover child custody. The second phase analyzes, based on this ethnography and consolidated literature of Social Sciences such as Clastres (2003); Donzelot (1980); Fonseca (1989, 2004, 2006); Foucault (2014, 2018); Sarti (1994, 2003) and Wagner (2010), subject-matters related to the experiences obtained from the field, the family's life routine and its interaction with the network services accompanying them. Lastly, the study aims to establish an intersection between the family's experiences and critical theory of human rights. It proposes the denaturalization of familiar models that seem to potentialized social conflicts and the pursuance of alternatives for public service insufficiencies on protection and public care.

Keywords: Family; Ethnography; Institutional Interventions, Human Rights, Public Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 UM CAMINHO ACADÊMICO QUE OLHA PARA A FAMÍLIA 14
1.2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS 22
2 O QUE É QUE A FAMÍLIA TEM? 25
2.1 CONSTERNAÇÕES CITADINAS 25
2.1.1 Fogo no parquinho e pé na tábua 40
2.1.2 A “grama” do centro é sempre mais verde 46
2.1.3 Uma família incomoda muita gente 51
2.2 O QUE ESSA GENTE SABE SOBRE NÓS? 55
2.3 QUEM NÃO TEM DINHEIRO RESOLVE COM RABICHO 70
3 FAMÍLIA É SEMPRE O COMEÇO DO FUTURO 80
3.1 DISSIDÊNCIAS CONVERGENTES: HOSTILIDADES E AFETOS 80
3.1.1 Criança em perigo e criança perigosa 82
3.2 DISPOSITIVOS DISCIPLINARES E A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESTADO 93
3.2.1 Poder disciplinar 95
3.2.2 Primeira instituição 98
3.2.3 Segunda instituição 100
3.2.4 Terceira instituição 105
3.3 SUBVERSÃO E INVENÇÃO: PRELÚDIOS DE SOBREVIVÊNCIA 109
3.3.1 A busca e a recusa 113
3.3.2 Criatividades emancipatórias 118
4 PERSPECTIVAS SOBRE FAMÍLIA, DIREITOS HUMANOS E INSTITUCIONALIDADES 121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 135
REFERÊNCIAS 137
ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 1 143
ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 2 144
ANEXO C – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 3 145
ANEXO D – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 4 146

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho socioantropológico tem por finalidade compreender as relações que se estabelecem entre as famílias atendidas pelas políticas públicas de assistência social — saúde, infância e adolescência — e os profissionais que atuam nesses serviços e realizam intervenções no intuito de fortalecer os vínculos socioemocionais e modificar padrões de comportamento considerados prejudiciais, violadores ou de risco no âmbito familiar.

O primeiro capítulo, “O que é que a família tem?”, se baseou no desenvolvimento de em uma etnografia, delineada a partir do acompanhamento de uma família que passou pelo processo de perda ou suspensão do poder familiar e conseguiu reaver a guarda dos filhos. A proposta foi a de obter informações mais contundentes acerca do cotidiano e de como se dão as relações entre o grupo familiar e as instituições públicas que, direta ou indiretamente, acompanham-no.

Já o segundo capítulo, “Família é sempre o começo do futuro”, tem como objetivo analisar discursos que geram um processo de estigma nos espaços de sociabilidade em relação à família pesquisada e, especialmente, em relação à criança Vitor; práticas discursivas e não discursivas dos técnicos dos serviços públicos, identificando convergências ou afastamentos em relação à legislação social vigente e ainda discorrer analiticamente sobre a postura propositiva da família de Ana, bem como a busca pelo acesso a determinados serviços públicos; a rejeição em relação a outros, e a subversão à regra e à lei em prol da satisfação das necessidades de seus integrantes.

A segunda etapa da dissertação, organizada a partir do terceiro capítulo, sob a alcunha “Perspectivas sobre Família, Direitos Humanos e Institucionalidades”, tem como objetivo, estabelecer uma intersecção com a realidade da família pesquisada e as perspectivas sobre Direitos Humanos, que reverberam na construção de políticas públicas homogeneizadoras. Estas, que acabam por sucumbir às multiplicidades dos atores sociais, sobretudo as de famílias pauperizadas e/ou em situação de vulnerabilidade social, como as de Ana.

Nesse sentido, entende-se que a produção de conhecimento sob a ótica das famílias trará outros prismas de análise, contribuirá para a discussão das práticas realizadas nas intervenções a esse público, provocando reflexões e novas possibilidades de pensar e trabalhar na perspectiva da convivência familiar e

comunitária, buscando alternativas para a concretização dos direitos e da dignidade humana.

1.1 UM CAMINHO ACADÊMICO QUE OLHA PARA A FAMÍLIA

Pode-se dizer que o tema dessa dissertação, de certa forma, foi gestado ao longo da minha graduação em Serviço Social, antes da atuação na área forense. Inicia-se no estágio obrigatório, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Dentre tantas e tão diversificadas demandas, detive-me a desenvolver um projeto que realizava atendimento em grupo com famílias que haviam perdido temporariamente a guarda de seus filhos, logo, estes se encontravam sob medida de proteção, em acolhimento institucional. Esse grupo era constituído preponderantemente por pessoas do gênero feminino. Havia apenas um homem, em um grupo de aproximadamente 10 famílias, e que comparecia esporadicamente. A pesquisa procurava compreender o que estava por detrás das expressões da violência intrafamiliar existentes na dinâmica interacional daqueles sujeitos. Obtive algumas respostas a partir da intervenção e da relação com diálogos que estabelecia com esses interlocutores na prática dos atendimentos grupais. Isso me possibilitou não somente entender um pouco mais sobre os fatores sociais, culturais e intergeracionais que permeiam e contribuem para a produção da violência experienciada por essas famílias, mas também identificar a ausência ou insuficiência de serviços públicos que trabalhassem numa perspectiva garantidora de direitos fundamentais às famílias, possibilitando a reintegração da criança/adolescente ao contexto de origem e de forma mais célere.

As histórias de sobrevivência dessas mães – mulheres, pois eram elas do gênero feminino, que participavam dos grupos e lutavam pelo “resgate” de seus filhos – permeavam experiências como as de resistência à miséria, tendo de migrar do interior para o centro da cidade e trabalhar em casas de família para ajudar os pais no sustento da casa; de abusos físicos e sexuais perpetrados por homens que frequentavam suas casas na infância; de naturalização do uso abusivo de bebida alcoólica e outras drogas, reverberando em situações de negligência, abandono afetivo e material desde tenra idade.

Acerca dos aspectos socioeconômicos, todas as famílias do grupo se encontravam submetidas a um processo de desvalia social, empobrecimento e sem

condições educacionais ou profissionais para modificar tal realidade. As histórias são inúmeras, intensas e permeadas de sofrimento humano.

A trajetória dessa pesquisa-ação, realizada ao longo do meu estágio na graduação, possibilitou-me compreender com maior profundidade a vida dessa gente desprovida de capitais simbólicos e, por isso, sem acesso a posições consideradas mais “elevadas” na sociedade. Invisível aos olhos de grupos sociais mais abastados ou, quando vista, tida como um peso, tanto para as famílias “normais”, quanto para grande parte dos técnicos dos serviços públicos que intervém nessas realidades. Possibilitou-me também identificar os efeitos da desigualdade social, racial e de gênero, assim como da insuficiência ou má gestão das políticas públicas, que se mostraram incapazes de resguardar direitos sociais a essa população.

Após iniciar meu trabalho enquanto assistente social forense, pude, através do acesso a relatórios e estudos sociais inclusos nos processos, observar os discursos sobre a vida das famílias, produzidos pelos agentes do Estado, e a ausência da fala desses sujeitos submetidos ao controle estatal.

Essa espécie de anulação de uma das partes nos processos, cumulado às dificuldades de superação de situações consideradas violentas no contexto familiar — dentre outras fragilidades e situações de desigualdade e vulnerabilidades que culminam na permanência da criança/adolescente na instituição de acolhimento – foi o que me motivou a pesquisar, novamente, questões que perpassam esse tema.

Porém, dessa vez, com o objetivo de analisar, através dos discursos das famílias, que tipo de relação se estabelece entre elas e os técnicos dos serviços públicos, que ora suprem suas demandas mais essenciais e imediatas, ora lhes exigem a reprodução de um padrão de comportamento socialmente idealizado — como “retribuição” pelo acesso daquilo que lhes é de direito. Que falam e escrevem sobre suas vidas e sobre as possibilidades de reintegração ou de destituição da guarda de seus filhos.

Nessa perspectiva, priorizar a fala dessas famílias, temporariamente afastadas de seus filhos ou prestes a perdê-los, é como se fosse, a meu ver, uma modesta forma de compensação, já que suas vozes sempre foram silenciadas nos espaços de poder decisórios.

E a etnografia vem contribuir para fazer emergir informações que parecem destoar daquelas elaboradas nos processos judiciais, provocando reflexões sobre uma verdade construída no campo institucional.

Antes de falar sobre essa experiência etnográfica, tão diferente de minha prática profissional, entendo pertinente contextualizar minha função enquanto assistente social forense[1].

Vale enfatizar, primeiramente, que os assistentes sociais, independentemente da instituição na qual trabalham, assumem, enquanto parte de uma categoria profissional, que devem assumir uma postura condizente com o projeto ético-político da profissão[2] e "qualificar suas ações a fim de contribuírem para a ampliação de uma cultura política crítica necessária ao efetivo controle democrático". (BRAVO, 2009, p. 401). Sua intervenção deve se pautar na reflexão crítica da realidade, em uma direção emancipatória, consubstanciada em cabedal teórico, que reverbere em práticas garantidoras de direitos sociais[3].

O serviço social no espaço forense assume certas especificidades e realiza, dentre diversas outras atividades, a perícia social[4], que é a emissão de um laudo social, que colabora para uma decisão judicial. É evidente que exercer nossa profissão em uma instituição que carrega valores positivistas e trabalha numa perspectiva limitada a uma lide processual exige de nós constante busca teórica e reflexão crítica. Os casos imbricados nos processos judiciais são sempre complexos e exigem um olhar profundo sobre contextos, que sempre vão além da lide ou questão central que permeia e justifica a realização do estudo. Observa-se a realidade socioeconômica, política, cultural dos sujeitos, movimentos que permitem identificar as expressões da questão social, matéria prima do nosso exercício profissional.

Eu, enquanto assistente social, contato as famílias, visito suas casas, seus bairros, realizo entrevistas in loco, no fórum, além de reuniões de rede, sediadas tanto no setor psicossocial quanto em outras instituições. Analiso as dinâmicas familiares que puderam ser observadas através do estudo, desenvolvo perícias e produzo

---

[1] Comarca de Porto União (SC).

[2] Representado principalmente pelo Código de Ética Profissional, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

[3] "A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando - se a si mesmos. É ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete a ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática". (KONDER, 1992, p. 115-116).

[4] "A Perícia Social se efetiva a partir da solicitação de uma autoridade, geralmente judiciária. Tem com finalidade última a emissão de uma opinião fundamentada sobre uma determinada situação social que subsidiará decisões da autoridade requerente a respeito da vida de pessoas envolvidas na situação. Portanto, para sua realização, o Assistente Social se utiliza do estudo social, que fornece os subsídios necessários para a elaboração do parecer técnico". (MIOTO, 2001, p. 153).

pareceres sobre suas vidas. Baseio-me em leis, teorias e naquilo que observo com as aproximações, no desenvolvimento do meu estudo. Em suma, é um trabalho que envolve técnica, conhecimento, a apreensão dos fundamentos ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico da profissão[5].

A etnografia também envolve técnica e conhecimento teórico, mas é uma experiência completamente diferente daquilo que exerço na vida profissional. Enquanto etnógrafa, não estive naquele espaço familiar para emitir uma opinião técnica acerca de suas formas de vida, tampouco estive ali sem propósito. O partilhamento de momentos do cotidiano com a família me deu a possibilidade de estabelecer, não apenas uma relação de confiança, e assim obter informações mais fidedignas sobre como interagem com a rede de atendimento, que é o propósito central da etnografia. Mas me proporcionou estabelecer um nível de aproximação nunca experienciado e observar certas dinâmicas "escondidas" para os olhos técnicos, que buscam encaixes perfeitos entre o que se estuda, o que diz a lei e o cotidiano das famílias tuteladas.

O medo e a desconfiança que a família sente quando é avaliada por um técnico, seja para realização de um estudo social, ou em uma visita rotineira, extirpou-se no decorrer da pesquisa de campo. E o estabelecimento desse nível de confiança só ocorre com o tempo. E foi a família que estabeleceu esse tempo, na medida em que compreendeu o meu papel naquela interação. E eu tive a oportunidade de exercitar a desconstrução de alguns anos de prática profissional cuja incumbência central era a de emitir parecer para um julgamento.

O desenvolvimento dessa pesquisa reverberou em um ato de desprendimento de ambas as partes. A relação de confiança foi se estabelecendo na medida em que as pessoas imbricadas na pesquisa passaram a se acostumar com a minha presença

---

[5] "As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. [...] A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com "capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais" (ABEPSS, 2014, p. 2-3).

no habitat delas. E foi a partir daí, dessa sensação de “normalidade” com minha presença, que se tornou cada vez mais intensa a possibilidade de apreensão sobre os sentidos que a família atribui à experiência de estar sob os cuidados, vigilância, regras das instituições que a acompanham.

Antes de iniciar os primeiros contatos com o campo, havia decidido realizar uma pesquisa que analisasse a relação que a família estabelecia com os serviços socioassistenciais[6], restringindo assim o número de instituições públicas. Porém logo entendi o significado da frase “o campo fala”. Deixei de lado a arrogância de tentar estabelecer qual interação seria privilegiada em minha análise, já que seria o campo quem decidiria e muito provavelmente transformaria minhas pretensões iniciais. Não havia nada a fazer a não ser observar quais as instituições que eram mais significativas para e na vida da família.

A interação estabelecida no campo permitiu perceber, com todos os sentidos, que a realidade extrapolava aquilo que estava previamente delimitado por mim. Dei-me conta logo no início do desenvolvimento da etnografia que nada poderia ser pré-estabelecido de maneira rigorosa, pois as delimitações metodologicamente impostas não me permitiriam ver com honestidade aquilo que pairava em minha frente. Se eu não desse espaço à maleabilidade, estaria forjando uma história que não seria propriamente a da família.

Ouvi dizer que um antropólogo só se torna antropólogo quando vai a campo. Bem, eu não sou antropóloga, definitivamente. Mas posso dizer que, ao falar sobre minha experiência etnográfica para alguns antropólogos, dividíamos, em parte, as mesmas inquietações, sensações e os conflitos internos que surgem no campo, mesmo sendo completamente diferentes os objetos de estudo. Finalmente começava a entender aquilo que os poucos textos que li de Antropologia tentavam transmitir, mas que, até então, não atingiam o âmago de minha percepção, não faziam o sentido que depois fizeram quando enfim vesti um pouco da “alma etnográfica”. Só compreendi o movimento de afastamento, a percepção da alteridade e, ao mesmo tempo, a proximidade que ultrapassa a relação pesquisador, pesquisado, no momento em que me encontrava naquela casa com as pessoas que ali viviam, quando estava

---

[6] Serviços e programas da Assistência Social, tais como, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

no parque com os filhos de Ana[7] e percebia o abismo social que apartava ela e sua família do restante dos pais e filhos, quando sentia as angústias de uma família destituída de qualquer credibilidade nos espaços institucionais.

Na etnografia são apreendidas informações que extrapolam a palavra, que muitas vezes estão no campo do não dito. Há um sentido nos gestos, no silêncio, na decisão de permanecer ou se distanciar de uma determinada pessoa, de um determinado local. Os olhares de frustração, de medo e de alegria dificilmente serão captados em uma pesquisa que faz uso da entrevista enquanto método de apreensão de informações. Mas na etnografia é possível. Foi através dessa experiência que tive a possibilidade de entender a perspectiva de Geertz (1989), quando afirma que só é possível distinguir uma piscada de uma piscadela marota na interação empática e humilde com o outro. Estar lá, por exemplo, no momento de uma crise de Vitor, o filho de Ana, poder sentir, ouvir, ver e participar daquele momento, possibilitou-me apreender, de um modo diferenciado, a realidade vivenciada por aquela família.

Para realizar um estudo social, salvo quando não identifico a necessidade de utilizar algum desses instrumentos técnico-operativos, desloco-me à residência das partes envolvidas no processo e busco apreender informações sobre suas vidas através de observações, entrevistas, contato com as instituições que atendem esses sujeitos (escola, posto de saúde, CRAS), o que me possibilita emitir um parecer que se próxima da realidade dos sujeitos envolvidos no processo, colaborando para uma decisão judicial. O meu trabalho tem um caráter investigativo e o estudo social é um instrumento que, nesses casos, produz provas e que tem relevância no processo judicial. Mas o grande diferencial do trabalho desenvolvido com comprometimento ético-político, é justamente a não redução da questão que abarca as histórias de vida desses sujeitos a uma mera lide processual, armadilha tentadora, considerando a burocratização, o excesso de demanda e a pressão por maior celeridade nos estudos. Como bem exemplifica Borgianni (2013, p. 438):

---

[7] Serão utilizados nomes fictícios no decorrer do trabalho.

> [...] Em um processo em que alguém está sendo acusado de negligência para com uma criança, seja o pai ou a mãe: a decisão judicial buscará “recompor o direito da criança que foi violado”, podendo, no limite, alijar ou esse pai ou essa mãe, ou ambos, do poder familiar sobre essa criança. O assistente social, diferentemente de um juiz ou de um promotor, diante de um caso assim, terá que olhar para a totalidade da problemática e suas consequências, e não só para a proteção dos direitos da criança que, sem dúvida, será o foco da atenção do juiz.

E é exatamente nesse ponto em que quero chegar para justificar o impacto positivo e, ao mesmo tempo, a percepção que tive sobre a proximidade e a complementariedade do serviço social forense com a etnografia. Definitivamente, a profundidade com que vivi essa experiência e seus ensinamentos extrapolam aquilo que é apreendido através da realização de um estudo social. E isso não significa ignorar a capacidade e importância do nosso trabalho e dos estudos que atuam enquanto instrumentos de empoderamento dos sujeitos historicamente excluídos e de garantia de direitos que, de outro modo, seriam ignorados. Mas sair de meu estado de conforto e me sujeitar a erros e acertos em uma pesquisa tão diferenciada, justamente por envolver um nível profundo de conexão com o outro, e que possibilitou-me perceber que, apesar do esforço intelectual e técnico no intuito de garantir direitos, ainda são frágeis e errôneas nossas tentativas de compreender o universo que permeia a vida desses sujeitos.

Através da proximidade com o campo, pude perceber ao longo da pesquisa que, aquilo que me parecia familiar, não era apreendido com profundidade na prática profissional. Ou seja, o fato de um objeto ser familiar pode não ser necessariamente conhecido, assim como o exótico pode nos surpreender ao transparecer aspectos familiares nas suas particularidades, portanto “estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. [...].” (VELHO, 1978, p. 39).

É pertinente salientar que essa etnografia foi realizada com uma família que, em decorrência de sucessivas denúncias do conselho tutelar e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, perdeu temporariamente a guarda de seus filhos. Estes foram institucionalizados por aproximadamente dois anos e, posteriormente, reintegrados ao contexto de origem. Nesse sentido, o trabalho também discorre sobre uma análise das intervenções realizadas pelos agentes, buscando identificar se seus movimentos efetivam direitos relacionados à convivência

familiar e comunitária, bem como, o estancamento das situações de violência que justificaram, à época, tal medida.

Vale lembrar ainda que a experiência etnográfica que tive com a família e a possibilidade de adentrar facilmente nesse campo estão invariavelmente relacionadas ao meu “duplo papel”, por assim dizer, de pesquisadora e de assistente social.

Esse “duplo papel”, além de criar, inicialmente, confusões e tentativas frustradas de separar as duas funções de maneira radical, também foi uma espécie de atalho, um elemento de ruptura com o difícil processo de adaptação do “nativo” ao pesquisador e vice-versa.

Ser assistente social forense, ou seja, exercer um cargo vinculado ao sistema judiciário, provoca, de imediato, a consciência da família sobre o poder de coerção institucional que me é outorgado — o que faz com que a aceitação da minha “invasão” nesses espaços privados ocorra sem grandes resistências — e, ao mesmo tempo, a percepção de que essa aproximação com um agente “de poder” pode tornar mais fácil o acesso a direitos negados em outros espaços institucionais — o que transforma essa “invasão” não mais em um fardo, mas em uma possibilidade real de ganhos para uma família periférica.

Não fui, portanto, em momento algum, apenas pesquisadora. E essa “carta na manga”, ou carma — a depender do momento em que se está interagindo com os interlocutores, suas demandas e reivindicações em troca de certas informações — possibilitou-me dar início a um processo acelerado de apreensão de informações sobre a família que, considerando os relatos de pesquisadores da área da antropologia, levariam tempo significativamente maior para serem obtidas.

Portanto as dificuldades que tive parecem ser irrisórias frente às experiências de antropólogos que não tiveram contato prévio com o “nativo”. No meu caso, não só tinha esse contato, como atuava, direta e indiretamente, em suas realidades, além de interagir com os demais profissionais também implicados nessa relação de cuidado, proteção, fiscalização e repressão sobre a família pesquisada.

Nesse sentido, tem-se, portanto, a pretensão de, a partir dos relatos da família submetida às intervenções do Estado — os quais permeiam suas relações com a comunidade; com outros grupos que se encontram no mesmo ou em outro patamar social e econômico; com os agentes dos serviços públicos — compreender se de fato os enunciados desde a Constituição Federal de 1988 sobre os direitos da criança e do adolescente e os Direitos Humanos são assegurados no âmbito das políticas e

práticas vigentes e quais são os avanços e dificuldades existentes na operacionalização dos serviços que visam enfrentar a complexidade da violência intrafamiliar, preservar os vínculos intrafamiliares e possibilitar o retorno e permanência de crianças e adolescentes acolhidos às famílias de origem. E ainda, a partir da teoria crítica dos Direitos Humanos, refletir sobre a busca por alternativas acerca das fragilidades e insuficiências em serviços públicos na esfera do cuidado, as quais acarretam a penalização e a potencialização do sofrimento das famílias mais vulneráveis na sociedade capitalista.

1.2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é desenvolvido a partir do arcabouço teórico-metodológico das Ciências Sociais, no diálogo interdisciplinar com demais áreas, tendo como ferramenta investigativa a etnografia, compreendida como um conjunto de métodos, composta pela observação, descrição e interpretação do campo de estudo. Nesse sentido, realizou-se o acompanhamento de uma família residente em um bairro periférico, composta por quatro integrantes: um casal e dois filhos. Destaca-se que a realidade econômica é precária, mas conseguem prover as necessidades básicas para subsistência.

Ambos os filhos apresentam deficiências e “intercorrências e/ou comprometimentos” cognitivos[8]. No caso do mais novo, Vitor, há também dificuldades de locomoção e de ordem fonológica. Ele estabelece certa comunicabilidade e interação, mas só é realmente compreendido por aqueles que se fazem presente em sua vida diariamente, portanto a dependência em relação aos pais, especialmente à mãe, é intensa. Frequenta a APAE e faz uso de medicamentos para controlar alguns comportamentos impulsivos e obsessivos que o levam a surtos de agressividade.

Nesse contexto familiar, soma-se o fato de as crianças já terem permanecido por dois anos em instituição de acolhimento, e que, portanto, além de a família buscar acesso aos serviços públicos (escola, assistência social, posto de saúde) também é

---

[8] O termo utilizado decorre de uma tentativa, ainda que sucinta, de exemplificação das vicissitudes das vidas de Milena e Vitor. Este último, diagnosticado com deficiência múltipla, com intercorrências entre a deficiência intelectual, física e auditiva. Em contrapartida, Milena, apesar de apresentar deficits cognitivos, o que implica no desenvolvimento e aprendizagem escolar, não dispõe de qualquer diagnóstico clínico, tornando imprecisos quaisquer afirmações conclusivas — por isso utilizo de inferências a partir das experiências e percepções do campo.

acompanhada sistematicamente e avaliada por esses mesmos técnicos, no que diz respeito à capacidade de exercer a maternidade/paternidade de forma responsável.

É a partir dos entrelaçamentos entre a organização familiar e as instituições públicas, isto é, em última instância, essa linha tênue entre o público e privado, que foi realizada a etnografia. Seguindo a perspectiva de Magnani (2002), buscou-se desenvolver “um olhar de perto e de dentro, a partir dos arranjos dos próprios atores sociais”. (MAGNANI, 2002, p. 18). Fazer emergir a dinâmica que se estabelece entre a família e as instituições, possibilita, segundo o autor:

> Introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002, p. 15).

Sem ignorar a importância da leitura histórico-crítica, a etnografia busca preencher uma lacuna, apreendendo a vida, a cultura, a arte, a reinvenção, movimentos, conflitos e tensões nesses ambientes urbanos, trajetórias que acabam sendo invisibilizadas em uma análise macrossocietária.

Ainda buscando discorrer sobre a pesquisa de campo, vale salientar que a etnografia se constrói a partir da relação entre a experiência e a prática, isto é, vivência e teoria. Nesse sentido, Peirano (2014) afirma que “etnografia não é método; toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383), pois é a experiência que produz e/ou motiva novas práticas, de modo que não é a teoria que explica o campo, mas por meio do campo que se concebe a teoria, sendo um processo contínuo de eventos singulares, que ocorrem subitamente e que surpreendem pelo aprendizado contido neles.

Além do mais, realizar uma etnografia no contexto urbano, como o que ocorre com essa pesquisa, torna-se um desafio, devido à proximidade com o objeto de estudo, o que exige da pesquisadora o exercício de estranhamento, para “transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico”. (DA MATTA, 1978, p. 4). Ou ainda, seguindo a perspectiva de Gilberto Velho (1980), ir além dessa prática de estranhamento, já que o que entendemos como familiar “não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos, pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1980, p. 126).

Sendo assim, estabelecer certa familiaridade “[...] não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social, nem as regras que estão por detrás dessas interações [...]” (VELHO, 1980, p. 40). Ao contrário, a partir da etnografia é possível realizar um movimento de aproximação e reflexão que transforma a percepção até então “viciada” do campo e esfacela narrativas que já haviam sido, de certo modo, sedimentadas a partir das experiências realizadas na prática profissional.

É através da etnografia e, portanto, da observação, descrição, interpretação e organização da realidade em uma narrativa densa e compreensiva para o leitor, que é possível obter um novo olhar sobre a cotidianidade da família, suas subjetividades, individualidades, seu ambiente particular e suas relações com os serviços públicos em um contexto urbano.

2 O QUE É QUE A FAMÍLIA TEM?

Este capítulo pretende tratar de questões referentes a um cotidiano familiar marcado pela desigualdade, violência, convivências em espaços públicos e urbanos, dinâmicas familiares, criatividade e subversão.

A família pesquisada era constituída por quatro integrantes: Ana, Paulo (seu marido) e os filhos, Milena e Vitor. Ana era uma jovem mulher de 30 anos, parda[9], estatura mediana, cabelos castanhos, de comprimento até a linha do ombro. Comunicava-se de forma expressiva, produzindo gestos largos com os braços e mãos à medida em que falava, dominando os diálogos que estabelecia de forma imponente, sempre num tom de voz elevado. Amigou-se com Paulo aos 16 anos de idade, assim que soube que estava grávida dele. Desde então, assumiu responsabilidades do ambiente doméstico e nunca trabalhou fora de casa, o que a tornou financeiramente dependente. Sua subsistência era provida a partir do trabalho do marido e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)[10] de seu filho Vitor.

2.1 CONSTERNAÇÕES CITADINAS

A família, apesar de morar em um bairro periférico, frequentemente se deslocava até o centro da cidade para tratar de questões sobre o processo judicial, referente às denúncias de maus-tratos e negligência contra seus filhos; marcar ou realizar consultas no CAPS ou no posto de saúde para ela e a família; participar de reuniões na APAE; ou, ainda, ir até a instituição de ensino onde Milena estudava, quando convocada para justificar suas faltas, conversar sobre as suas dificuldades de aprendizagem ou resolver situações que envolviam violência entre a menina e os demais colegas.

Paulo era um indivíduo de aproximadamente 1,60m de altura, magro, de músculos visivelmente definidos, porte físico que provavelmente se mantinha em

---

[9] Autodeclaração da interlocutora. Para mais informações acerca do tema, ler *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário*, de Lilia Moritz Schwarcz (2012).

[10] O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa. (BRASIL, 2019).

decorrência dos 15 Km que realiza de bicicleta todos os dias, da casa para o trabalho, do trabalho para casa. Era funcionário de uma fábrica de portas e laborava das 7h às 17h, exceto nas segundas e sextas-feiras, que eram dias de descarregamento de materiais e que, portanto, permanecia no local das 7h às 19h. Por vezes também ia aos sábados, das 7h às 17h, pois, realizando hora extra, garantia um salário "mais gordo" no final do mês. Esse salário não ultrapassava "mil e poucos reais" e essa era a renda que o tornava o principal provedor e responsável pela manutenção do lar.

Milena era uma adolescente de 11 anos de idade, estrutura pequena como a de seu pai. Pele morena[11], esguia, dona de um rosto delicado, com traços finos e alongados. Introvertida, a ponto de quase não ser possível ouvir sua fala, pelo tom baixo de sua voz, pelas poucas palavras que verbalizava e pela rapidez com as quais proferia. Em contrapartida, em momentos de conflitos com colegas na escola, demonstrava alterar drasticamente esse perfil aparentemente dócil e se defender agredindo a outra parte, tanto verbal quanto fisicamente. Suas relações de amizade eram praticamente inexistentes na escola e no bairro onde morava. Estava sempre próxima ao irmão e à mãe, com quem parecia estabelecer uma relação de maior liberdade e confiança. Apresentava deficit cognitivo, havendo necessidade de ser acompanhada por segundo professor em sala de aula. Apesar de escrever o que estava disposto no quadro e compreender algumas palavras simples, não conseguia estruturar uma frase, lê-la, saber o seu significado.

Vitor era uma criança de oito anos de idade, com deficiência múltipla. As informações acerca de seu quadro, obtidas através da APAE, eram de que a criança apresentava malformação cerebral, epilepsia, deficiência nutricional na primeira infância, pouca audição, diarreia crônica, dificuldades nas habilidades motoras, cognitivas e comprometimento na fala. As poucas informações médicas sobre o caso, segundo relatos dos técnicos da APAE e de Ana, se deram em virtude de uma enchente que inundou a casa da família, fazendo com que se perdessem, dentre outros pertences, os exames médicos, que não chegaram ao conhecimento da instituição.

---

[11] Denominação utilizada considerando a autodeclaração da interlocutora. Para uma leitura pormenorizada, vide Schwarcz (2012). Como na pesquisa etnográfica de Claudia Fonseca (2002), que resultou no artigo "Mãe é uma só: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros".

A médica da APAE também aventou a possibilidade de a maioria das debilidades identificadas na criança serem decorrentes da desnutrição causada pela fobia alimentar que desenvolveu nos primeiros anos de vida, o que fazia com que não ingerisse alimentos sólidos. Os exames médicos, que poderiam diagnosticar e indicar terapias direcionadas com maior probabilidade de sucesso, seriam marcados pelo SUS, porém, até o final da pesquisa, não foram realizados, impossibilitando diagnóstico mais preciso do caso.

Vitor balbuciava as palavras que conhecia, tais como coquinha e “patel”, que significavam respectivamente Coca-Cola e pastel, sua refeição preferida, e também apresentava rompantes de agressividade que, apesar de não serem discutidos frequentemente entre os técnicos que acompanhavam a família, eram constantemente frisados por sua mãe nas reuniões, nas audiências e também quando buscava auxílio, principalmente no posto de saúde, a fim de conter o filho das crises.

Seria possível dizer que as crises de agressividade de Vitor ocorriam em locais específicos ou, melhor dizendo, iniciavam-se em lugares aleatórios, mas o ápice das agressões ocorria sempre na sua casa, incitadas a partir da frustração pela não satisfação de sua vontade imediata. Porém, apesar de a crise ter início a partir de um comportamento obsessivo por algo (alimento, brinquedo), quando satisfeito, sua atenção era direcionada a outro objeto ou a uma quantidade maior de objetos que já haviam sido disponibilizados a ele, e assim por diante, até que as repetições incessantes evoluíssem para gritos e agressão física a quem estivesse por perto – normalmente Ana, a pessoa que atendia suas necessidades imediatas, administrava sua rotina e, consequentemente, mantinha maior contato diário.

Vale salientar que, ao me referir à família pesquisada, utilizarei a expressão “família de Ana” por entender, depois de compartilhar tantos momentos com esse grupo, que era ela a figura de referência de sua prole e de seu marido, a pessoa que “corria” com o filho para consultas médicas no município e no estado, que controlava suas crises, que buscava resolver os problemas de Milena na escola, que pedia dinheiro para conhecidos quando a família não conseguia pagar uma conta, que batia à porta dos vizinhos para dar banho em seu filhos quando sua luz era cortada.

A família de Ana residia em um bairro periférico do município de Porto União (SC). Apesar de a população ser predominantemente de baixa renda, o bairro era habitado por diferentes classes sociais. As vias eram irregulares, com trechos de

estrada de chão e asfalto, algumas habitações bem precárias, outras conservadas, raras residências de alto padrão imobiliário, havendo poucos moradores de barracos.

A localidade contava com posto de saúde, escolas, creche, uma pequena praça na rua principal, em frente ao supermercado de maior circulação, onde também se localizava uma praça com parque e outros estabelecimentos comerciais. A rua de Ana era de chão batido, um território mais empobrecido, mas relativamente próximo da rua central, aproximadamente 1Km de distância da pracinha, do parque e do supermercado, que são locais de referência no bairro. A vizinhança parecia ser, na sua maioria, dotada de uma condição financeira um pouco mais vantajosa que a família pesquisada.

Apesar da simplicidade que se observava em toda a localidade, algumas casas sem pintura e sem aquele “requinte estético” típico dos bairros mais elitizados, as casas na rua de Ana eram preponderantemente constituídas de alvenaria, algumas famílias possuíam automóvel, os filhos andavam com suas bicicletas, em grupos, pela rua de terra e pedra. As casas eram próximas, uma ao lado da outra, mas se mantinha entre elas um espaço físico que parecia ser suficiente para preservar as fronteiras de cada grupo familiar.

A casa da família de Ana era alugada, estrutura de madeira, pintada de verde, em bom estado de conservação, circundada por um muro de tijolos e cimento, sem pintura. Composta por cinco peças, sendo estas: sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Os móveis eram simples, alguns gastos, outros quebrados, armários sem portas, roupas acumuladas e largadas pelos cantos do quarto. Todos tinham cama própria, havia sofá, televisão, um celular sob a posse de Ana, DVDs, brinquedos quebrados e espalhados pela casa e uma cozinha nova.

As incursões iniciaram no mês de janeiro de 2019. Definimos, eu e Ana, que sempre ocorreriam aos fins de semana, sobretudo aos sábados, já que eu estaria sem compromissos com o trabalho e poderia me estender com eles até a hora que achássemos pertinente.

Na época pensei que teria de insistir para permanecer junto a Ana, Pedro, Milena e Vitor por toda a tarde, já que acreditava que minha presença causaria desconforto, perda da privacidade e outros incômodos aos participantes. O que ocorreu foi exatamente o contrário. A família, quase sempre, pedia para eu ficar mais tempo e as crianças aguardavam ansiosas a minha visita. Ana sempre tinha uma novidade sobre a APAE, consultas médicas, escola de Milena e, quando não me

informava no meio da semana, indo pessoalmente ao fórum ou via WhatsApp, iniciava a tarde de sábado relatando minuciosamente todas as suas idas e vindas às instituições, rotina esta que já fazia parte de sua vida há anos.

Paulo interagia pouco, mas não percebi de sua parte descontentamento pela minha presença. Quando iniciava um diálogo comigo, normalmente era no intuito de reclamar sobre os comportamentos dos demais integrantes da família, parecendo entender que minha presença tinha um caráter fiscalizador e moralizador do seu espaço doméstico. Assim que se deparava com minha presença na casa, caso houvesse ocorrido alguma briga durante a semana, olhava para Ana, Milena ou Vitor e proferia: “eu disse que quando a Cláudia chegasse eu ia contar tudo para ela!”.

Acredito que minha reação sempre gerava certa frustração em Paulo por não colaborar com seu jogo disciplinador, por simplesmente acolher sua fala e deixar que os próprios integrantes se manifestassem a respeito daquilo que ele considerava uma questão a ser discutida. De certo modo, Paulo demonstrava como o poder podia se manifestar de maneira simples, sutil, quase imperceptível, fluindo de um ponto ao outro, sem extravagância e impermeabilidade. Ele transferia, naquele momento, a outorga do poder disciplinar para alguém que parecia considerar ainda mais capacitado para tal feito — no caso, eu. Independentemente da minha postura de neutralidade nessas discussões, havia grande probabilidade de que, no outro sábado, ele repetisse a mesma dinâmica e eu, novamente, “saísse pela tangente”.

Nesses quatro meses de incursões, senti a concordância e receptividade da família. Ana talvez tenha sido a pessoa mais interessada na minha presença, por referir em diversos momentos que queria me mostrar as dificuldades do seu cotidiano por ser uma mulher, sem autonomia financeira e mãe de uma criança com deficiência.

As faltas que Ana referia existir em seu cotidiano eram observadas em campo, em especial a ausência de uma rede colaborativa em sua vida e na vida de sua família, pessoas da localidade com quem pudesse compartilhar vivências, dificuldades, relações de afeto. O que refuta, de certo modo, uma idealização muito propagada de que, nesses espaços, onde há uma maior escassez de recursos materiais, há também um estreitamento de vínculos.

Não presenciei, por exemplo, uma vez sequer, aquela típica interação, constantemente ilustrada nos livros, jornais e mesmo artigos científicos, de

proximidade e familiaridade entre os habitantes dos ambientes periféricos[12], como se nesses locais se preservasse mais intensamente uma espécie de espírito comunitário, a ponto de o parentesco ir além do vínculo biológico, sedimentando-se na relação social (FONSECA, 2002). Com certeza, no caso da família de Ana, há interação, colaboração em certa medida, mas não aquela a que estava acostumada a imaginar quando pensava em família e vizinhança de periferia.

A ausência de vínculos estreitos não se limitava à vizinhança no caso de Ana, mas se estendiam aos parentes. Em um dos dias de pesquisa, Ana se aproximou de mim enquanto os seus filhos brincavam em uma piscina de plástico improvisada, murcha e com pouca água, fez contato visual com duas vizinhas, que são também suas primas, e que andavam na rua da frente naquele exato momento. Elas trocaram olhares com Ana, mas não houve "boa tarde" nem sorrisos amistosos. *"Elas que denunciaram por causa do Vitor. Nunca ajudaram. Só incomodaram. Elas se acham ricas",* relatou Ana.

Ao mesmo tempo em que era perceptível o distanciamento entre Ana e os vizinhos, em um outro momento, ao ponderar sobre com quem contar em momentos de dificuldade, ela pareceu esperar mais acolhimento de uma vizinha do que da família, contrariando novamente a tendência de pensar que a família é "elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual" (SARTI, 2003, p. 61).

A sua mãe residia em Curitiba e não a visitava. Certa vez relatou: *"ela veio final de ano, mas só ficou na minha irmã, não veio na minha casa. Depois que a Maria Eduarda faleceu — filha de Ana e irmã gêmea de Vitor, que era cuidada pela mãe e morreu aos 4 anos de idade — ela disse que não consegue mais conviver comigo, que ela — Maria — era quem nos ligava".* Convivia raramente com o pai e nunca falou a respeito de sua família extensa, a não ser em relação às primas vizinhas. Afirmou: *"a única pessoa com quem eu conto mesmo é a vizinha da frente. Quando o Vitor dá os 'pitico' ela compra pastel, dedo de nega e coca, se eu não tenho dinheiro".* Além da vizinha, informou que eu, a oficiala[13] da infância e a coordenadora do abrigo são pessoas de confiança para ela, as quais chamava constantemente de "amigas".

12

13 Feminino de oficial da infância e juventude. Suas atribuições compreendem: cumprir mandados de citação, intimação, condução, busca e apreensão e todos os demais mandados judiciais afetos ao

No primeiro dia de campo, eu havia desmarcado a visita abruptamente, poucas horas antes de ir até a residência, quando soube que o filho de Ana, Vitor, estava com catapora. Justifiquei que não poderia arriscar adoecer, já que trabalho durante a semana, tinha acabado de retornar do recesso forense e estava com vários processos urgentes aguardando estudo. Ana insistiu pela minha ida e afirmou que Vitor não estava com catapora e que as suas erupções na pele não eram decorrentes de uma doença transmissível. De fato, não era catapora, mas parecia ser transmissível, já que a sua irmã Milena estava com os mesmos sintomas.

Decidi assumir o risco e saí de casa às pressas, já que eram quase 14h e o combinado era iniciar sempre, no máximo, 13h30. Dez minutos de estrada até a chegada no bairro onde Ana e sua família residem. Aproximava-me da casa para estacionar o carro, quando Vitor e sua irmã Milena, ao me avistarem, correram para frente da casa com os pés descalços, parecendo eufóricos com minha chegada. Logo de início resvalei em uma indagação sobre a cena: “não vão machucar os pés no chão? Têm pedras aqui!”. Ana escuta meu questionamento e sai da casa aos gritos: *“e adianta falar? Eles não obedecem, fazem o que querem!”*. Na medida em que ela se aproximava, percebi que não era um descuido infantil, já que a mãe também estava com os pés no chão e parecia confortável dessa forma. Entrei na casa, que já conhecia de outras intervenções, e vi Paulo envolvido com a montagem de uma cozinha. De imediato ele ressaltou que o fogão também era novo, comprado com o dinheiro do PIS/PASEP[14], “graças ao meu trabalho registrado”, ele afirma.

Senti, logo na chegada, um cheiro forte de urina no sofá, não perguntei sobre o odor, mas constatei, no decorrer das visitas, que era em razão das inúmeras tentativas de tirar Vitor das fraldas, o que acabava gerando tais incidentes em diversos cômodos da casa, mas principalmente no sofá e nas camas. As crianças pareciam

---

juizado da infância e juventude; praticar por ordem do juiz da Infância e Juventude, em colaboração com os responsáveis pelo serviço social forense, todos os atos necessários à realização dos estudos de casos e outras atividades na área específica da infância e juventude; poder desenvolver trabalhos de cunho educativo e preventivo, junto à sociedade, no sentido de divulgar as normas de proteção à criança e ao adolescente.

[14] PIS: por meio da Lei Complementar n° 7/1970, foi criado o Programa de Integração Social (PIS). O programa buscava a integração do empregado do setor privado com o desenvolvimento da empresa. O pagamento do PIS é de responsabilidade da Caixa. PASEP: Paralelamente à criação do PIS, a Lei Complementar n° 8/1970 instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), com o qual União, estados, municípios, Distrito Federal e territórios contribuíam com o fundo destinado aos empregados do setor público. O pagamento do PASEP é feito pelo Banco do Brasil.

estar polvorosas com a minha visita, principalmente Vitor, que expressava seu contentamento correndo dentro de casa e balbuciando palavras incompreensíveis a mim. Ana denominou esse conjunto de movimentos do filho como um estado de alegria.

Enquanto o menino comunicava sua alegria do jeito que lhe era mais apropriado, Milena cochichava algo no ouvido de Ana. Esta, por sua vez, sem formalidades, repetiu em voz alta o pedido da filha: *"Cláudia, eles não tão querendo ficar em casa, querem ir para o parque".* Eu não poderia imaginar à época, mas esse foi o destino de todos os nossos encontros para a realização desta pesquisa. Concordei de imediato com o pedido e, em seguida, Ana pegou Vitor pelo braço e o levou para o banheiro.

Com as portas e box abertos, começou a despi-lo, não sem resistência do filho, que tentava em diversos momentos acertar tabefes e beliscões na mãe. Aproveitei para me posicionar em pé, de modo a conseguir visualizar e interagir com todos os integrantes nos respectivos cômodos. À minha direita, num ângulo de 180 graus, via Paulo montando a cozinha, mais à frente, num ângulo de 90 graus, Milena no quarto, e bem a minha frente, acompanhava a saga do banho de Vitor.

O banho foi intenso, gritos de excitação do Vitor, Ana o segurando e gritando para não sair do banheiro. Foram duas fugas, risos, gritos, beliscões em Ana — que pareciam ser decorrentes de sua excitação, já que estava nu, molhado e exultante. Milena, mais contida, estava em seu quarto decidindo a roupa que iria colocar após o banho. Concomitante aos gritos de Vitor e de Ana, Paulo insistiu em me explicar as dificuldades que estava tendo em relação à Milena. Disse que ela *"estava impossível"*, que ficou brava e quebrou a porta do armário — um armário aparentemente frágil, que possivelmente já estava com as portas quase caindo. *"Não quer ir à terapia"* — que é oferecida gratuitamente pela Universidade do Contestado —, *"olha Cláudia, não sei mais o que fazer!".* Enquanto isso, no banho, Ana, parecendo ignorar as falas do marido, ao mesmo tempo que lavava o filho, tentava me mostrar o corte e inchaço na lateral do olho, última pancada de levou do "anjo" — irônico apelido dado ao Vitor que, não raras vezes, se expressava de forma agressiva, principalmente quando não eram atendidas suas exigências, como, por exemplo, quando queria coquinha e "patel".

Ana explicou detalhadamente os motivos do corte:

> *[...]isso aqui foi uma panelada, Cláudia, eu tava distraída, ele tava irritado porque queria "patel" e coquinha. Eu não tinha dinheiro, ele queria quebrar as coisas em casa, eu não deixei, quando vi, levei a panelada, achei que não tinha sido nada, quando escuto a Milena apavorada me falando que tava sangrando muito.*

Esse foi um episódio, dentre inúmeros outros, envolvendo violência física por parte do Vitor em relação à mãe, que ela contou rindo, por ser esse um fato comum à rotina familiar.

Enquanto vestia Vitor, pediu à Milena que "apurasse" no banho, pois ela também queria tomar o seu antes de sairmos. Após os banhos das crianças, e enquanto aguardava Ana sair do banheiro, permaneci com Vitor na sala, que balbuciava uma palavra apontando o dedo para a TV e olhando para mim, parecendo querer comunicar algo. Eu perguntei: "vampiro?". Ele fez um movimento com a cabeça confirmando meu "chute". Fiquei exultante, por conseguir, nos primeiros 20 minutos, estabelecer uma interação dialógica com o "anjo".

Todos de banho tomado, Vitor em êxtase por andar de carro, seguimos para a praça do bairro. Durante o trajeto até o local, começou a chover. Ainda no carro, Milena afirmou que a pracinha do centro da cidade era coberta. Então, partimos para lá. Achei ótima a ideia de frequentarmos a praça e o parque do centro por vários motivos. Primeiro pela cobertura do espaço — apesar de constatarmos que a cobertura se limitava aos locais onde estão dispostos os bancos —, por ser um ambiente mais arejado e espaçoso onde poderia conversar com Ana sobre a sombra de alguma árvore enquanto as crianças brincavam, mas, principalmente, para observar a interação das crianças, em especial a de Vitor, com os filhos das pessoas que residem no centro.

Vitor, bem como o restante da família, explicitava através de seu corpo sua condição econômica, pela roupa com aspecto sujo, pela cor da pele (pardo), pelos seus hábitos, pelo corpo coberto de feridas, pela mãe que seguia a mesma linha fisionômica e de comportamento — efusiva, tom de voz bem acima da média, roupas modestas, cabelo desalinhado, chinelos de dedo.

Havia poucas pessoas no local e todos distantes uns dos outros, o que me fazia acreditar que esse distanciamento facilitaria o sigilo do diálogo que gostaria de promover com Ana. Mas a verdade é que, quando Ana começava a falar sobre sua vida, mesmo sem ser questionada por mim, todos os que se encontravam no ambiente

viravam seus pescoços para vê-la e ouvi-la. Sua voz alarmante é uma característica muito comentada nos espaços institucionais.

"A mãe de Vitor não fala, grita", referiam os vários técnicos que acompanham a família. Essa condição ou postura — interpretada como desrespeitosa, descontrolada, ou ainda dissimulada e dramática — gerava certa animosidade nas relações que estabelecia com os profissionais que a atendiam e, não raras vezes, estes lançavam mão de discursos, medidas administrativas, no intuito de controlar seus ímpetos.

A única mãe, além de Ana, que estava no parque naquele momento, acompanhou, pela relativa proximidade e pela voz alta de Ana, todo o relato sobre os pais que afastavam seus filhos de Vitor. Para a mãe, o menino acabava sendo isolado, estabelecendo apenas interações com crianças que frequentavam a APAE. Durante a conversa, relatou-me que:

> *[...] final de semana passado, no parquinho do bairro tinha umas 15 crianças. Juro por Deus, Cláudia, todas se afastaram do Vitor. Os pais têm um preconceito, eles têm medo, acham que ele vai bater, mas não é assim, ele fica louco para ter um amiguinho, só quer brincar.*

Ao avistar essa mãe que estava no local com seu filho de aproximadamente três anos, Ana grita para mim, *"quer ver? Vitor, vai lá brincar com aquele amiguinho!".* A mulher, constrangida após ter escutado toda a conversa, obviamente não afastou o filho, permitindo que brincassem. Eu pedi à Ana para avisá-la imediatamente que o que Vitor tinha no corpo não era algo transmissível, apesar de nem eu ter certeza disso. Ela não se deu conta da importância de tranquilizar a mãe sobre esse fato. Vitor não largava a mão do menino, quase o arrastava para todos os cantos do parque, realizava contato visual e tentava, ao seu modo, por meio de gestos e balbucios, comunicar-se com o novo amigo.

Após uns minutos, a mãe do garoto se aproximou de onde estávamos, perguntando a mim se eu era a assistente social do fórum, pois ela era advogada e já havia me visto algumas vezes no local. Essa situação me causou dúvidas acerca do motivo pelo qual agiu com certa naturalidade em relação à interação entre seu filho e Vitor. Eu já não sabia se permitiu que o filho brincasse com a criança por puro desprendimento acerca do abismo social que permeava as duas crianças, pelo

constrangimento após ter escutado as lamúrias da mãe ou pelo fato de se sentir na "obrigação" de agir dessa forma, já que trabalho no fórum.

No decorrer da conversa, Ana falou repentinamente à advogada, sem qualquer incitação sobre o assunto, que ela e o marido estavam "renovando os móveis". Começou a "tagarelar" sem parar sobre a cozinha nova, os filhos, dinheiro, rotina de vida, as reformas que quer promover na casa. Mesmo sendo sociável e até atenciosa com a mãe de Vitor, a mulher, quando falava sobre sua vida, dirigia o olhar a mim, apesar de eu não ter proferido uma palavra sequer na interação que estavam estabelecendo ou que Ana estava tentando estabelecer com essa mãe "do centro". A tendência da mulher era a de reproduzir o mesmo comportamento excludente do qual Ana estava, a pouco, queixando-se. Ela parecia, naquele momento, não perceber que estava também submetida a uma espécie de violência simbólica.

Após retornar ao lugar onde estava cuidando de seu filho e enquanto as crianças brincavam, eu e Ana começamos a conversar sobre o acolhimento institucional de seus filhos. Ana relatou que Vitor ficou um ano e seis meses e Milena dois anos e seis meses institucionalizados — e que nunca imaginou passar por isso. Disse que *"tudo o que aconteceu foi resultado de denúncias".* Quando proferiu essa última palavra, seu semblante era de indignação: parecia querer transmitir que considerava falaciosas, exageradas ou deturpadas as denúncias sobre a realidade na qual viviam. Não entrou em detalhes acerca do acolhimento de Milena, mas relatou que, segundo os técnicos, Vitor *"foi acolhido por causa de maus cuidados".* Após uma pausa, que parecia ser reflexiva, complementou: *"olha, tavam falando que ele andava cagado, mijado. Aí a Carol* [oficiala da Infância] *levou ele"*.

Antes do acolhimento, Ana relatou que morava com sua família em outro bairro, em uma casa que ganharam da prefeitura. O espaço territorial era ocupado, na sua totalidade, por casas populares e, segundo Ana, *"era uma encostada na outra".* Isso provocava interferências entre diferentes famílias, que acabavam tendo conhecimento da intimidade de cada grupo, emitindo juízo de valor, se envolvendo nos conflitos e criticando a "família alheia". Relatou diversos episódios de violência que ocorriam na região e que as crises de euforia e agressividade de Vitor eram interpretadas pelos vizinhos como falta de cuidados, de paciência e de limites por parte da mãe, o que incorriam nas denúncias ao Conselho Tutelar e reverberaram no acolhimento de seus filhos.

Durante a conversa, expôs um episódio que considerava um dos mais impactantes que vivenciou nesse local:

> *[...] os vizinhos não gostavam da gente, do Vitor. Aí no Natal, a gente colocou um pisca-pisca com música natalina. Uns bêbados falaram para eu desligar. Não desliguei. Eles quebraram todos os vidros da minha casa. No outro dia saí de lá. Fico pagando aluguel, mas não volto para esse tipo de casa.*

Na sequência, complementou referindo-se ao fato de saberem que o filho apresenta comportamentos agressivos:

> *[...] ninguém entende o Vitor, a gente só consegue se entender no grito, ele é surdo[15], aí já denunciam, acham que estou batendo. A Cleusa — assistente social da prefeitura — disse que arrumaram uma casa para mim de novo. Não quero, pago aluguel e vou dizer para passar para outro. Arriscar perder meu filho por denúncia no conselho — Conselho Tutelar — de gente que não entende o que eu passo. Não quero passar de novo por isso, Cláudia. Aqui — onde reside atualmente — dá uns problemas, mas todo mundo já conhece.*

As crianças, que até então estavam brincando nos balanços e escorregador, correm em nossa direção, em um espaço mais arborizado que circunda o parque e chegam reivindicando algumas guloseimas que outras crianças também estão comendo. Buscando atender seus pedidos, fui até um estabelecimento próximo comprar picolé, água e “coquinha” e, no meu retorno, Ana referiu ter tido a ideia de ir à casa de sua irmã Janete. As crianças já pareciam não estarem tão empolgadas com os brinquedos e demonstraram interesse pelo passeio que a mãe propôs. Eu concordei com a proposta e, enquanto nos preparávamos para entrar no carro, Ana disse que poderíamos, inclusive, combinar com sua irmã um piquenique no próximo encontro. Janete levaria seus filhos, seria um programa agradável e proveitoso para minha pesquisa.

Perguntei à Ana se não havia problema em chegarmos sem avisar, já que, para sua irmã, eu era uma desconhecida. Ana afirmou que não haveria qualquer desconforto, já que ela estava acostumada a receber visitas repentinas.

A residência ficava no município de União da Vitória (PR), à distância de, aproximadamente, 15km de onde estávamos. As crianças pareciam contentes e, no percurso da viagem, falavam sobre os primos e sobre uma mulher que residia ao lado

---

[15] Vitor não é completamente surdo, mas há diagnóstico que constata problemas de audição. Esse fato também explica a alteração da voz da mãe para se relacionar com o filho.

de Janete, madrinha de Milena, e que não havia dado presente em seu aniversário, nem no dia das crianças. Ana, após escutar as lamúrias de Milena, encorajou a filha a ir “reivindicar” os presentes, já que a mulher tinha que cumprir minimamente suas obrigações enquanto madrinha. Não me contive, ri da situação e aconselhei Milena a não agir de tal modo. Ana discordou de minhas ponderações, afirmando à filha que estava no seu direito de afilhada e era o certo a se fazer. Não dei continuidade aos palpites sobre o que não me dizia respeito.

Ao chegarmos na residência, logo vi que o relato de Ana sobre como Janete iria reagir à nossa visita era errôneo, para não dizer enganador. Aproximei-me da casa, logo atrás da família de Ana, e me deparei com Janete, com a cabeça para fora da porta, parecendo expressar, com sua feição séria, descontentamento ou irritabilidade pela nossa presença. Logo constatei que eu estava certa. Retornou para dentro da casa e ficou parada, em pé, no meio sala de estar, enquanto Ana se aproximava e se debruçava sobre a porta de entrada, olhando para a irmã, sem proferir qualquer palavra por alguns minutos, que pareciam durar uma eternidade.

A casa estava com as portas dos outros cômodos abertos, o que possibilitava ver que um de seus filhos estava com ela na sala e seu bebê, ainda de colo, dormindo com seu marido, em um dos quartos. Pedi para Ana explicar nossa visita claramente impertinente. Ela começou a falar de um modo peculiar, em um tom mais baixo, parecendo expressar constrangimento e decepção, incitados, muito provavelmente, pela receptividade nada acolhedora de Janete. Falou sobre a ideia do piquenique, esclarecendo de antemão que não havia obrigatoriedade de a irmã concordar.

Ao mesmo tempo que eximiu Janete da concordância, não perdeu a oportunidade de dizer que eu era assistente social do fórum, que estava acompanhando seus filhos nos finais de semana e estaria presente nesse evento familiar. Parecia, com essa fala, tentar intimidar a irmã com a minha presença, esperando que ela mudasse o comportamento, “baixasse a guarda” e aceitasse a proposta.

Interrompi rapidamente a fala de Ana e expliquei a minha real função naquele contexto, liberando Janete da obrigatoriedade de concordar com a ideia. Ela, após escutar a proposta de Ana e a minha fala, alterou um pouco o tom de voz, como quem retoma o poder local e tenta impor limites a uma gente invasiva no seu território, dirigindo-se a mim: *“vou falar com você, que acho que a gente se entende melhor que*

eu e ela”, apontando o dedo para a irmã, *“se quiserem vir podem vir, minha casa está sempre de portas abertas, mas eu não concordo”.*

Em seguida, justificou seu posicionamento relatando ocorrer muitas brigas entre os primos, que, segundo ela, são preponderantemente provocadas pela agressividade de Vitor e da sua dificuldade em se relacionar com Ana: *“a gente se dá, mas é eu cá e ela lá”.* Ana não proferiu uma palavra após o discurso da irmã. Vi que aquela situação constrangedora não iria se dissipar, então sugeri que fôssemos embora. Ana, no mesmo instante, desencostou-se da porta e foi descendo os poucos degraus da escada de entrada. Quando já estávamos nos retirando, Janete se desculpou por não nos convidar para entrar em sua casa, mas sem perder a postura defensiva e mudar sua decisão em relação ao piquenique. As crianças se despediram dos primos. Entramos no carro e seguimos para a casa de Ana.

No percurso até a casa, Ana deu início a uma série de fofocas[16] sobre sua irmã e a família que constituiu, claramente no intuito de desonrá-la, manchar sua reputação em decorrência do episódio que acabara de vivenciar. *“Ela está para perder os filhos! O marido, que não é pai do primeiro (filho), bate no piá! E até fazer o menino comer fralda já fez”.* Mas ressaltou, que sua esperança era que o marido estivesse viajando. *“Quando o marido dela não tá, ela é diferente, me trata melhor”.*

Diante dessa situação constrangedora e nada surpreendente para Ana, questionei-a sobre o motivo pelo qual nos fez ir até a casa da irmã propor uma interação, já que a relação é tão conflituosa. Ela respondeu que queria tentar provocar uma mudança positiva no relacionamento, propor um evento que pudesse incidir em uma aproximação entre elas. Mas afirma que, no fundo, sabia que ela agiria dessa forma.

Passadas algumas semanas, Ana conta que foi à casa da irmã pela manhã. Expressei surpresa e entusiasmo pela tentativa e pedi detalhes sobre o encontro. Relatou-me que não avisou que ia, já que quando a irmã sabe antecipadamente, tem o hábito de, nas suas palavras, *“inventar coisas para fazer”,* impedindo, desse modo, o encontro entre as duas. *“Fui lá eu e o anjo (Vitor) de bicicleta. Me tratou bem, me deu café.”*

---

[16] É possível estabelecer uma analogia a partir da pesquisa de Fonseca (2004) realizada na Vila do Cachorro Sentado, já que a autora entende que o objetivo da fofoca é o de “informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública” (FONSECA, 2004, p. 23).

Outra situação que transpareceu a ausência de rede colaborativa na vida da família foi quando Ana precisou encontrar um local para Milena ficar enquanto acompanhava Vitor a uma consulta médica em outro município. Sairiam de madrugada e retornariam aproximadamente às 22h. Ela estava apreensiva, pois, como Paulo iria trabalhar e, à época, Milena não estava frequentando a escola, iria permanecer sozinha o dia inteiro. Concluiu que a melhor alternativa seria levar a filha junto à consulta. Em pleno sábado, pegou seu celular e ligou para o motorista que iria levá-los. Expressando intimidade e certa "malandragem", disse que estava ligando apenas para confirmar o que a assistente social do posto de saúde havia dito: que o nome de sua filha estava na lista (dos passageiros).

O motorista contestou a narrativa de Ana, negou a inclusão de Milena à lista e acrescentou que outros pacientes, junto aos seus acompanhantes, iriam no mesmo dia, não havendo possibilidade de a jovem ser incluída na viagem por falta de espaço. Ana relutou por mais alguns minutos, até desistir e continuar a matutar uma alternativa para que a filha pudesse permanecer sob os cuidados de alguém responsável.

Após algum tempo, pediu para que eu conversasse com a coordenadora da Instituição de Acolhimento para que permitisse que Milena ficasse "no abrigo" até o seu retorno. Milena não se opôs à alternativa, ao contrário, demonstrou entusiasmo — o que era de se esperar, já que frequentemente relembra experiencias agradáveis com os cuidadores e demais acolhidos. Na segunda-feira, conversei com a coordenadora, que, de pronto, concordou em "acolher" Milena por um dia.

Enquanto conversávamos, ainda no trajeto para a casa, as crianças começaram a pedir comida. Paramos no supermercado do bairro onde moram, descemos do carro e atravessamos o mercado até chegar à padaria, situada ao final do estabelecimento. Vitor pediu seu lanche predileto: *"patel"*. Milena pediu um rissole e, enquanto as crianças comiam, perguntei a Ana o que ela gostaria de pedir, já que me disporia a pagar. Ela, sem fazer contato visual, movimentou a cabeça negativamente, como que recusando minha gentileza, ao mesmo tempo em que olhava com muito interesse para os doces expostos em uma das prateleiras. Milena insistiu, afirmando: *"a mãe também quer alguma coisa!"*. Parecia preocupada com o fato de Ana perder a oportunidade de satisfazer sua vontade naquele momento. Continuo insistindo para que escolhesse algo e sugeri um dos bolos que ela estava fitando desde o momento que entramos no estabelecimento. Ela aceitou, levando uma pequena torta de limão.

Após sairmos do supermercado e seguirmos em direção ao carro, Ana trouxe espontaneamente sua percepção sobre a minha presença na família, a qual, aparentemente, permaneceu inalterável até o término da pesquisa. Ela referiu acreditar que esse *“acompanhamento seria bom, para ver se o Vitor tomava banho na hora certa”* e que, talvez, em minha presença, ele conseguisse interagir mais e fazer amigos.

Não questionei suas colocações. Convidei para entrarem no carro e os levei até a residência, encerrando o primeiro dia de pesquisa.

2.1.1 Fogo no parquinho e pé na tábua

O parque do centro e o parque do bairro, apesar serem dotados da mesma função social — locais de entretenimento e acesso livre à população, voltados ao público infantil e que visam promover momentos lazer, estimulação motora, sensorial, cognitiva e de sociabilidade para crianças — possuem diferenças significativas. O parque do centro, contemplava uma margem de árvores, gramado e declives com escadas que circundavam o parquinho infantil. Os equipamentos de diversão também eram mais variados, atrativos, coloridos e em bom estado de conservação. Contava com escorregador de tubo, trepa-trepa, casinha, vários balanços.

Já o parque do bairro era de chão de concreto, ficava exatamente entre uma ciclovia e o início das ruas de calçamento. Era um ambiente arriscado, considerando o alto fluxo de carros no lado que compreende a rua asfaltada, não havendo cercado ou qualquer outro equipamento que contivesse as crianças que frequentavam o local. Os brinquedos do parque se limitavam a dois balanços, um gira-gira e uma gangorra. Não havia árvores ou outros elementos naturais, nem toldo ou qualquer outro apetrecho que funcionasse como protetor do sol ou da chuva para os corpos das pessoas que estavam a cuidar de seus filhos. Durante toda minha permanência no campo, esse parque foi frequentado pelas crianças apenas duas vezes e permaneceram nele não mais do que dez ou quinze minutos.

O parque do centro se tornou parada obrigatória aos sábados, parte de uma rotina que a própria família de Ana estipulou e que seguíamos regularmente nas primeiras horas de passeio. Entretanto só foi possível realizar o trajeto entre a casa e o parque com facilidade por eu contar com veículo próprio. Não havia dúvidas de que o carro era um instrumento essencial de locomoção, sem o qual não seria possível,

ou tão fácil, ocuparmos os espaços do centro da cidade e, arrisco dizer, minha presença não seria tão atrativa para a família.

Antes mesmo de eu estacionar o carro, Vitor, que já aguardava minha chegada, avistava o Fox branco da janela de sua casa e começava a gritar: *"cáo! cáo!..."*. Corria para frente da casa e, antes mesmo de eu sair do veículo, começava a forçar a porta para entrar. Retornava ao som dos gritos de Ana, chamando-o para o banho.

Apesar de os pedidos das crianças serem sempre no sentido de iniciarmos os dias de pesquisa no parque do centro, o período máximo que estas permaneciam no local era de aproximadamente 30 ou 40 minutos, tempo limite para Vitor sair do parquinho, ir até sua mãe e dar início a uma série de pedidos que, normalmente, se não satisfeitos ou, não raras vezes, ainda que satisfeitos, levavam a gritos, choro e surtos de agressividade. Portanto a tarde começava no parque do centro, mas poderia terminar nas lojas do centro, na loja de DVD do bairro onde moravam, numa lanchonete, no parque do bairro, no cemitério, no posto de saúde.

O fato de haver muitos frequentadores no parque causava desconforto e preocupação à Ana. Ela, antes mesmo de adentrar o local, ponderava: "não sei se não vai dar problema", referindo-se à forma de interação que Vitor estabelecia com outras crianças e que lhe causava incômodos. Foram vários os episódios em que Vitor jogava areia nas pessoas, tomava para si os brinquedos de outras crianças, acabava machucando frequentadores menores do que ele ao tentar ultrapassá-los nos brinquedos.

Nesses momentos, os pais reclamavam à Ana uma providência que contivesse o comportamento do filho e protegesse os seus. Lá ia ela intervir no caso. Em certos momentos gritava com Vitor, se deslocava até o centro do parquinho e, agarrando-o pelo braço, tirava do convívio com os demais. Em outros, o defendia, tentava explicar para os pais que ele era "especial" e advertia: "ele não é tão violento". Em um dos dias pediu a uma mãe para que fosse mais compreensiva, já que Vitor estava começando a "conviver em sociedade". Explicou a mim, posteriormente, que sua fala dizia respeito ao fato de suas relações, antes do início da pesquisa, se limitarem à APAE, aos médicos e à família e que só agora estava explorando outros espaços e convivendo com outro público.

Suas explicações não pareciam acalmar os pais, já que a forma como Vitor se portava com outras crianças lhes cobrava uma atenção redobrada. Demonstravam

acompanhar os movimentos de Vitor com olhares atentos, deslocando-se de um lado para outro a fim de estarem mais próximos do menino quando ele interagia com as crianças. Apesar de suas debilidades de ordem motora, Vitor andava com rapidez e era uma criança corporalmente desenvolvida e forte, o que certamente causava ainda mais temor nos pais atentos ao bem-estar de seus filhos.

Em um dos dias de pesquisa, quando perguntei os motivos pelos quais ela raramente saia com os filhos aos finais de semana, respondeu que era em decorrência do comportamento de Vitor — com pedidos que extrapolavam suas condições financeiras seguidos de crises de agressão — e da distância para se locomover até o centro, já que não havia transporte coletivo em seu bairro.

> *Ele (Vitor) se revolta quando não tem o que quer. A gente senta, conversa, como o abrigo ensinou... mas ele não entende. Eu sei que também tem o problema dele — referindo-se as debilidades que poderiam dificultar sua capacidade de compreensão —, mas olha, não é fácil. Só saio com eles nos dias de pagamento (do trabalho de Paulo), vale (parte do salário que Paulo adianta na metade do mês) e no pagamento do Vitor (Benefício de Prestação Continuada).*

Nesse mesmo dia, logo nos primeiros minutos de parquinho, Vitor, até então entretido com alguns carrinhos na areia, viu que, na área externa, perto de um muro onde eu e Ana estávamos sentadas, havia um menino com uma bicicleta infantil. Aproximou-se do garoto e balbuciou algo em direção à sua mãe, que entendeu que sua vontade é andar na bicicleta. A mãe do menino, que percebeu a intenção de Vitor, permitiu o acesso dele ao veículo. Ele foi em direção à bicicleta e, segurando-o com as mãos nos guidões, começou a empurrá-la. “Não é assim que se anda, fio!”, disse Ana. Diante do desconhecimento e desequilíbrio do filho, ela se aproximou e o colocou sentado no selim da bicicleta, firmando suas mãos em cima das mãos dele nos guidões, levando-o por um trilho de concreto dentro do parque. Ele não pedalou, mas pareceu satisfeito com aquele breve passeio.

Após entregar a bicicleta ao dono, Vitor tomou certa distância da mãe, entretendo-se com outros brinquedos espalhados em uma área verde do parque. Enquanto isso, Ana estabeleceu um diálogo com a mãe que emprestou o brinquedo ao seu filho. Perguntou o preço da bicicleta, falou sobre as debilidades motoras que limitavam a capacidade do filho de aprender a andar em uma etc.

O assunto não ultrapassou poucos minutos, quando, repentinamente, Ana começou a gritar o nome de Milena até avistá-la em dos brinquedos. Tinha a perdido

de vista. Não retomou a conversa com a mãe do menino da bicicleta, já que, no mesmo instante, percebeu que Vitor estava muito perto de um dos balanços. Gritou, ao mesmo tempo em que corria em direção ao filho, alertando-o: *"Ó a balança! Vão te dar na cara, abençoado!"*. Ele, pareceu entender a mensagem da mãe e se afastou do balanço, partindo para o escorregador. Ultrapassou algumas crianças que estavam no local e decidiu descer o brinquedo com um balde cheio de areia. Percebendo a "traquinagem", Ana chegou a tempo de o impedir, segurando-o pelo braço até fazê-lo descer, chorando, pelas mesmas escadas onde havia subido para realizar tal proeza.

Passado esse tumulto, Vitor voltou a se entreter com os carrinhos na areia, o que deu a Ana a impressão de que poderia deixá-lo brincando e se juntar a mim em um dos bancos dispostos fora do parque. Mas, antes de terminar esse breve trajeto, Vitor jogou areia em uma das crianças que estava ao seu redor, o que fez com que a cuidadora da criança atingida reivindicasse a presença dela, a fim de vigiar o filho. Ana deu meia volta e se aproximou novamente de Vitor. Percebendo que ele estava sob a posse de um brinquedo que não era dele, mas da menina atingida com a areia, pediu a ele para não pegar os objetos alheios, porém sem retirá-lo de suas mãos. Aproveitou para dar início a uma conversa com a mãe que exigiu sua presença, justificando as atitudes do filho: *"Vitor é assim mesmo, só agora que começou a fazer amigos".* A mulher respondeu: *"pois é, é que tem uns que são brabos, né".* Ana afirmou: *"É, mas graças a Deus esse não é tanto!".*

Algumas mulheres ao meu lado, sentadas nos bancos observaram a cena e comentaram a entonação da voz de Ana, que transmitia as informações, não apenas à interlocutora, mas a todos que se encontram naquele local. Uma das senhoras disse: *"ela fala assim porque o piá é surdo, eu acho".* A outra concordou e acrescentou: *"é, ela fala alto, deve estar acostumada a falar assim por causa dele".* Enquanto Ana interagia com algumas mulheres no ambiente, Vitor, novamente, durante a brincadeira, encheu suas mãos de areia e atirou para o alto, atingindo algumas crianças que estavam por perto. Ana, aos gritos, interveio, tentando impedir que ele prosseguisse com tal ato. As senhoras, ao observarem a cena, se manifestaram novamente: *"meu Deus, que função!".* Não parecia haver julgamento em suas falas, mas compadecimento pelo empenho de Ana naquela cena.

Eu, concentrada em anotar todos os detalhes do momento, levei um susto ao escutar Ana me chamando aos berros: *"Cláudia as meninas não tão no parque! Eu tô aqui cuidando do Vitor não posso sair ver onde tão".* Nesse momento, saí às pressas

do parque sem saber qual rua seguir para procurá-las, já que eram muitas que circundavam o local.

Antes de decidir que rumo tomar, tive a sorte de vê-las subindo uma das ruas, a uns 50 metros do parque. Agi de forma muito parecida com Ana, alterando a voz antes que pudessem se aproximar de mim: *"onde vocês estavam?! Vocês têm noção de que eu sou responsável por vocês? Como não avisam nada? Milena, como tu faz isso? Querem ir embora?".* Por fim, parei e as observei atônitas me olhando. Respirei fundo e disse com mais tranquilidade para que não repetissem tal comportamento, do contrário iríamos imediatamente para casa.

Elas assentiram, balançando a cabeça com movimentos de afirmação, parecendo entender as regras por mim estipuladas. Em seguida, apressaram-se para atravessar a rua e retornar ao parquinho. Milena espontaneamente respondeu minha pergunta sobre onde teriam ido: "*eu fui mostrar o abrigo para elas".* Não dei continuidade ao assunto, mas me chamava a atenção o fato de ela relatar, com frequência e de forma positiva, os momentos que permaneceu na instituição, as amizades que constituiu com outras crianças, a relação de afeição que parecia ter estabelecido com as cuidadoras, não escondendo essa parte da sua história[17].

Quando Ana, que permanecia ao lado de seu filho para vigiá-lo, enxergou as meninas retornando, exaltou-se novamente: *"onde vocês tavam? A hora que a gente chegar em casa, Milena, vou te dar uma camaçada de pau!". Milena se aproximou e respondeu em tom baixo: "fui mostrar o abrigo".* Ana questionou: *"Ahhh vocês querem voltar para lá, tá com saudade?".* Seus gritos eram percebidos pelos demais frequentadores do local e, portanto, deduzi que naquele momento muitos entenderam que as crianças foram acolhidas temporariamente. Foi a primeira vez que seu comportamento efusivo me causou constrangimento, pois boa parte daquele público me conhecia e não sabia exatamente qual era o meu papel e objetivo ao estar junto da família agindo passivamente diante dessas atitudes.

Milena, que parecia ignorar os gritos da mãe, deu de ombros e voltou a brincar com as suas amigas nos brinquedos do parque, como se nada tivesse acontecido. O comportamento da mãe foi intempestivo, agressivo, mas acabou de forma tão

---

[17] O comportamento de Milena é adverso ao da maioria das outras crianças e adolescentes que são acolhidos e reintegrados à família ou adotados. Constatação esta que realizo a partir do acompanhamento, há dois anos e meio, do processo de inclusão até a desvinculação da instituição de acolhimento.

repentina quanto se iniciou. Passados poucos minutos do ocorrido, voltou a agir com naturalidade, sem retomar o episódio que culminou na desnecessária exposição — e, para mim, constrangedora — frente aos demais frequentadores do parque.

Pouco tempo depois, Vitor começou a dar indícios de que o parque e os brinquedos já não estavam mais sendo atrativos. Aproximou-se da mãe, que estava em pé conversando comigo sobre assuntos aleatórios, e, puxando sua blusa, para fazer com que ela o notasse, começou a pedir insistentemente um carrinho. Como as meninas estavam entretidas e pareciam querer permanecer no local, propus à Ana que ficasse com elas no parque enquanto eu levava Vitor a uma loja comprar o brinquedo.

Ao tomar ciência da proposta, Vitor segurou fortemente a mão de Ana, fez cara de choro e movimentou a cabeça negativamente, recusando-se a seguir comigo sem a presença dela. Esse episódio me fez lembrar de informações que tive sobre o sofrimento que Vitor expressava à época do acolhimento institucional. A coordenadora relatava sua demora para se adaptar ao novo ambiente e o desespero ao ter de se despedir da mãe nas segundas-feiras, quando começou a pernoitar em casa aos finais de semana. Agarrava-a pelas pernas ou pescoço na frente da instituição, desvinculando-se de Ana somente com a ajuda dos profissionais. Em outros momentos, Ana tinha de encontrar uma maneira de entreter o filho até que ele se acalmasse, para, em um momento de distração, sair do local sem que ele percebesse.

Ao ver a reação do filho, Ana gritou chamando novamente a atenção de grande parte das pessoas que se encontravam no ambiente: *“meu Deus piá! Um dia vou morrer, como vai ser daí! Me deixa um pouco!”*. Seu discurso causou novamente uma “nuvem” de olhares em sua direção.

Tal repercussão no ambiente é compreensível, considerando os elementos que se unem nos momentos de exaltação de Ana: a voz, que já é acima do tom, se torna ainda mais extrema com a entonação de braveza; as palavras que utiliza não são comumente faladas em público, demasiadamente diretas, sem filtro e, pode-se dizer, grosseiras para serem ditas a uma criança. Apesar disso, não houve qualquer alteração no comportamento ou na expressão Vitor que continuou “agarrado” à mãe.

Vitor, que voltou a brincar no parque, pela quarta vez atingiu outras crianças com areia, e Ana, pela quarta vez, foi chamada por pessoas do local a intervir. Entretanto, dessa vez, não se levantou da mureta onde estava sentada. Observando de longe a atitude do filho, gritou: *“Vitor, assim a gente vai embora!”.* Sua ameaça não

surtiu efeito e acabou tendo de se aproximar para que, de perto, tirasse a areia de sua mão e, mais uma vez, repetisse todo o discurso “inflamado” de que *“isso não se faz”.*

Diante dessas sucessivas ocorrências e pelo fato de Ana ter percebido que os filhos já estavam entediados, aproximando-se de nós a cada pouco e reivindicando brinquedos, comida e a ida a outros locais do centro da cidade, decidimos findar o passeio no parque e seguir para outros ambientes.

2.1.2 A “grama” do centro é sempre mais verde

Em vários momentos da pesquisa, Ana aproveitou o sábado comigo para realizar outras atividades no centro, tais como: visitar a lojas, comprar materiais escolares, produtos farmacêuticos ou mesmo fazer um programa que nunca havia feito com a família até então, como lanchar em um bar. Esse evento ocorreu sem qualquer planejamento. Enquanto as crianças brincavam no parque do centro e nós duas conversávamos sobre o acolhimento e desacolhimento de Vitor, este veio ao encontro da mãe e começou a pedir as mesmas coisas que pedia praticamente todos os dias: *“patel, pepepe* [DVD]*, cáo* [carrinho]*”*. Diante dos pedidos recorrentes, Ana falou rindo: *“ah se esse remédio fizesse esquecer essas coisas... toma no zóio, não consigo ficar parada.”* Não me contive e ri da situação nada cômoda de Ana, concordando com seu desabafo. Decidimos acatar as exigências de Vitor, já que sabíamos que ele não iria parar de repetir as mesmas palavras, incluindo uma ou outra no decorrer dos minutos, até que satisfizéssemos, ao menos, parte de suas reivindicações. Então, enquanto Ana chamava Milena, segui para o carro na companhia de Vitor.

Já que a palavra elegida por ele naquele momento era *“patel”*, fomos até uma das padarias que se localizava no centro da cidade. Assim que chegamos ao estabelecimento, convidei-os para nos sentarmos. Assentiram e foram se acomodando em uma das mesas. Logo percebi que Ana estava desconfortável naquele ambiente, quando não calada, falando num tom de voz mais baixo do que o normal e recusando comer ou beber algo. Milena pediu uma coxinha e uma coca e eu, o pastel para Vitor, que ainda teria de ser frito, já que os prontos para venda haviam acabado.

Os olhares dos funcionários e de outras pessoas que frequentam o local se voltaram para nós. Vitor irrequieto mostrou o açúcar para mim, levantou-se e se

sentou, bateu na mesa com a mão diversas vezes, abaixou-se para olhar embaixo da mesa. Impaciente, pediu a cada instante o pastel que, para ele, parecia demorar uma eternidade. Reclamou com a sua mãe, ensaiou um choro e disse que queria ir embora, mesmo sem seu pedido. Ao levantar-se da mesa, direcionando-se para sair do local, Ana o segurou pelo braço e falou em baixo tom: *"para quieto piá, que já tá chegando o teu pastel".* Ao observarmos que o seu comportamento irrequieto estava se intensificando, pedimos para que uma das funcionárias verificasse se o pastel já estava pronto. A própria proprietária do estabelecimento, que estava próxima de nós, reforçou o nosso pedido, *"veja lá, se já está pronto!"*. A moça, então, dirigiu-se até os fundos do estabelecimento e voltou com o pastel frito. Vitor, assim que recebeu o pastel, levantou-se imediatamente e foi sozinho até a porta do estabelecimento. Olhou para trás e fez movimentos com a mão, como que nos chamando para sair. Obedecemos. Ao todo, não permanecemos mais de dez minutos no local. Milena, seguindo seu irmão, saiu comendo a coxinha pela metade, em direção ao carro.

Enquanto andávamos até o veículo, perguntei à Ana se eles costumavam vir ao centro da cidade comprar DVDs, ela respondeu: *"muito difícil"* e acrescentou, espontaneamente: *"nós nunca fomos numa lanchonete"*. Fiquei surpresa com essa sua declaração, já que, para mim, é um evento corriqueiro. Perguntei novamente para me certificar de que eu não estava equivocada: "então foi primeira vez que vocês sentam e lancham em um estabelecimento desses?".

Ela confirmou meu questionamento e, dando continuidade ao assunto, relatou que na próxima semana iria receber o benefício do Vitor (BPC) e, por isso, gostaria de convidar Paulo para nosso "passeio" de sábado, para irmos todos a uma lanchonete no centro, *"mas, claro, somente se você autorizar".* Reiterei o que já havia dito outras vezes à Ana: "vocês decidem os lugares que querem frequentar, eu acompanho, e, se estiver dentro das minhas possibilidades, auxílio na locomoção, como sempre". Ressaltei ainda que adoraria que Paulo se juntasse a nós, pois, seria uma oportunidade para observar essa interação. Esse evento nunca ocorreu.

Não havia uma vulnerabilidade econômica tão extrema a ponto de não poderem realizar esse tipo atividade esporadicamente. Considerando os relatos de Ana e o que eu observava durante o convívio com a família, o principal motivo parecia ser a dificuldade que Vitor tinha de permanecer em determinados ambientes, sua tendência a exigir um quantidade "infinita" de produtos (comida e brinquedos) os quais

a família não teria recursos financeiros para bancar, e ainda o risco de que a criança “surtasse” em um local público, o que geraria imensuráveis transtornos à família.

Independentemente das variações temporais que, por vezes, nos impediam de frequentar o parque ou qualquer outro lugar aberto, a família encontrava formas de realizar alguma atividade fora da residência. Mesmo eu sugerindo para que ficássemos na casa em um dia chuvoso — já que gostaria de observar com mais atenção a dinâmica que se estabelecia no ambiente familiar — não aceitavam permanecer na residência um sábado sequer. A reação, nesses momentos, era sempre desastrosa: Milena cruzava os braços e não interagia com ninguém; Vitor chorava e começava a fazer suas exigências de praxe; Ana encontrava alguma tarefa, atividade que “obrigava” a família a sair do ambiente doméstico.

Em um desses dias chuvosos que, a princípio, ficaríamos na residência, levei algumas roupas que Ana estava pedindo há um bom tempo e um batom especialmente para Milena, já que havia dito que gostava de maquiagem, além de alguns doces e pães de queijo. Naquele dia, os integrantes estavam pouco comunicativos e senti uma certa tensão no ambiente. Ana, do box do banheiro, me chamou para mais perto dela, retomando um assunto que estava a preocupando — e que há algum tempo estávamos tentando resolver: o fato de Milena estar há duas semanas fora da escola, por conta de um conflito entre ela e uma funcionária da instituição.

Ana proferiu o que já havia repetido inúmeras vezes em momentos de tensão entre ela, a sua família e instituições públicas: *“Cláudia, eu não quero perder meus filhos de novo!”.* Ana expressava o medo de quem sabia que, apesar de ter comunicado ao conselho tutelar a realidade da filha e ter ido a algumas escolas tentar matriculá-la, e ainda, apesar de as próprias instituições dificultarem ou demorarem para resolver a situação pendente, a probabilidade de ela ser culpabilizada por Milena estar fora da escola era grande.

Diante de sua angústia, busquei tranquilizá-la reforçando o que já havia falado em outros momentos: de que estava ciente de seus movimentos para resolver a questão e que dificilmente seria prejudicada pela morosidade de outros setores.

Enquanto conversávamos, percebia que Vitor, no decorrer da semana, havia apresentado sucessivos comportamentos agressivos direcionados à mãe, estava em um nível de êxtase semelhante aos períodos de crise. Já no banho, começou a pedir insistentemente por *“parquinho”* e Ana, de imediato, esbravejou: *“quê parquinho! Não*

tem parquinho com essa chuva!". Após ouvir a negativa da mãe, começou a se debater no banheiro, gritar e lhe agredir fisicamente. Ana, acostumada com o comportamento do filho, apenas terminou de auxiliá-lo no banho ao mesmo tempo em que se desvencilhava dos arranhões, beliscões e puxões de cabelo.

Após terminar de dar o banho no filho, pegou seu celular e finalizou a compra de uma televisão, que já estava negociando há algumas horas via Facebook. Perguntou a mim se poderia dar uma carona para trazer o equipamento, já que estavam sem televisor havia uma semana. Ao responder positivamente, imediatamente "o clima" tenso do ambiente se alterou. As crianças se animaram, Vitor começou a bater palmas e correr pela casa em busca de um chinelo para sair de *"Cáo".*

O motivo pelo qual a família estava sem televisão tinha a ver com as crises do filho, que estavam ocorrendo com maior frequência e intensidade. Ana relatou alguns episódios de agressividade que ocorreram nos últimos dias, em decorrência, segundo ela, da ausência de medicação injetável.

> Ele só se acalma agora com o remédio injetável, Cláudia, mas a Laila (secretária da saúde) disse que eu só posso dar com autorização do fórum. Tá difícil. O piá sai do ônibus (da APAE) às 16:30h e fica louco, não para. Até a televisão ele quebrou, salvamo o som por milagre!

Essa é a terceira televisão em um período de um ano que Vitor quebra quando ocorrem as crises.

Acerca das ponderações de Ana sobre o remédio, expliquei a ela que a medicação injetável, segundo os profissionais da saúde, é mais potente e que, portanto, é compreensível que tenham receio em seguir com essa dosagem semanalmente, pois não sabem quais seriam os efeitos colaterais a longo prazo[18]. Não me estendi no assunto, até porque as crianças já estavam prontas, na porta, aguardando nossa ida à casa da vendedora.

Entramos eu, Ana, Milena e Vitor no carro e seguimos até a residência. A TV era de 60', tela plana, de tubo. Ana fechou negócio por R$ 70, 00. Apesar do peso do objeto, eu, Ana e a vendedora demos conta de descer as escadas da residência com o equipamento e colocá-lo no carro. No retorno para casa, Vitor começou a pedir

---

[18] Informações obtidas pelos técnicos que atendem Vitor no Posto de Saúde.

incessantemente por *“pepepe”*, ou seja, DVDs. Ana prometeu a ele que iriamos levar a TV para casa e depois retornaríamos ao centro para comprar o que ele desejasse. Apesar das explicações que Ana deu ao filho, este passou todo o trajeto reivindicando seu desejo momentâneo e ela reafirmando, a cada instante, que iríamos retornar ao centro para satisfazer sua vontade.

Ao chegarmos, Paulo nos ajudou a retirar a TV do carro, enquanto as crianças se negavam a sair do veículo — acredito que para garantir que não mudássemos de ideia e permanecêssemos no local. Ana ajudou Paulo a levar a TV para dentro, dispensando minha colaboração no transporte. Ao retornar, Ana trouxe consigo R$ 20, 00 que Paulo lhe deu para comprar, não DVDs, mas um pendrive. A sua ideia era a de gravar filmes e desenhos para o filho, o que causaria menos gastos, já que Vitor quebrava os DVDs em momentos de crise, fazendo com que os pais tivessem de recomprá-los continuamente.

Fomos até a loja onde seria possível comprar o pen drive e gravar alguns filmes. O atendente avisou que teríamos de aguardar, pelo menos, uma hora para a gravação. Nesse momento cogitei a possibilidade de esperarmos na casa da família, Vitor e Milena imediatamente se manifestaram contra essa opção, resmungando nos bancos de trás e ensaiando choro. Ana permaneceu quieta, não expressando qualquer interesse em retornar.

Diante da negativa da família, permanecemos passeando de carro pela cidade enquanto aguardávamos. Vitor, um pouco ansioso, ora ou outra repetia: *“pepepe”,* mostrando a todos não haver esquecido do objetivo de nosso retorno ao centro. Porém, pelo fato de estarmos em movimento dentro do carro, parecia confortável, atento às imagens, vistas pela janela, dos locais os quais percorríamos.

Findado o período estimado, parei o carro ao lado de algumas lojas para aguardarmos Ana, que se deslocou até o estabelecimento, para buscar o pen drive com filmes. Vitor e Milena surpreendentemente permaneceram comigo até o retorno da mãe, o que ocorreu após alguns poucos minutos de espera.

Durante esse período, percebi que Vitor tendia a se acalmar quando estávamos em movimento no carro. Desde as primeiras visitas parecia ter relacionado minha ida à residência ao passeio de carro e a ida ao parque. Portanto não havia negociação que conformasse o filho de Ana a permanecer em casa quando estava em minha presença.

2.1.3 Uma família incomoda muita gente

Milena, que apresenta diagnóstico de deficit cognitivo[19] e necessita de reforço escolar[20] e segundo professor[21], relata ter sofrido *bullying*[22] na escola. E a mãe confirma tais violências contra a filha.

Em diversos momentos em que estivemos juntas, relataram que Milena era chamada por colegas e estudantes de outras turmas de burra, pobre, suja e piolhenta — o que fazia com que evitasse frequentar as aulas e, nas suas palavras, odiasse estar nesse ambiente.

Os problemas na escola Nossa Senhora do Rosário[23] eram variados e frequentes. Em decorrência de um desses problemas, ou pelo acúmulo de vários, Milena foi proibida de frequentá-la por quase um mês, até ser transferida à outra instituição. Em uma das minhas visitas, Ana me relatou detalhadamente o que gerou a suspensão e posterior transferência da filha. Contou que, como de praxe, estava levando a filha ao colégio, porém com certo tempo de atraso. Ao tentar entrar na instituição com Milena, soube pelos monitores que estava proibida de ultrapassar os portões da escola. Como a adolescente se negava a entrar sem ela, permaneceu discutindo com os profissionais que a barraram, no intuito de assegurar seu direito de acompanhar a filha até a sala de aula.

Ana continuou seu relato, afirmando que, apesar da resistência de Milena, uma das monitoras, segurando-a pelo braço, começou a forçar a entrada da menina pelo portão ao mesmo tempo em que impedia Ana de ultrapassá-lo. Milena, ao se

---

[19] Há informações no processo judicial do diagnóstico.

[20] Trata-se de um tempo de aula além do ensino regular, que ocorrem em determinados dias da semana a alunos que apresentam dificuldade em determinadas disciplinas do currículo escolar. Não há lei regulamentando o reforço escolar. É discricionária sua implementação nas escolas.

[21] A lei n° 17.143, de 15 de maio de 2017 dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. “Art. 1º As escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina ficam obrigadas a manter a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula que tiverem alunos com diagnóstico de: I - deficiência múltipla associada à deficiência mental; deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática; deficiência associada a transtorno psiquiátrico; deficiência motora ou física com sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática; transtorno do Espectro do Autismo com sintomatologia exacerbada; e transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade/impulsividade com sintomatologia exacerbada” (SANTA CATARINA, 2017).

[22] Comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica, que pode ser direcionado a uma pessoa ou a um grupo, exercida de maneira continuada por parte de um indivíduo ou de um grupo de jovens definidos como intimidadores nos confrontos com uma vítima (CONSTANTINI, 2004).

[23] Os nomes das instituições de ensino são fictícios.

perceber sendo levada à força pela monitora, desvencilhou-se da mulher e a agrediu verbalmente, chamando-a de “puta”, “cadela”, dentre outras ofensas.

O conflito se intensificou a tal ponto que foram chamados policiais para conter a confusão na frente da escola[24]. Ana me ligou durante a semana, relatando o ocorrido, com medo de que isso pudesse prejudicar a guarda das crianças ou levá-la à prisão, pois um dos profissionais da escola relatou que a menina não seria prejudicada, mas que ela responderia pela postura da filha e que o episódio poderia “dar em cadeira”. Enquanto conversávamos ao telefone, busquei tranquilizá-la, ressaltando não haver possibilidade de ela ser presa ou perder a guarda da filha por conta de uma discussão na frente da escola.

Na outra semana, já em um dia de campo, enquanto Ana tentava manter Vitor no chuveiro ao mesmo tempo em que se desvencilhava de seus chutes e tapas, falou sobre sua preocupação pelo fato de Milena estar fora da instituição de ensino. Contou que, durante a semana, ao tentar levar a filha na escola após o ocorrido, ambas foram novamente barradas nos portões da instituição e, em frente às grades do colégio, receberam a informação, novamente pelos monitores, de que Milena já teria sido transferida para outra escola, a José Bonifácio.

Durante a semana, realizei contato com o Conselho Tutelar, que informou já acompanhar o caso e que, ao conversarem com o diretor da escola Nossa Senhora Rosário, souberam que o motivo pelo qual não permitiram a entrada de Ana no colégio tinha relação com seu comportamento considerado inapropriado pelos técnicos da instituição — já que ela havia agredido verbalmente alunos em defesa da filha, que sofria *bullying*. Entenderam que, nesse caso, a melhor alternativa seria proibir sua presença no espaço escolar.

Ana, no decorrer da semana, relatou-me, via WhatsApp, que ela e Milena foram até o Escola Estadual José Bonifácio e descobriram que o colégio anterior sequer contatou a diretora da instituição para saber sobre a existência de vaga. Foram informadas que não havia vaga para a adolescente e que teriam de procurar outro local para matricular Milena. Ao receber essas últimas informações por parte de Ana, liguei para a secretária da educação e expliquei a situação da família, que necessitava de uma resolução rápida. A secretária, ao acessar o sistema, constatou que havia

---

[24] Este fato foi confirmado por vários outros profissionais da rede, inclusive pela própria instituição de ensino.

vaga nessa última escola — o que me permitiu deduzir que a técnica da instituição que atendeu Ana havia mentido.

Relatou ainda que Milena poderia ser matriculada na instituição, porém o segundo professor já se encontrava atendendo duas crianças e que, ao incluí-la, encontraria dificuldade para atender as demandas específicas exigidas pelos demais alunos. Diante desse fato, pediu para que tentássemos vaga em instituições municipais, considerando a peculiar condição do professor naquele momento.

Passado algum tempo, encaminhei o caso ao Ministério Público, justificando que Milena já estava, nesse momento, há três semanas fora da escola e que, mesmo contatando Conselho Tutelar e Secretaria da Educação, não tinha sido possível incluí-la em uma instituição de ensino. Os assessores do promotor informaram que já havia profissionais cuidando do caso e que restava-nos aguardar.

Milena foi incluída em uma escola na quinta semana após o acontecimento que gerou sua suspensão e expulsão na instituição Nossa Senhora do Rosário. A escola que frequenta atualmente não conta com segundo professor, mas, segundo mãe e filha, os profissionais as tratam bem:

> *[...] teve reunião com a educação, conselho, escola, aí fui pegar o atestado de vaga e levei na escola municipal Menino de Deus, eles aceitaram. Falaram com ela [...] disseram: "Seja bem-vinda! O que você precisar a gente tem o telefone da tua mãe, ela tem o nosso, a gente vai conversando e vamos ajudar!" Você acredita que a menina (Milena) chorou!? Porque na outra escola era esculachada!*

Ao contrário das dificuldades que Milena encontrava na escola e que faziam com que ela relutasse a frequentá-la, seu irmão, após o almoço, esperava todos os dias, pontual e apreensivamente, na frente de casa, o ônibus que o levava até sua escola: a APAE. Ana contou que nos finais de semana e nas férias ele só falava em *"PAPAE, PAPAE, PAPAE* [APAE]*",* por não se conformar em ter de ficar longe da instituição, dos professores e dos colegas.

De fato, não foram poucas as vezes em que, ao pegarmos um caminho próximo à escola de Vitor, enquanto seguíamos em direção ao parque ou à residência da família, o menino começava a repetir de maneira empolgada *"PAPAE, PAPAE"* e apontar o dedo em direção à rua da instituição, no intuito, segundo Ana, de me mostrar sua escola.

Em outro momento, quando retornávamos à casa da família, após Vitor começar a repetir parte de seu arsenal de desejos — *“teta* [teta de nega]*, coquia, patel”* — Milena, inconformada por ter de fazer sempre as vontades do irmão e retornar para casa em vez de ficar no parquinho, não se cansava de repetir que o Vitor só queria ir no parquinho da APAE. Ana validou suas lamúrias e contou que a vontade do filho em estar na escola foi potencializada após conhecer seu amigo Miguel e que era por causa dessa amizade que “Milena está sentindo o desprezo do irmão”.

Miguel, segundo informações da mãe e de uma das técnicas da APAE[25], era um menino com diagnóstico de paralisia cerebral e por quem Vitor preservava afeição. Ana relatou que Miguel também expressava

> *[...] um sentimento muito bonito pelo Vitor [...], no ônibus da escola ninguém separa eles, vão juntinhos! Ficam juntos no parquinho da APAE. Vitor quer ajudar a dar banho e dar comida pro Miguel. É coisa mais linda de ver, tem vídeo deles juntos, vou te mandar.*

Ainda sobre a relação família de Ana e APAE, em um dos dias de visita, quando Ana auxiliava o banho de Vitor, começou a apontar quais as partes do corpo ele tinha que lavar: *“aqui, Vitor! Agora lá! Tem que cortar esse cabelo”*. E ressaltou: *“a APAE já falou que tá grande demais!”*. Já em relação à agressividade de Vitor e o nulo efeito do medicamento na época, Ana contou, com certo tom de indignação:

> *[...] não estavam acreditando em mim, que eu tava dando certo o remédio, aí as mulher da APAE levaram o remédio para dar lá (na instituição), para o Vitor. Aí viram que não tava adiantando mesmo. No dia 9 vai ser a reunião, aí eles vão ver se ele consegue consulta com a neurologista da APAE, para mudar o remédio.*

No mesmo dia, enquanto observávamos Vitor brincando sozinho no parque, Ana, em um raro momento de tranquilidade, referiu: *“Olha só que anjo! [...] é como disse a APAE, se você chega estressado, eu ou a Milena, aí que ocasiona esses petico nele (referindo-se aos surtos). A gente também tem que mudar.”*

Em um outro momento, enquanto ainda estávamos na residência, Ana relatou:

---

[25] Em uma reunião de rede, posterior a esse dia de campo, questionei a técnica a respeito do amigo de Vitor. E ela relatou sobre a relação de amizade entre Vitor e Miguel, confirmando a veracidade dos relatos de Ana e informando também sobre seu diagnóstico.

> [...] tivemos a reunião na APAE, tava a Joana (assistente social) e as profes. Vamos tentar manter o Vitor sem fralda, é como elas mesmas falaram, o processo (de Vitor ir ao banheiro) tá difícil, mas tá tendo evolução, ele já anda, fala. Elas falaram que se ele não apresentar evolução elas mesmas vão falar "Ana, bota o piá nas fraldas". Continuou seu relato informando que "elas também conversaram com o SUS (secretaria de saúde), eles falaram que não vão mais fazer injetável (medicação injetável quando Vitor estava em surto), então, a partir de agora, a Dra. da APAE, que é neurologista, vai atender o Vitor. Já fizeram um grupo no WhatsApp com todos os profissionais da APAE. Eu gostei mesmo do grupo, elas falaram: "essa criança não vai ficar sem acompanhamento", já que o SUS lavou as mãos. Segunda-feira, antes das oito, tenho consulta marcada para o Vitor com a médica da APAE. Eu agradeço (o empenho dos técnicos) porque tem coisas que vem na cabeça do Vitor e eu não sei o que fazer, é eu atrás dele, segurando nos surtos ou esse coitado aqui (Paulo) dormindo no bruto (chão de piso), quando ele (Vitor) não para de madrugada. Falaram até de mim (na reunião), me perguntaram a mesma coisa que você me perguntou da última vez, se eu tenho tempo pra mim. Elas falaram que iam pensar em algo terapêutico para eu fazer também.

Semanas depois, soube que Alessandra estava recebendo atendimento psicoterápico na instituição, já que o CAPS e o Posto de Saúde não haviam disponibilizado tal serviço à mãe de Vitor.

2.2 O QUE ESSA GENTE SABE SOBRE NÓS?

Vitor permaneceu acolhido por aproximadamente dois anos, mas as intervenções e acompanhamentos à família, realizados pelos técnicos dos serviços públicos, ocorrem há, pelo menos, seis ou sete anos. Portanto é de conhecimento desses profissionais, principalmente os que atuam nas políticas de saúde e assistência social do município, que a criança apresenta alguns rompantes de agressividade e que tem "mania" de dar beliscões ou mesmo tapas quando contrariado. Porém, ao se tratar dos relatos de Ana em relação ao comportamento do filho, estes são comumente vistos como exagerados, provocados pela agressividade da mãe ou, ainda, pela sua incapacidade de impor limites e de educá-lo de tal modo que o torne menos indisciplinado e rebelde.

Exemplo dessa visão estereotipada da família, principalmente em relação à Ana, foi o que ocorreu certo dia, enquanto eu realizava minhas atividades profissionais no fórum. Um oficial de justiça que reside próximo à rua de Ana, perguntou-me o que eu estava a fazer todo o sábado na casa da "família louca". Repetiu inúmeras vezes a expressão "louca", atribuída, nesse diálogo, principalmente à Ana, que, nas suas palavras: *"bate no marido, maltrata o filho doente e só pensa em dopá-lo".* Apesar de minha tentativa de desconstruir algumas de suas percepções, a discussão pareceu

não render reflexão alguma, já que ele era vizinho e, portanto, entendia que quem estava a opinar com pouca propriedade era eu, não ele. Findei o assunto, logo que percebi onde chegaríamos com esse debate: a lugar nenhum.

No sábado — dia de visitar a família de Ana — eu estava entusiasmada por acreditar que, dessa vez, permaneceríamos na residência por conta da chuva que se fazia constante desde o início da manhã. Pensei que essa seria uma oportunidade para observar a dinâmica, a troca de afetos e os conflitos interacionais que poderiam emergir no espaço de maior intimidade da família.

Deparei-me com Ana me aguardando fora da residência, na chuva, antes mesmo de eu estacionar o carro. Entramos juntas na residência e, de imediato, observei que todos estavam na sala, inclusive Paulo, com quem pouco tinha interagido até o momento. Milena, já ciente de que permaneceríamos em casa, encontrava-se sentada em um dos sofás, de braços cruzados, claramente incomodada com a notícia. Tentei explicar os motivos pelos quais ficaríamos no ambiente, no mesmo instante em que abria um pacote plástico contendo Coca-Cola e alguns doces, que foram estrategicamente comprados no intuito de diminuir a frustração que sabia que iria causar com a notícia.

Vitor, até então, parecia calmo e interessado no pacote de guloseimas que eu havia trazido. Ana, mais quieta do que o normal, voltou a se acomodar no sofá e mexer no celular, respondendo de forma monossilábica alguns questionamentos que eu fazia com o objetivo de incitar um diálogo. Paulo começou a varrer a sala e cozinha, atividades domésticas que o via realizando com frequência.

Após um tempo de marasmo, decidi questionar Ana sobre o motivo de tanto silêncio. Ela contou que tem relação com seu estado emocional atual, por estar exausta dos constantes surtos de Vitor nessas férias da APAE. Disse ter certeza de que o atual temperamento do filho estava relacionado à ausência de um determinado medicamento que ele não estava fazendo uso há alguns meses. Relatou que o motorista perdeu a receita do remédio e agora, para consegui-la novamente, precisaria realizar nova consulta com um médico “de fora” (outro município) que não foi sequer agendada pelos técnicos da secretaria municipal de saúde. Finalizou o assunto exclamando: *“Mas dia 26 começa a APAE, graças a Deus! Porque daqui a pouco vou ficar louca!”.*

Paulo terminou a limpeza do chão nos dois cômodos e começou a lustrar os móveis da sala. Aproveitei, já que estava próximo a mim, para “puxar” conversa.

Assentiu à minha investida, relatando alguns eventos do trabalho. Relatou que *"lá é reunião em cima de reunião"*, queixando-se, sobretudo, do abuso de alguns funcionários que ficam horas no banheiro para não trabalhar, além dos apelidos que são criados entre eles, que humilham e provocam conflitos no ambiente. Apesar das reclamações, falou de seu trabalho, como sempre, com orgulho, e ressaltou, aumentando o tom de voz, que ele *"não fica desempregado",* pois os chefes sabem de seu comprometimento para com as funções que exerce.

Nesse meio tempo, Ana, que continuava a olhar fixamente seu celular, foi repentinamente interrompida por Vitor, que estava próximo a ela e começou a clamar, aos gritos, para sair de casa: *"mãe! paquinho! Mãe! cáo (carro)!"*. Concomitante às reivindicações, que, a princípio, foram ignoradas por Ana, esta deixou o aparelho de lado e se voltou a mim, para contar que estava incomodada com *"o pessoal do CAPS".* Recebeu a visita de um dos profissionais da instituição há alguns dias e foi cobrada pela sua ausência nos grupos terapêuticos. *"Ahhh veio aqui e começou a falar, vocês têm que voltar pro CAPS, Ana; vocês têm processo; vocês têm PSC pra cumprir [Prestação de serviço à comunidade][26], vai dar problema para vocês na justiça, vocês têm que voltar!".*

Vitor interrompeu a mãe novamente, aumentando gradativamente o tom de voz, agarrando a sua roupa e a puxando em direção ao seu corpo. Continuou a repetir, agora mais próximo ao ouvido de Ana: *"painho (parquinho)! Patel (pastel)! Painho! Painho!".* Ana, encurralada pelo filho, esbravejou: *"não tem painho, não tem!".* Ao receber a negativa da mãe, Vitor se voltou contra a irmã, que também estava sentada próxima a eles. Foi em sua direção, agarrou seus cabelos e lhe agrediu com bofetões. A mãe tentou, sem sair do sofá, desvencilhar a filha das agressões enquanto continuou a dar explicações sobre a nossa permanência na casa: *"não dá, Vitor! Tá chovendo! Como é que nós vamo!".*

Vitor, após ser obrigado a largar a irmã, que não pareceu impactada com as agressões que acabara de receber, permaneceu a repetir, sem cessar, suas vontades *"cainho, cainho...* [carrinho]"*.* Ana, claramente cansada da situação, anunciou: *"se a Cláudia levar nós lá no teu vô, a gente consegue um pra você".* O pai de Ana trabalha com reciclagem, portanto, no processo de coleta e seleção do lixo, encontra e guarda

---

[26] Ana cumpre prestação de serviço à comunidade em decorrência de uma briga que incorreu em agressão física perpetrada por ela contra seu marido.

carrinhos e outros brinquedos que, posteriormente, repassa aos netos. Eu, obviamente, concordei de pronto com a ideia.

Ao sairmos da residência para ir ao pai de Ana, vimos estacionar na frente da casa da família o carro da prefeitura. Ana observou com atenção tal movimentação e falou em tom baixo, parecendo questionar a si mesma: *"é o motorista do SUS?".* O motorista, enquanto abria a porta para sair do carro, levantou o braço e fez sinal para Ana ir ao seu encontro. Ela acatou seu pedido e se deslocou até onde ele estava. Após uns minutos, retornou entusiasmada, pois lhe foi entregue uma amostra do medicamento do Vitor. Foi informada, ainda, de que a consulta para conseguir novamente a receita do medicamento já havia sido marcada. Ao mesmo tempo em que expressou entusiasmo pelo inesperado acontecimento, ficou sem entender o motivo pelo qual o medicamento, naquele momento, foi disponibilizado, já que estava há meses implorando para que resolvessem tal situação. *"Eu já tinha desistido de pedir, eles disseram que não iam dar!",* relatou.

Após a boa notícia, demos continuidade ao trajeto. No carro em movimento, Vitor parecia mais tranquilo, mas, ao chegarmos e percebermos que o seu avô não estava em casa, deu início às lamúrias e repetições. Retornamos para o carro e, diante da insistência da criança e de sua potencial agressividade, decidi, naquele momento, ir ao mercado do bairro comprar um carrinho. Pedi, no entanto, para aguardarem no estacionamento, a fim de evitar que Vitor cometesse alguma atitude impulsiva no estabelecimento, já que seu humor estava visivelmente alterado.

Retornei com o brinquedo e entreguei de imediato à criança. Porém, enquanto nos deslocávamos à residência, percebi que ele não parecia satisfeito. Na verdade, sua insatisfação era algo esperado por mim, pois já havia sido possível perceber que os seus pedidos faziam parte de um determinado estágio de sua crise. A satisfação de um desejo levava automaticamente à busca por outro, e assim sucessivamente, até não haver mais como saná-los e, por fim, vir à tona a agressividade que estávamos apenas postergando com objetos.

Irritadiço, no retorno para casa, continuou a reclamar a posse de outros objetos aleatórios, como já era de se esperar. Assim que estacionei o carro, Vitor abriu a porta e jogou com força o carrinho que acabara de ganhar e que foi parar no meio da rua. Ao mesmo tempo, começou a chorar e gritar, exigindo, agora, um pastel. Em seguida, correu, repentinamente, da beirada da calçada até próximo ao meio da rua em direção a um carro em alta velocidade. Ana, ao ver a cena, gritou

desesperadamente o nome do filho, no intuito de alertá-lo. Correu e o segurou a tempo de impedir o acidente. Eu me mantive imóvel e perplexa com o ocorrido.

Paulo deslocou-se até a rua para ajudar Ana a contê-lo. Vitor, naquele momento, foi literalmente arrastado pelos pais até a sala da casa. Os vizinhos colocavam os rostos nas janelas, saiam nas sacadas de suas casas e observavam, curiosos, os acontecimentos turbulentos provocados pelo filho de Ana e de Paulo. Em meio aos gritos e tentativas de desvencilhamento da contenção dos pais, Vitor continuava a exigir: *"patel! Coquia! Pepepe!".* Os pais, já na sala, maquinavam apressadamente sobre formas de ministrar o remédio que o motorista entregou à Ana há menos de uma hora. Eu soube, por Ana, que a hora correta de Vitor ser medicado era 7h da manhã, mas, naquele momento, decidiram que não havia alternativa senão a de quebrar essa regra.

Vitor usou toda a sua força para se desprender do pai, que permaneceu abraçando-o por trás, em uma postura que imobilizava os braços e o tronco do filho, enquanto a mãe foi em busca de uma colher, já que o remédio era líquido e precisava ser ministrado oralmente. Segurando com força o rosto de Vitor, ela conseguiu mantê-lo sem movimentos faciais e introduzir a colher com a medicação praticamente goela abaixo.

Dado o remédio, largaram-no e tentaram acalmá-lo através do diálogo, sem se distanciar e deixar de observar, por um minuto sequer, cada passo do "anjo". Eu continuei por perto, em pé, junto aos demais que olhavam atentos aos seus movimentos imprevisíveis. Enquanto perambulava pela casa, visivelmente consternado, sua irmã foi em busca de uma teta de nega, que ele estava pedindo aos berros. É um produto barato, acessível aos pais naquele momento, custando aproximadamente R$ 0, 50.

Ao retornar e entregar o doce em suas mãos, ele o jogou contra a parede, exigindo, agora: *"pepepeeeee!"*. Novamente, Ana e Paulo começaram a discutir meios de sanar mais essa demanda do filho. A família estava sem dinheiro, o vale-alimentação de Paulo só seria disponibilizado na outra semana. Apesar disso, Ana pediu para eu levá-los ao estabelecimento, pois, por conhecer a proprietária, acreditou que conseguiria comprar "fiado".

Chegando lá, iniciou um discurso de convencimento à funcionária que não surtiu o efeito esperado. Assim que a lojista percebeu qual era sua intenção, negou o pedido e aproveitou para cobrar outra dívida de R$ 20, 00 de DVDs que não haviam

sido pagos pela família. Intrometi-me na discussão e pedi à lojista que permitisse à família o acesso aos DVDs, já que eu iria pagá-los. Assim sendo, liberou a caixa contendo os produtos para que Ana, Vitor e Milena escolhessem o filme.

Apesar de Vitor ter agido de forma mais contida enquanto estávamos na loja, o trajeto até a residência não destoou muito daquilo que já estávamos vivenciando antes da compra do DVD: choro, gritos, pedidos incessantes de objetos aleatórios. Ao chegarmos em casa, suas exigências eram proferidas de forma mais intensa, rápida, repetitiva: *"coquia, patel, paquío..."*.

Na sala, foi até a estante, "fitou os DVDs" e jogou, um por um, no chão. A mãe se ajoelhou próximo aos filmes e começou a procurar um que pudesse lhe agradar. Ao ver a intenção da mãe, balbuciou algo que, naquele momento, só ela pôde entender. *"Ele quer assistir Chucky, o boneco assassino"*, disse Ana. Esse filme foi banido da casa, já que, para ela, a agressividade do filho aumentava ao assistir as cenas de violência. Por esse motivo, ignorou o pedido, até porque, naquele momento, Vitor não mantinha o foco em um objeto específico por mais de 1 ou 2 minutos.

Distanciou-se da mãe e dos DVDs e foi juntar a teta de nega do chão. Deu uma ou duas mordidas e a jogou novamente no mesmo lugar. Aproximou-se da mãe novamente, retomando o arsenal de pedidos, aos gritos: *"Mãeee! Tarrio(carrinho)! Coquia! Pão..."*. Ana demonstrava estar exausta, respondendo aos questionamentos de forma automática, buscando somente se movimentar quando fosse imprescindível sua atuação, ou seja, nos momentos em que ele colocava sua vida em risco, agia no intuito de quebrar algo valioso para a família ou agredia outras pessoas.

Após alguns minutos de gritos, Milena, ao passar ao lado do irmão, foi agredida novamente. E Ana, novamente, os separou e o segurou com força, tentando conter os chutes, socos e mordidas que queria distribuir a quem se aproximasse. Sentou-se no sofá com o filho no colo no intuito de imobilizá-lo, pois, liberando-o de suas amarras naquele momento, certamente, daria continuidade às agressões.

Paulo, que estava próximo à Ana e de prontidão para intervir caso houvesse necessidade, iniciou um diálogo sobre as possibilidades de comprar pão, já que o menino havia pedido. *"Talvez assim ele pare",* disse Paulo. Mas ele lembrou, naquele momento, que estava devendo R$10, 00 na padaria e que, por isso, não iriam vender fiado. Não houve tempo de concluir o diálogo sobre a compra do pão, pois Vitor, que pareceu atingir o pico de sua agressividade, tentou, abruptamente, morder a mãe e se desvencilhar de seus braços.

Ao perceber sua intenção, Ana o segurou com mais força enquanto Vitor, contido em seu colo, exigia naquele instante, aos gritos, por piscina. Ela conseguiu rir daquela situação, já que era um pedido descabido, pois chovia e fazia frio. Não estava conseguindo sozinha conter o filho, *"olha Cláudia, já tá quase saindo daqui ele é muito forte! Muito gordo!"*. Ana proferiu essa frase com uma expressão facial e entonação de voz que, mesmo naquele momento caótico, transparecia orgulho pelo filho ser forte. Quase mais forte que ela.

Paulo se aproximou para ajudar e Vitor, ao perceber o movimento do pai, forçou o corpo e o pescoço em sua direção, no intuito de agredi-lo. Ao captar a intenção do filho, afastou-se rapidamente e, de maneira mais cautelosa e estratégica, concluiu seu objetivo sem levar bofetões ou mordidas. Conseguiu segurar seus braços, enquanto a mãe, sentada no sofá, mantinha-o em seu colo, segurando o corpo e a cabeça. Ainda assim, perceberam que o filho poderia conseguir se liberar da contenção, por meio de seus movimentos bruscos e intensos. Por precaução, Ana gritou o nome de Milena, reivindicando sua ajuda, que se aproximou do irmão e segurou as suas pernas.

Ele tentou de todas as maneiras morder e bater. Contorceu-se e gritou incessantemente. Em um determinado momento, de tanto se contorcer conseguiu liberar um braço, que estava sendo contido por Paulo, e que o possibilitou agarrar parte do cabelo da mãe. Puxou o cabelo com força a ponto de aproximar o rosto dela do seu. Pelos seus movimentos faciais, parecia que a intenção era de mordê-la onde fosse possível alcançar. Paulo abriu os dedos do filho com dificuldade, momento em que Ana conseguiu afastar seu rosto e salvar seus fios. Nesse turbilhão, Ana ainda tentou acalmá-lo. Com muito cuidado, para mantê-lo sob controle, passou a mão sobre o rosto do filho e falou em um tom de voz sereno: *"calma, fio, calma, já passou, calma".*

Os gritos de Vitor só aumentavam e, nesse momento já não era possível compreender minimamente sua fala. Mesmo assim, Ana tentou dialogar: *"Vitor, eu vou dar o que você quer se você se acalmar".* Eu, observando aquela cena, achei improvável que ele tivesse compreendido uma só palavra, por estar eufórico e gritando ininterruptamente.

Não estavam mais conseguindo contê-lo na sala, então decidiram arrastá-lo para o quarto. Milena segurou as pernas, Paulo os braços e Ana se manteve entre o tronco e pescoço. Os movimentos que o filho fazia para se liberar das mãos dos

familiares eram intensos e expressavam, ao menos a mim, além de agressividade, desespero. Os pais demonstravam, pelos gestos, que estavam a fazer uso de toda a energia e força corporal para impedir que o filho se liberasse do refreamento que impeliam sobre seus movimentos.

Ao colocarem Vitor na cama, Ana falou que iria soltá-lo se ele não batesse mais em ninguém. Ele não expressou qualquer gesto que denotasse compreensão, muito menos concordância sobre o que Ana falava, permanecendo no mesmo nível de euforia, resistência e agressividade. Mesmo assim, ela fez uma tentativa. Ao se ver livre, rapidamente, agarrou a perna da mãe e mordeu sua coxa com força. Ana começou a gritar de dor e Paulo tentou imediatamente desprender os braços do filho que estavam fortemente entrelaçados na coxa da mãe. Com a ajuda da irmã, conseguiram abrir seus braços e afastá-lo de Ana.

A mãe, marcada com os dentes do filho, voltou a contê-lo na cama junto aos demais integrantes da família e na mesma ordenação de antes — braços, pernas, tronco e cabeça. A crise só se intensificava. Quando se desvencilhava, precisavam ser extremamente rápidos para segurar o braço ou a perna novamente. Os gritos eram ensurdecedores. Compreendi, naquele momento, o motivo das inúmeras denúncias dos vizinhos. Realmente, parecia que alguém estava o matando.

Ana pediu para eu ligar para os bombeiros a fim levá-lo ao posto de saúde e contê-lo de algum modo. Eu liguei e recebi a resposta de que não havia carro disponível. Logo após a negativa dos bombeiros, Vitor pareceu alterar positivamente seu estado emocional, acalmando-se paulatinamente. Diante dessa sutil mudança, decidiram soltá-lo novamente.

Eu me senti desprotegida, com medo de permanecer no ambiente. Vitor se aproximou e tentou me beliscar. Assim que Ana percebeu a intenção do filho, repreendeu-o imediatamente. Ele se afastou, visualizou a Coca-Cola em um dos cantos da casa e a jogou contra a parede, foi em direção ao armário, pegou alguns DVDs que ainda não haviam sido jogados no chão e escolheu um de sua preferência. Ana, atenta aos movimentos do filho, perguntou: *“Quer ver Patati Patatá?”* Ele fez movimentos afirmativos com a cabeça. Naquele momento, as músicas de Patati e Patatá embalavam os gestos imprevisíveis, mas menos agressivos de Vitor. Ele ameaçou dançar, mas não se animou a tal ponto.

Os pais voltaram a se acomodar nos sofás para conversar sobre amenidades, como se nada tivesse acontecido, retomando, dentre outros assuntos, um de grande

relevância, a necessidade de manter a medicação para controlar os surtos de Vitor. Sobre essa questão, Paulo afirmou: *"eu fui várias vezes pedir, viraram as costas para nós"*. Ana deu continuidade às justificáveis lamúrias a respeito da tendência dos técnicos dos serviços públicos a deslegitimar os discursos da família e desqualificar suas táticas de supressão das crises. Contou que:

> *[...] esses dias deu crise (no Vitor), os vizinhos ligaram pro Conselho, vieram aqui e disseram que receberam denúncia que a gente tava sufocando o piá. Que essas coisas (surtos do Vitor) tavam incomodando os vizinhos. Desse jeito iam ter que levar pro abrigo de novo. E o problema era que eu não tava adaptada às crises do Vitor.*

Após uma gargalhada irônica, continuou: *"Sim. Adaptada às crises. Quem sabe querem que eu não segure o piá e não consiga sair de casa com tanta mordida, chute e coice dele."*

Enquanto conversávamos, Vitor não parava quieto, andava e mexia em objetos todo tempo. Continuou a pedir coquinha, pastel, teta de nega, mas, naquele momento, sem externalizar agressividade. Ana, observando o filho, afirmou a mim que ele começará a *"ficar bom"* a partir do dia seguinte com o efeito do remédio, e ressaltou:

> *[...] é, aqui em casa é assim. Todo mundo tem que se virar. Ele quer as coisas. Quando a gente não tem de onde tirar, Milena corre nos vizinhos pra ver se tem como ajudar, os vizinhos que conhecem ficam com pena e dão dinheiro pra ele comprar. Quando não dão, às vezes ele continua insistindo, às vezes, para.*

Algumas semanas após esse evento, quando já estavam com a família no parque do centro, Milena me perguntou se mais tarde poderíamos ir ao cemitério, pois ela queria ver onde seus irmãos estavam enterrados. Ana, ao ouvir o pedido da filha, contou que ela já havia expressado outras vezes esse desejo. *"Eu não me envolvo muito com isso, não gosto de ir, mas ela sempre me pede".* Respondi afirmativamente à Milena, que pareceu entusiasmada com minha devolutiva.

Saímos do parque em direção ao cemitério. Os dois irmãos sobre os quais Milena se referiu não chegaram a nascer com vida. Ana me contou, semanas antes, que os fetos não se desenvolveram e que isso ocorria a partir do sexto mês de gestação, portanto precisava parir seus filhos mortos. Contou-me sobre uma das experiências, de um de seus filhos que já tinha quase oito meses de vida.

> *Ele tinha que sair sozinho. Fiquei numa sala, só eu e ele (o bebê) e uma enfermeira entrava de 15 em 15 minutos para ver como eu tava. Eles (os médicos) me falaram que se ele tivesse mais de tantos centímetros ele seria enterrado, senão ia ficar no hospital para pesquisa...*

Mas há também Maria Júlia, irmã gêmea de Vitor, que faleceu aos 4 anos de idade e está enterrada em outro local. A família raramente fala sobre a filha e sobre a perda. Ana também não visita o local onde ela está enterrada há anos. Portanto propus que depois nos deslocássemos até o cemitério para ver o túmulo de Maria. Todos concordaram com minha ideia.

Ao chegarmos no primeiro cemitério, começamos a andar sem rumo pelo local, já que Ana não conseguia lembrar onde estava a lápide dos filhos. Justificou sua dificuldade, alegando que, além de não ir ao cemitério há muitos anos, a lápide era muito pequena e a quantidade de túmulos havia aumentado, o que dificultou a localização de pronto. Ao perceber que não iria encontrar sozinha, resolveu pedir ajuda ao coveiro, que, muito solícito, após alguns equívocos, nos mostrou o local.

De frente para a lápide, não houve silêncio, nem reflexão, nem reza, tampouco emoção por parte da Ana. Esta iniciou uma conversa empolgada com o coveiro sobre quanto ele cobraria e o que poderia ser feito para melhorar a aparência da lápide. Não manteve a atenção para onde os filhos estavam enterrados e, quando não havia mais nada para falar, pediu para irmos embora.

No retorno, quando ainda estávamos nos deslocando em direção à saída do cemitério, ela mantinha os olhos vidrados no filho para que não caísse sob algum túmulo. Perguntei, por curiosidade, qual o motivo de tanto cuidado. Ela relatou que cair nesses lugares traria azar ao filho. Segurou a mão de Vitor com força e seguiu, afoita, em direção ao portão de saída.

Seguimos ao outro cemitério e, ao chegarmos, deparamo-nos com a mesma dificuldade: encontrar a capela. Porém, dessa vez, não havia coveiro para nos socorrer. Após aproximadamente 15 minutos de procura, Ana apontou com o dedo para uma estrutura de alvenaria e vidro que acreditava ser o lugar onde sua filha estava enterrada.

Aproximei-me eu, Vitor e Milena. Já a mãe, que se manteve há alguns metros de distância, repetiu um comportamento semelhante ao que desempenhou no outro cemitério. Falou o tempo todo sobre assuntos aleatórios, mesmo sendo ignorada,

naquele momento, por nós, parecendo buscar outros pensamentos que não os relacionados ao motivo pelo qual estávamos naquele local.

Em frente à capela, tentei explicar ao Vitor que sua irmã estava ali. Repeti algumas vezes na esperança de que ele compreendesse por qual razão, a partir de seus quatro anos de idade, nunca mais viu sua irmã gêmea. Ele nunca esteve nesse cemitério, não veio no velório nem no enterro, a mãe não fala a respeito da Maria Julia. Portanto, de certa forma, era a primeira vez que alguém lhe mostrava algo concreto em relação a essa perda.

Milena, parada ao meu lado e escutando as informações que tentava transmitir ao Vitor, fez o sinal da cruz e foi se afastando do local em direção à mãe. Antes de irmos, pedi ao Vitor para se despedir de Maria. Ele, para minha surpresa, mandou um beijo com a mão nos lábios em direção à capela e sinalizou querer seguir a irmã que já se encontrava ao lado de Ana. Assim sendo, decidimos todos voltar para o carro.

No caminho para casa, Vitor começou a se comportar de forma intransigente, exigindo DVD, carrinho, pastel, coquinha etc. Decidimos não ceder às suas investidas — até porque já era tarde e as lojas estavam fechadas — dando continuidade ao trajeto rumo à residência da família. Quanto mais nos aproximávamos da residência, mais agressivo era seu comportamento e mais altos eram os gritos de súplica pela posse dos objetos de seu desejo.

Ao chegamos em casa, ele saiu do carro e correu repentinamente em direção a outro carro na rua — evento que já havia ocorrido semanas atrás, em uma de suas crises. Por sorte, o motorista, que já estava dirigindo de forma ponderada, reduziu ainda mais a velocidade, não havendo, nesse caso, risco à vida de Vitor.

Logo após esse episódio, seguiu sozinho em direção a uma loja que vendia DVD. Ana e Paulo se apressaram para alcançá-lo e contê-lo em uma das ruas do bairro. Nesse cenário de intransigência e inconformidade por parte de Vitor, Ana sugeriu que retornássemos até o centro, passando pelas lojas onde costumavam comprar DVDs, para que ele pudesse ver que estão todas fechadas, não havendo, desse modo, condições para satisfazer sua vontade naquele dia.

Ao seguirmos para o centro e antes mesmo de nos aproximarmos da loja de DVD, Vitor começou a chorar e pedir para que voltássemos à residência. Ana, contrariando a vontade do filho, verbalizou a importância de continuarmos já que, dessa forma, ele poderia compreender a impossibilidade de comprarmos o que queria

naquele instante. Chegando ao estabelecimento, Ana apontou o dedo para a loja e explicou novamente que, como era possível ver, as portas estavam fechadas, não havendo o que fazer em relação a isso, portanto o DVD teria de ser comprado outro dia.

Voltamos, dessa vez, com Ana no banco de trás, junto ao filho, por já considerarmos a possibilidade de ele dar início aos rompantes de agressividade. Ao chegarmos na residência, saiu rapidamente do carro e correu sem rumo, em círculos, na rua da frente de casa. Paulo correu em sua direção e, abraçando-o, conseguiu contê-lo. Ana, no mesmo instante, aproximou-se para ajudar no intuito de levá-lo para dentro de casa. Nesse momento, foram gritos incessantes, tentativas de fuga, de agressão, mordidas, socos, tapas, beliscões.

Ao se depararem com o nível de agressividade do filho, mudaram de ideia e, em vez de levá-lo para casa, tentaram, em meio à crise, colocá-lo dentro do carro novamente, por entenderam ser necessário medicá-lo no posto de saúde. Pedi para Paulo ir conosco a fim de ajudar a conter o filho no carro. Não me deu ouvidos e, enquanto eu tentava convencê-lo, virou-se repentinamente, dando de ombros e retornando para casa. Nesse momento, Ana, que já estava segurando Vitor nos bancos de trás, reforçou que a presença do pai era desnecessária, já que tinha força suficiente para conter a criança.

No trajeto, Vitor tentou agredir a mãe constantemente. Ana defendeu-se dos bofetões até ser atingida com um tapa no rosto. A agressão machucou seu olho e, do retrovisor, pude ver que o local inchou imediatamente. Apesar da dor, a mãe conseguiu manter o filho sob controle durante todo o trajeto.

Ao chegarmos no posto, Vitor se comportou de maneira diferente. Já não precisou mais ser contido da mesma forma. Chorou, mas sem expressar a agressividade de antes. Puxou a blusa da mãe e pediu para ir embora. Parecia se sentir ameaçado no local. Ana confirmou minha percepção sobre o medo e a insegurança que o menino emanava, relatando que esse comportamento era pelo fato de saber dos procedimentos pelos quais seria submetido e por não querer ser medicado.

Sem aparentar compadecimento pelo medo do filho, Ana o segurou firmemente pelo braço e seguiu em um corredor que dava para a sala de emergência, para conversar com a médica que já havia lhe atendido outras vezes. Aproximei-me do local sem entrar na sala, mas perto o suficiente para escutar o diálogo.

Ana começou a detalhar as crises que o filho estava apresentando e a médica, muito educada, tentou explicar à Ana que a injeção continha uma dose cavalar para a criança e que não seria adequado repeti-la com tanta frequência. Além do mais, Vitor não estava em surto, o que extinguia o motivo pelo qual se realizaria tal procedimento. Nesse momento, decidi intervir e, além de explicar minha presença e participação naquele ambiente com a família, relatei também o que eu já havia presenciado a respeito das crises de Vitor.

Ana se afastou por algum motivo do local onde estávamos e, oportunamente, a médica e outra profissional da área aproximaram-se de mim para relatar que Vitor sempre chegava ao local sem indícios de crise alguma e que Ana parecia querer dopá-lo sem motivo. O meu contraponto a respeito dos comportamentos de Vitor não pareceu causar qualquer mudança em relação à percepção das profissionais naquele momento.

Ana, ao retornar e escutar parte do meu discurso, pareceu se sentir empoderada de alguma forma e ressaltou que tais episódios são informados por ela há anos, porém não é ouvida, ninguém acredita nos seus relatos, não sabem pelo que ela passa e, como um desabafo, disse *“não aguento mais!”.* Exaltou-se no local onde, além das profissionais, encontravam-se também pacientes à espera de atendimento. Todos, inclusive eu, pediram, naquele momento, para que ela parasse de gritar, pois estávamos tentando resolver a situação.

A médica reforçou que precisávamos de sua ajuda naquele momento, já que estávamos tentando pensar sobre o comportamento de seu filho e buscar alternativas para que cessassem os episódios de agressividade. Ela, após ouvir o pedido da médica, gritou: *“como é que eu vou ajudar se eu preciso de ajuda!?”.*

Após decidirem realizar o procedimento, a médica disse que a cada quatro dias iriam medicá-lo, mas somente enquanto não derem início a outro tratamento, que seria avaliado por um neurologista. Ana concordou com a médica e, enquanto acompanhava Vitor no procedimento e eu aguardava fora do local, outra técnica se aproximou de mim a fim de retomar o assunto “família de Ana”.

Ela repetiu os discursos, que mais parecem palavras de ordem, reproduzidos entre a rede de atendimento no que diz respeito à família: de que Ana não estimulava o filho; não dava comida mastigável a ele; que “socava a mamadeira” para ele comer até os seus quatro anos de idade; que sua anemia era profunda no início das

intervenções médicas e assistenciais e que esse era o motivo ou uma das principais causas de seus problemas de saúde atuais.

O episódio da mamadeira realmente ocorria e demandou de investimento de tempo, paciência e métodos pedagógicos da rede, principalmente por parte dos profissionais da APAE, mas já foi superado há alguns anos. Ademais, Ana tem justificativa sobre o motivo pelo qual não alimentava o filho com comida sólida. Não raras vezes relatou a mim que, aos seis meses de idade, Vitor teve uma reação após ingerir um "Mucilon"[27]. *"Ele teve convulsão, desmaiou, parecia morto. Passou 15 dias internado",* relata. Segundo a mãe, foi nesse momento que o médico percebeu que Vitor apresentava *"crises convulsivas, atraso psicomotor, mal desenvolvimento no cérebro e era um pouco surdo".* Depois daquele episódio, a mãe referiu que realmente *"socava a mamadeira, pois ele simplesmente não queria mais mamar e não comia. Eu tinha que segurar os braços dele para forçar a tomar mamadeira, porque ele tinha ficado com trauma".*

Apesar de essa fase já ter sido superada e atualmente Vitor se alimentar normalmente, como qualquer outra criança, a história era reavivada nos discursos dos profissionais, que a utilizam para resumir, exemplificar ou comprovar, em qualquer circunstância, a incapacidade de Ana para cuidar do filho.

Após ouvi-la, busquei trazer outras versões dos fatos. Como, por exemplo, sobre as formas como Ana demonstrava afeto; de como se sentia sozinha por não poder contar com o pai (Paulo) para lidar com as dificuldades dos filhos no cotidiano; de como esses filhos são vinculados a ela e dependem de sua atenção e de suas ações para a satisfação de suas necessidades; de que, apesar de apanhar diversas vezes de Vitor, durante todo o tempo em que estive acompanhando a família, nunca revidou fisicamente tal agressividade.

A técnica, ainda no intuito de me convencer sobre a incapacidade da mãe, relatou que a violência desta se expressa de outras formas que não necessariamente através da violência física. *"São seus gritos, sua falta de paciência, sua negligência"*. Admiti que ela tem diversas dificuldades, mas que terão de ser trabalhadas e de forma paliativa, pois algumas debilidades talvez não sejam sanadas. Porém é a única pessoa que demonstra afeto e interesse pelo bem-estar de Vitor, com quem ele

---

[27] Cereal infantil para bebês.

mantém profunda vinculação, e que se movimenta para buscar soluções às dificuldades e necessidades de sua prole.

A técnica, com energia para continuar, perguntou: *“o que será de Vitor com essa mãe quando ele chegar à puberdade?”*. Respondi afirmando que teremos de continuar buscando estratégias de intervenção, medicamento mais eficaz para o filho, auxílio psicológico e talvez psiquiátrico, para um ou para ambos. Ressaltei, por fim, que Ana também precisaria de cuidados.

Ela, parecendo ter desistido de me fazer aceitar passivamente suas percepções, despediu-se e retornou para seu setor. Aguardei a família por mais aproximadamente 20 minutos, já que, em decorrência da medicação, fazia-se necessária a permanência da criança no local para observação. Findado o prazo, entramos todos no carro e seguimos para a residência da família.

Passado algum tempo, após buscar novamente a família em casa, realizamos, como de praxe, algumas atividades no centro — dentre elas, a ida ao parque, passeio em algumas lojas e compra de lanches. No retorno para a residência, Vitor começou a pedir rápida e repetidamente *“Patel, coquia, cáo”.* Estacionei em um mercado e comprei o pastel, uma coxinha para Milena e um pacote de bis. Ao chegamos em casa, Vitor continuou a repetir, consternado, sua lista de desejos e a chorar.

Paulo, que também estava em casa e assistia, atento, o desenrolar da crise, contou que teve de vender o celular esses dias para comprar coisas para o Vitor: *“quando ele torrou os 150 pila começou a quebrar as coisas!”.*

Vitor juntou um carrinho do chão e tentou quebrar. Aproximou-se da mãe e gritou em seus ouvidos as típicas reinvindicações. Pegou os DVDs, que havia sido comprado há menos de 20 minutos e tentou quebrá-los. Foi impedido pela rápida intervenção do pai. Desvencilhou-se deste e seguiu em direção à Ana, agredindo-a e chorando: *“vamo, vamo, vamo, maeee, vovovo* [vô]*”*. Afastou-se da mãe e partiu para a TV da sala, puxando seus fios no intuito de derrubá-la. Os pais correram para tentar salvar o objeto de maior valor monetário na casa. Quando se viu impedido, virou-se para a mãe e lhe deu um tapa em seu rosto.

Ana, diante da crise do filho, pediu para levá-los ao “SUS”, no intuito de medicá-lo. Concordei em levá-los, mas avisei antecipadamente que não iria intervir como fiz da última vez, caso os médicos decidissem por não o medicar. Ela aceitou minha condição e, naquele momento, buscaram conter a criança para levá-la até o

carro. Nesse trajeto, ele tentou desesperadamente agredir e correr. Conseguiu, através de seus movimentos bruscos, agarrar os cabelos da mãe, que permaneceu alguns instantes gritando de dor e pedindo, aos berros, para ele largar. Com muito esforço conseguiu abrir os dedos filho, afastar seu cabelo e rosto das mãos dele e colocá-lo no carro.

Na fila de espera do posto de saúde, ele chorou, gritou, jogou-se no chão duas vezes, deu dois tapas no rosto de Ana, pediu água, xixi, jogou-se novamente no chão e tentou, novamente, agredi-la. A mãe, em meio a essa cena de descontrole, disse-me que conhecia as artimanhas do filho e que esses pedidos eram meios para conseguir sair do local e não ser medicado.

A médica pediu para Ana e Vitor entrarem, os quais, juntamente com Milena, deslocaram-se até a sala da médica, enquanto eu permanecia aguardando na sala de espera. Ao observar Vitor indo ao encontro da médica, percebi que já apresentava mudanças em seu comportamento. Estava mais contido, chorando baixo e sem indícios de agressividade.

Após aproximadamente 15 minutos, vi a mãe e os filhos saindo porta afora. De mãos dadas com Vitor, Ana andava a passos acelerados e firmes, com um semblante fechado, rígido. A cena já me fez supor o que havia ocorrido. Fitou-me pelo canto do olho e seguiu, em silêncio, em direção ao carro. Segui-os e, ao me aproximar, não foi preciso perguntar, pois Ana, com ar de indignação, fez questão de externar, de imediato, o que havia ocorrido: *“Sem remédio, não vão fazer mais!”.* Vitor, naquele momento, estava calmo, mas era muito provável que à noite voltasse a apresentar os mesmos comportamentos que justificaram a ida ao posto de saúde. Entramos no carro e seguimos em direção à casa de Ana, findando mais um dia de campo.

2.3 QUEM NÃO TEM DINHEIRO RESOLVE COM RABICHO

Era sexta-feira, final de expediente do trabalho, quando recebi uma ligação de Ana, relatando que a luz de sua casa havia sido cortada. Discursou longamente ao telefone, tentando, a seu modo, explicar que parte daquela dívida não era de sua família, mas de quem residia antes deles no local. A única alternativa à época era assumir o débito, pois a empresa de energia elétrica se recusava a religar a luz sem a quitação da dívida anterior.

O valor total foi fracionado pela empresa, mas, nos últimos meses, a família não estava conseguindo guardar dinheiro suficiente para pagar as parcelas. A situação se agravou a partir do momento em que pararam de pagar, tanto a conta do mês atual, quanto as prestações anteriores.

Em contato com a empresa de energia elétrica, obtiveram a informação de que só conseguiriam religar a luz com uma entrada no valor de R$ 430, 00. Diante da inexistência dessa quantia que, considerando as condições econômicas da família, era exorbitante, restava permanecer à luz de velas e sem banho de chuveiro, pois ninguém se submeteria a expor o corpo na água gelada às vésperas do mês de junho.

Procurei, por telefone, acalmá-la, e fazê-la compreender que, em uma sexta-feira, às 19h, não resolveríamos o problema. Eu tentaria encontrar alguma solução junto aos técnicos do Poder Executivo e Ministério Público na segunda-feira.

No sábado, desloquei-me até a residência da família. Ana e os filhos já despontavam nas janelas e porta, aguardando minha chegada. O dia estava nublado e, ao adentrar a casa, pareciam 19h e não 13:15h. A família estava literalmente no escuro. Todos estavam na sala, Vitor aparentemente calmo, Milena também, afagando a nova integrante da família, uma cachorra, ainda filhote, que foi “batizada” por ela de Lilica. Ana e Paulo, que pareciam já discutir o assunto antes de minha chegada, retomaram o tópico mais importante das últimas horas, a falta de energia elétrica, traçando estratégias para a resolução do problema.

Puseram à venda, via Facebook, um som e uma bicicleta, pelo valor da prestação. Até aquele momento, uma pessoa havia demonstrado interesse e foi até a residência, logo após minha chegada, olhar os produtos. Olhou da janela, à distância, e, parecendo não querer especular com mais atenção os objetos à venda, despediu-se sem alimentar esperanças de que retornaria mais tarde.

Tentei convencê-los a não se precipitarem, já que poderíamos tentar resolver com algum auxílio do poder executivo. Ana me respondeu direta e enfaticamente: *“Não! Eu vou vender! Não aguento mais o Vitor! Nem que eu compre de novo depois”.*

Ela se referia principalmente ao filho, pois, segundo seus relatos, ele assistia televisão todos os dias e a ausência dessa mídia estaria intensificando sua irritabilidade, consequentemente suas crises. Apesar de Milena também reclamar da ausência de luz, Vitor ia além do simples aborrecimento, expressando sua inconformidade com a quebra de objetos, gritando e agredindo os demais integrantes da família.

Ao mesmo tempo em que tentavam vender alguns de seus bens materiais, buscavam contatar o vizinho para engendrar, de maneira improvisada, um rabicho de luz[28], que, segundo Paulo, serviria “ao menos para Vitor assistir televisão”. Esse vizinho era o único da rua para o qual a família de Ana ousaria pedir esse tipo de auxílio. Ele já prestou assistência a eles em outros momentos, além de residir próximo o suficiente para realizar o procedimento sem a necessidade da obtenção de um fio de luz com muito metros de extensão, o que também facilitaria o sigilo da engendração, já que todos sabiam da ilegalidade do ato. O vizinho não se encontrava na residência naquele momento, portanto aguardamos sua chegada.

No decorrer da conversa, Ana relatou a mim os episódios de agressividade do filho ocorridos em apenas um dia sem energia elétrica, por não poder assistir televisão ou aos vídeos no computador. *“Tentou ligar a TV, tentou ligar DVD, queria quebrar a televisão. Salvamos ela (televisão) duas vezes. Ele falava que era para mandar mensagem para a Cóia (Cláudia)”*.

Enquanto Ana e Paulo discutiam sobre formas paliativas de minimizar o problema da falta de luz — ao menos, até o término do final de semana — Vitor iniciou seus pedidos, que normalmente precediam os rompantes de agressividade. Pediu picolé, parquinho, carrinho. Deslocou-se até o aparelho de DVD e começou a movimentá-lo, deixando-o cada vez mais na beirada do rack até cair sob o pé de sua mãe, o que fez com que ela se contorcesse de dor. Ana ergueu o DVD, sem dar muita atenção aos movimentos do filho, que iam se tornando mais rápido e bruscos. Ele foi em direção ao filhote de cachorro que acabara de ser adotado pela família, pegou no colo e jogou com força contra o chão.

Nesse momento intervi, segurando Vitor pelo braço e impedindo que ele permanecesse machucando o animal. Observei o filhote, que pareceu não ter se machucado com o impacto da queda e procurei conversar com Milena para não permitir que essas agressões voltassem a ocorrer contra o animal, pois era possível que Vitor o matasse dessa forma.

A casa escura, as crianças irrequietas e os pais preocupados com a realidade na qual estavam irremediavelmente submetidos sem energia elétrica. Perguntei se queriam ir ao parque, já que, aparentemente, não havia muito o que ser feito naquele

---

[28] Alguém, alguma residência, que tenha medição, e após medição fornece energia regular para outras propriedades (CELESC, 2019).

momento. Ana aceitou meu convite e pediu à Milena para buscar uma muda de roupa no armário, enquanto continuava a dialogar com Paulo alternativas sobre a falta de luz. Com as roupas escolhidas pela filha, Ana pegou na mão de Vitor, pediu para Milena segui-la e me informou: *"vou ver se tomamo banho na vizinha"*. Novamente essa rede de solidariedade, que não é inerte de conflitos e rompimentos, suporta, com a família, o momento de instabilidade.

Aguardei Ana, Milena e Vitor no gramado da casa, junto ao Paulo, que, na oportunidade, contou-me espontaneamente, sobre o assunto de praxe: seu trabalho. Disse estar *"cada dia mais difícil"*, que teve de realizar hora extra no sábado da semana passada *"sem ganhar nem um tostão a mais"*. Sem falar do seu salário, *"de mil e pouco",* que estava atrasado, *"justo esse mês que gastamos com as viagens do Vitor".*

Ele se referiu às viagens que são destinadas às consultas médicas que Vitor realiza em outros municípios do estado, pela ausência de médicos com determinadas especializações no município onde residem. As consultas e o percurso até os hospitais são pagos pelo SUS, porém acabam gastando com a alimentação do filho e a de Ana, que é quem sempre o acompanha, e são arcadas pelos próprios pacientes ou acompanhantes.

Após o banho de Ana, Vitor e Milena, seguimos ao parque. Durante o trajeto, Ana, que continuou "matutando" alternativas para a ausência de energia elétrica, informou que era possível que o vizinho cobrasse um determinado valor para compartilhar sua luz. Como sabia da atual impossibilidade de a família em arcar com mais essa despesa, interrompi temporariamente a ida ao parque para retirar dinheiro no banco, a fim de certificar que, ao menos, essa alternativa de energia elétrica eles garantissem até a resolução do problema.

Após retornar do banco, percebi que Vitor e Milena estavam divergindo quanto à ida ao parque. Decidimos ao menos passar pelo parque para ver se havia movimentação e se até lá Milena, que era quem estava resistindo ao passeio, se animava a permanecer, por alguns minutos, no ambiente. Ao estacionar e sair do carro, percebi que Vitor estava sem calçado. Perguntei o motivo pelo qual o menino estava descalço e Milena respondeu que ele *"arrebentou o único que tinha".*

Como, naquele momento, ninguém quis permanecer no parque, seguimos até uma loja para comprar um chinelo para a criança. Após a compra, permanecemos mais um tempo no local, já que a mãe e os filhos pareciam muito interessados em

tudo o que a loja ofertava. Andavam rapidamente por todos os corredores, interessados nos os brinquedos, enfeites, quadros e roupas.

Chegamos à residência de Ana no exato momento em que o vizinho que poderia resolver paliativamente o problema da energia elétrica, estava estacionando seu carro. Ana se aproximou dele para explicar sua situação enquanto eu e as crianças permanecíamos próximos ao carro, há alguns metros de distância, aguardando a devolutiva do homem. Após poucos minutos de conversa, Ana se aproximou de nós exultante, informando que ele havia concordado em colaborar.

Diante da afirmativa do vizinho, fomos eu, Ana, Vitor e Milena em busca de uma extensão para concretizar o ilegal, porém necessário, rabicho. No caminho, Ana relatou empolgada: *“esse vizinho é coisa mais querida do mundo, conhece o Vitor, dá até miojo pra ele. Não vai me cobrar a luz. Fiquei um tempão com o Wi-Fi dele e ele não queria me cobrar, acredita? Mas eu paguei direitinho.”*

Chegamos à loja de materiais elétricos e conseguimos uma extensão que se adaptava à tomada do vizinho, apesar de haver apenas uma entrada para tomada, ou seja, apenas um equipamento poderia ser ligado.

Ao retornarmos, enquanto eu ligava a extensão à tomada do vizinho — localizada fora da casa, em uma parede há poucos metros da residência de Ana —, escutei, de onde eu estava, Vitor chorando e gritando porque queria um DVD, ao mesmo tempo em que Ana proferia ofensas a Paulo por ele não ter conseguido esclarecer sua dúvida sobre a adaptação da extensão, já que, para ela, deveria ligar não apenas a TV, mas também o computador.

Percebi que as vozes, tanto as de Ana quanto as de Vitor, vinham da rua da frente da casa. Parei o procedimento do rabicho e segui até o local para tentar, na medida do possível, colaborar para a diminuição dos conflitos. Ana gritou com Paulo, prometendo lhe dar *“um murro na cara”,* empurrando-o agressivamente até a porta de casa. Ela exigia o impossível, que a extensão, que tem apenas uma entrada, ligasse outros aparelhos. Milena assistia tudo com um semblante tranquilo, que evidenciava a naturalidade, para a família, daquela cena e, a meu pedido, permaneceu próxima ao irmão no intuito de intervir, ou de, ao menos, avisar-nos caso ele agisse de forma impulsiva ou perigosa para a própria vida, já que seu comportamento começava a dar indícios de agressividade.

Dentro de casa, após diversas explicações de minha parte e da de Paulo, Ana pareceu ter compreendido que aquela extensão não era adaptada para vários

aparelhos, sendo possível ligar apenas a televisão da sala, o que provocou o esquecimento momentâneo, por parte de Vitor, dos objetos de seu desejo. Postou-se de imediato em frente à TV, parecendo estar hipnotizado.

Na segunda-feira, Ana me enviou duas mensagens por WhatsApp. Uma pela parte da manhã: *"amiga do céu, não tá fácil a situação [...]".* Outra à noite: *"oi amiga boa noite amanhã você vai ver a questão da luz daí você me dá uma resposta".* Havia sido um dia intenso de trabalho e, apesar de saber de sua necessidade e aflição, não pude me deter ao problema da família.

Na terça-feira, realizei contato com os assessores do promotor de justiça e chegamos à conclusão de que a melhor alternativa seria informar sobre a ausência de energia elétrica no processo judicial de Ana e sua família. Dessa forma, o Ministério Público iria solicitar informações e providencias para a resolução do caso, tanto ao município (Poder Executivo), quanto à própria empresa de energia elétrica.

Relatei no processo que a família "se encontrava sem energia elétrica, por falta de pagamento; que [...] se tratava de família economicamente vulnerável, acompanhada pelas instituições municipais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;[...] que havia criança (Vitor) e adolescente (Milena) no contexto familiar e que a criança apresentava sérias debilidades cognitivas e motoras, necessitando de cuidados especiais". Relatei também acerca da possibilidade de parte dessa dívida ser de responsabilidade do titular anterior, o que necessitaria de maior investigação. Sugeri, por fim, "que os órgãos de fiscalização e defesa dos direitos intervissem no caso, sanando a demanda da família".

Antes da manifestação ministerial, entrei em contato com alguns assistentes sociais da prefeitura, por telefone, e relatei a situação atual da família de Ana, ressaltando, novamente, o óbvio: que a família não tinha condições financeiras para arcar com a dívida e que nós precisávamos pensar em alternativas para sanar tal demanda. Sugeri, por fim, uma reunião com a secretária da assistência, o prefeito etc.

Após meu relato sobre a família ter recorrido a um vizinho para que cedesse sua energia elétrica, já que Vitor estava apresentado surtos mais recorrentes e intensos pela ausência de televisão, uma das respostas das técnicas da assistência social foi a de que eu deveria alertar a família sobre a ilegalidade do procedimento, podendo ser multada, o que agravariam os problemas já existentes.

Informei à técnica que fui pessoalmente comprar a extensão e ajudar na instalação, afinal de contas a família estava no escuro, estamos em um período anual

frio, temos duas crianças submetidas a essa realidade e o comportamento agressivo de Vitor foi potencializado pela ausência de luz elétrica. Considerando as violações as quais a família estava submetida, a menor de todas parece ser a instalação de um rabicho de luz. Como já era esperado por mim, as tentativas de mobilização em relação aos técnicos do poder executivo para a resolução da demanda da família não surtiram qualquer efeito, resultando apenas em algumas críticas a respeito do ilegal rabicho de luz.

No mesmo dia, o Ministério Público se manifestou requerendo:

> [...] a) a expedição de ofício à COPEL para que informe a razão do corte na energia elétrica, o valor da dívida existente, a quais meses se refere, se houve notificação prévia do usuário e se a dívida é referente a esta família ou a anterior. [...] b) a notificação imediata do Município de Porto União para que adote, com urgência, as medidas cabíveis para a proteção da família no que toca à falta de energia elétrica em sua residência, de modo a solucionar a demanda familiar.

Apesar da celeridade da manifestação ministerial, o prazo estipulado para o município se manifestar sobre o caso foi de dez dias. Ou seja, se o município fizesse uso de todo o tempo que lhe foi concedido, pelos próximos dez dias ou mais — já que o prazo só começa a ser contado a partir do recebimento do documento —, a família permaneceria sem a sua demanda ser sequer deliberada pelos órgãos competentes.

Ao visualizar no processo a manifestação, avisei de imediato o Cartório da Primeira Vara Cível[29] para que fosse feita a expedição dos ofícios às instituições. Ciente de que os documentos seriam enviados por meio de carta, levando dias para serem entregues, dispus-me a levar pessoalmente o ofício destinado ao setor jurídico da prefeitura. Ao realizar tal procedimento, entreguei nas mãos de uma estagiária o ofício e, oportunamente, tentei explicar a urgência do caso e a necessidade de ser analisado ainda naquele dia. Isso não ocorreu e a família permaneceu mais um dia sem energia elétrica e sem saber se iriam solucionar tal demanda.

Na quinta-feira, entrei em contato, por telefone, com um dos advogados da prefeitura e expliquei minuciosamente a atual situação da família. A resposta do advogado foi no sentido de que não haveria nenhuma previsão legal que exigisse da

---

[29] Setor onde ficam os serventuários da justiça, auxiliando o juiz da respectiva Vara, neste caso, da Vara Cível, para publicações, guias, andamentos básicos do processo, inclusive expedições de ofício que envolvam a movimentação do processo.

prefeitura esse tipo de pagamento, que não poderiam fornecer tal assistência e, ainda, que os requerimentos sempre foram feitos através de um ofício do Ministério Público. Essa última observação soou como uma “sutil” repreensão direcionada a mim, já que eu deveria respeitar os procedimentos burocráticos, a manifestação de quem é competente para tanto e o tempo necessário para se analisar o caso.

Informei ao advogado que o ofício já estava no setor jurídico da prefeitura, pois fui pessoalmente entregá-lo no dia anterior. Além de lhe informar sobre o ofício, tentei sensibilizá-lo para que realizasse movimentos em prol da resolução do caso — apesar de sua clara discordância em relação às minhas investidas pouco formais —, explicando que estávamos a falar de uma família em vulnerabilidade econômica, de uma criança com deficiência e com um histórico de acolhimento institucional. Após me ouvir, repetiu o mesmo discurso: *“precisamos ver o ofício e o que é possível fazer”.*

À tarde, recebi áudio via WhatsApp de Ana: *“o vizinho ali tá a ponto de não querer mais fornecer energia, [...]ele disse que ia segurar só até hoje de noite e ia cortar [...] ninguém mais quer ajudar para dar banho no Vitor, nossa, tá uma situação bem complicada”.*

Na sexta-feira, recebi outra mensagem de Ana, por WhatsApp, às 07:12 da manhã:

> [...] ele não quis fornecer mais luz e agora tá difícil até pro banho do Vitor, ninguém quer mais ajudar [...]não sei mais o que fazer. Tô lavando a roupa aproveitando o sono do Vitor (lavando à mão, já que a máquina foi quebrada pelo filho em um de seus surtos). [...] ontem ele chegou da APAE queria assistir TV, não tinha, ficou loco. A APAE ontem reclamou que diz que o Vitor tava cheirando urina, mais eu tô esquentando água no gás e lavando ele em um balde, não tem outra opção. Certeza que não lava bem.

No mesmo dia, antes de iniciar minhas atividades no fórum, enviei outra mensagem para o assessor do promotor de justiça, buscando pensar conjuntamente alternativas para o caso em tela. Ressaltei a possibilidade de o Ministério Público realizar uma reunião com a empresa de energia elétrica e o Poder Executivo, o que poderia surtir efeito e solucionar a demanda da família independentemente do ingresso de uma ação judicial.

Conclui minha fala informando que, caso não houvesse nenhuma movimentação com a urgência que o caso exigia, iria entrar em contato com a Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB) e recorrer a um defensor dativo[30] para que ingressasse com mandado de segurança[31], já que no município de Porto União, e em grande parte do estado de Santa Catarina, não há Defensoria Pública[32].

Mesmo com a designação de um defensor público, a ação jurídica demoraria e a família permaneceria “no escuro” por um tempo considerável, talvez um mês ou mais. Ademais, o Ministério Público já havia se manifestado em prol da investigação do caso, portanto não fazia muito sentido recorrer a um defensor público para analisar a mesma situação. De todo modo, minha esperança era de que ocorresse uma reunião entre o poder executivo, a empresa de energia elétrica e o Ministério Público e que, de fato, garantissem esse direito básico à família o quanto antes.

No entanto, a resolução não se deu de forma convencional. Não houve reunião, nem mandado de segurança. O que houve foi a doação desse valor feita por uma pessoa[33] que estava acompanhando o processo. Recebi esse dinheiro contrariada, pois, apesar de querer resolver o problema e proporcionar tal conforto e bem-estar à família, era do poder público a competência de buscar alternativas para solucionar uma demanda envolvendo o direito humano de fazer uso dos serviços públicos essenciais para a vida em sociedade.

Ao conversar com o promotor, este sugeriu que fosse quitada a primeira parcela dessa forma, o que nos daria tempo para buscar uma negociação com a empresa a partir do próximo mês.

Levei o dinheiro à Ana, que, naquele momento, encontrava-se junto de sua filha Milena, no posto de saúde do centro, a fim de obter uma receita de medicamentos para o Vitor, os quais foram prescritos pela neurologista da APAE. A esperança de Ana era de que estes fossem eficazes o suficiente para interromper as suas crises de agressividade.

---

[30] Se no estado não houver serviço de assistência judiciária, por ele mantido, caberá a indicação à OAB, por suas seções estaduais ou subseções.

[31] O inciso LXIX do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que esse remédio constitucional será cabível “para proteger direito líquido e certo, não amparado por hábeas corpus ou hábeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

[32] A Constituição Federal assegura como direito fundamental a assistência jurídica para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade, devendo ser prestada pelo Estado por meio da Defensoria Pública. Porém, no estado de Santa Catarina, só começou a ser implementada tal assistência em 2012. O estado fica com a terceira pior colocação no número de defensores na proporção por hipossuficientes. Atualmente, 87 comarcas não são atendidas pela Defensoria Pública (MOURA *et al.*, 2013).

[33] A pessoa pediu para não ser identificada.

Quando entreguei o dinheiro, demonstrou intenso alívio por saber que teria luz novamente em sua casa. Pedi para que fosse ao fórum antes de ir à empresa de energia elétrica, para entregar a ela uma cópia da manifestação do Ministério Público, oficiando a empresa a prestar informações acerca das cobranças que, segundo Ana, eram indevidas. Reforcei a importância de mostrar o documento a quem atendê-la, a fim de pressionar o religamento imediato e a concordância com o reparcelamento da dívida.

Enfim, sábado. Após quatro meses acompanhando a família de Ana, esse era o meu primeiro dia sem pesquisa de campo. No horário em que já estaria me deslocando para levar a família no parquinho do centro e preparada financeiramente para a compra de *"coquia, patel e pepepe"*, recebi uma mensagem de Ana contando que Vitor só chamava pela "*Cóa"* (Cláudia) e que religaram a luz.

3 FAMÍLIA É SEMPRE O COMEÇO DO FUTURO

Pode-se dizer que família é sempre o começo do futuro porque é nesse contexto que somos nutridos, no sentido fisiológico do termo, e expostos a uma primeira experiência de interação social. Além disso, a família projeta e molda um determinado tipo de futuro, por ser ela capaz de transmitir e perpetuar algo do passado a partir daqueles que estão surgindo dentro de suas estruturas. A força da cultura, das maneiras como cada grupo se manifesta perante o mundo e interage com os “da casa” e os “da rua” (DA MATA, 1997), reproduz comportamentos, perspectivas, sentimentos, maneiras de afetar e de ser afetado pelo outro. Os “da casa”, apesar de permearem outros ambientes e conhecerem outras formas de vida, independentemente de estarem próximos ou distantes dos seus, sustentam algo dentro de si que reflete aspectos do lugar onde tudo começou e reproduzem rituais que, apesar da inevitável incorporação da renovação, garante a continuidade da família (COSTA, 2014).

3.1 DISSIDÊNCIAS CONVERGENTES: HOSTILIDADES E AFETOS

Ainda se pode dizer que a família é sempre o começo do futuro, por ser aquela que, apesar dos padrões, dá espaço para possibilidades de mudança, de rompimento com algumas práticas por aqueles que descendem do grupo. Diante das transformações que a própria família produz ou que são produto de acontecimentos externos — morte, nascimento, desemprego, adoecimento —, os seus membros, na busca pela readaptação do novo contexto e ao mesmo tempo “enredados nos fios que os unem a seus iguais” (SARTI, 1994, p. 52), vão preservando aspectos que consideram especialmente importantes para serem levados adiante e mudando outros.

É possível identificar essa transformação, inclusive, a partir da notória democratização dos arranjos familiares ao longo das últimas décadas. Para Fonseca (2008), são famílias recompostas, homoafetivas, monoparentais, constituídas de avós e netos, tios e sobrinhos, adoção unilateral.

Ao considerar a existência das múltiplas formas familiares, pode-se incluir também, nesse arsenal de arranjos, grupos familiares pesquisados por Cláudia Fonseca (2006), onde foram identificadas dinâmicas que se baseavam na permanência de crianças sob os cuidados de outras famílias do bairro onde viviam. A

permanência das crianças não estava condicionada a vínculos biológicos, visto que a maioria dos lares que as acolhiam eram de vizinhos que estabeleciam laços de solidariedade com a família de origem. Prática esta, vale salientar, que parecia ser de ordem intergeracional, já que também havia sido vivenciada pelos seus pais e avós.

Um aspecto interessante acerca do estudo de Fonseca (2006): nos discursos dessas pessoas, que ocupavam dois ou mais lares ao longo de suas vidas, não se identificava sentimentos de mágoa, mas de pertencimento e consideração pelas cuidadoras, tanto biológicas quanto afetivas, chamadas igualmente de mães.

Esses arranjos, que também são reflexo de transformações macroeconômicas e, não raras vezes, alternativas à precarização econômica do grupo, também parecem ser a prova de que o essencial se preserva e o dispensável, ao longo das gerações, vai sendo descartado.

Evidencia-se, por exemplo, que o modelo familiar burguês não se sustenta na contemporaneidade. Tais transformações, que ocorrem principalmente após a revolução industrial, provocam uma "desnaturalização" do modelo hegemônico e a validação dos mais diversos arranjos familiares. Constata-se que “o valor central não é mais a linhagem ou o nome da família, a serem protegidos a qualquer custo, [...], mas, sim, a felicidade dos indivíduos” (FONSECA, 2002, p. 5). Desse modo, o que parece fazer com que um grupo se mantenha unido apesar das adversidades é de natureza intangível e está na seara dos afetos.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se dizer que a família, portanto, é o começo da nutrição, no sentido mais objetivo da palavra; da socialização; da reprodução comportamental, cultural e ainda o começo da transformação humana, enquanto possibilidade de mudança de padrões familiares.

Tais reflexões sobre a ideia de que a família é o começo do futuro pode levar a uma importante indagação, que é a de que, se esse ambiente é tão crucial para o processo de socialização humana, por que, apesar da evolução nos aspectos normativos, há tanta falta de equipamentos públicos, como creches, escola em tempo integral, moradias adequadas, emprego e demais subsídios e serviços que deveriam ser destinados a melhorar as condições familiares?

Diante desse questionamento, a etnografia busca justamente observar a relação que se estabelece entre família e Estado e apreender, em última instância, em que medida, a partir da atuação dos agentes do Estado, os Direitos Humanos da família pesquisada são garantidos.

3.1.1 Criança em perigo e criança perigosa

As idas ao parquinho do centro geravam tensões entre Vitor, Ana e os demais frequentadores do local. A maneira como o menino interagia causava agitação e incômodo aos pais, que deixavam os bancos e a conversa com amigos para se aproximarem de seus filhos. Não raras vezes, retiravam “discretamente” suas crianças do brinquedo caso estivesse sendo partilhado com Vitor. Exigiam a presença constante de Ana ao lado do filho, na esperança de que ele não voltasse a, por exemplo, jogar a areia para o alto, atingindo os que estavam à sua volta.

Essas observações da pesquisa de campo, realizadas em alguns finais de semana, são a expressão de uma dinâmica que se perpetua há anos — é provável que Ana e Vitor tenham vivido experiências semelhantes desde o momento em que o menino deu início a um processo de socialização fora do núcleo familiar. Realidade a qual a própria mãe externalizou em vários momentos da pesquisa.

Apesar de escutarem com respeito as justificativas de Ana — que mais pareciam um pedido de paciência para com as limitações ou peculiaridades de Vitor — mostravam-se mais interessados em limitar essas relações do que encontrar pontos de convergência que possibilitassem o entrosamento das crianças.

“Vitor é assim mesmo, só agora que começou a fazer amigos”, explicou Ana a uma mãe aparentemente apreensiva com a interação entre o menino e sua criança. *“É que tem uns que são brabos, né?*”, a mulher responde. Ana, por sua vez, como quem já naturalizou a violência gerada a partir do preconceito e da exclusão, finda o diálogo informando: *“É, mas graças a Deus esse não é tanto!”.*

O fato é que, com exceção dos lançamentos de areia para o alto, algumas tentativas de pegar brinquedos alheios ou levar pela mão “amiguinhos” para que, juntos, pudessem compartilhar brinquedos e brincadeiras, Vitor não apresentou comportamentos violentos com as demais crianças do parque. Esse parece ser um aspecto importante da pesquisa, pois, se pensarmos que não havia precedentes de agressão, pode-se dizer também que não havia motivo para que os pais exigissem que a mãe estivesse o tempo todo intervindo em situações que poderiam ser facilmente resolvidas.

A narrativa que se constrói com Vitor e a imagem que as pessoas constroem sobre ele, coaduna com a relação estabelecida por Goffman (1988), entre identidade

e estigma. O autor afirma que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (1988, p. 11). Portanto, ao nos depararmos com um estranho, a primeira impressão que ele transmitirá será sua “identidade social”, mas isso diz mais a respeito de quem observa e estabelece determinados parâmetros de normalidade do que sobre o próprio indivíduo analisado. Nesse sentido, Goffman classifica dois tipos de identidade social, quais sejam: a identidade social virtual, que se refere ao “caráter que imputamos ao indivíduo” e a identidade social real, que é a “categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir” (1988, p. 12).

Partindo do pressuposto de que “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1988, p. 11), pode-se afirmar que o conjunto de categorias de Vitor, Milena e Ana não são consideradas comuns, naturais, esperadas para os frequentadores do parquinho do centro. É a identidade social virtual, nesse caso, que resulta na esquiva dos demais frequentadores em relação à família de Ana, por estarem estes se inserindo num ambiente cujos frequentadores são pessoas de outro nível de identidade social. Denota-se nessa relação entre família de Ana e frequentadores do parque do centro, o estigma social. Sobre isso, Goffman (1988) aponta:

> Deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Portanto, apesar de haver outros aspectos de sua identidade social que não são parte dos elementos “afetados” pelo estigma, essas outras características são menosprezadas diante daquilo que o estigmatiza, e a tendência é que continue sendo tratado com inferioridade aos olhos dos “normais”.

Apesar de não ser a proposta deste trabalho discorrer sobre as deficiências e “intercorrências e/ou comprometimentos” das crianças, vale salientar que esse é um elemento que complexifica o modo como as relações se estabelecem nesses ambientes.

Sobre esse assunto, exemplificado por Leandro (2019), destaca-se que: “há uma relação dúbia entre doença e deficiência – as doenças podem causar deficiências assim, como as deficiências podem causar doenças e lesões. No entanto, os limites entre as duas são frequentemente confundidos”. (LEANDRO, 2019, p. 31). Sobretudo, tais inquietações e/ou incompletudes dos frequentadores do parquinho acerca da experiência corpórea de Vitor suscitam em implicações no desenvolvimento de suas sociabilidades, ao passo que se constrói um imaginário correlato à periculosidade, atribuindo-o a uma criança. Esse enredo, decorrente das questões que circundam o estigma, delineia o processo de construção da identidade de Vitor. Utilizando-se dos termos de Goffman (1988), em virtude de sua “marca”, percebe-se que há um “prejuízo e/ou obstrução”, por assim dizer, do usufruto de sua vida social, de seu direito de brincar, interagir com seus pares, de ser criança.

A imagem de Vitor parece ser construída em torno dessa condição — cumulada a outras questões de ordem material, cultural e econômica — tornando-o diferente dos demais e sendo capaz de provocar medo e exclusão. O que se conclui é que ambientes como o parquinho do centro, apesar de públicos, não esperam acolher pessoas como as que compõem a família de Ana, e a interdição, quando nesse caso não vem dos aparelhos repressivos do Estado, ocorre através da constante tentativa de afastamento de sua presença quando esta se encontra fora dos lugares institucionalizados, ou seja, da família e das instituições públicas.

Já nos ambientes institucionais, o modo como os técnicos interviam e falavam da família divergia daquilo que se observava em relação aos frequentadores do parquinho do centro. O que parecia preponderar no contexto institucional era a culpabilização de Ana pela condição do filho e, consequentemente, a vitimização de Vitor, por ter tido o “infeliz” destino de nascer em um contexto que não lhe garantia, na visão dos agentes do Estado, uma vida digna.

Acerca das intervenções direcionadas ao infante a partir desses dois contextos, o do parquinho do centro e o das instituições estatais, evidenciou-se, portanto, que ora ele era visto como um risco social, ora era vítima e objeto de intervenção de caráter protetivo. Ou ainda, partindo dos pressupostos teóricos de Donzelot (1980), Vitor era visto tanto como uma criança em perigo, quanto como uma criança perigosa.

Essas duas experiencias denotam o “duplo papel” que Vitor carrega em sua existência e a proposta deste capítulo é, em última análise, identificar esses processos

de classificação e vigilância social e a relação destes com a construção histórica de um determinado discurso dominante sobre infância e família.

Nesse sentido, torna-se necessário percorrer, mesmo que de modo breve, o caminho historicamente construído sobre essa infância que, segundo Donzelot (1980), suscita ambivalência e se concentra em duas perspectivas dominantes: infância em perigo e infância perigosa.

Segundo Donzelot (1980), foi a partir do século XVIII que as tecnologias políticas adentraram a vida das famílias e a infância se tornou objeto de intervenção. Por ter sido um período marcado por transformações sociais, tais como a expansão capitalista e maior riqueza material, as medidas institucionais foram mais fortemente voltadas às famílias periféricas, grupos estes que não ascenderiam socialmente e poderiam responder hostilmente à exclusão a que estavam sendo submetidos.

A atuação filantrópica — apesar de ser uma prática politicamente despolitizante e, portanto, conveniente para a manutenção da passividade das massas — apresentou-se com uma nova roupagem, tendo como pano de fundo a adesão das famílias ao conselho eficaz e à norma preservadora, em substituição à caridade humilhante e à repressão pura e simples.

A construção de centros médicos, atendimentos pedagógicos e trabalhos voltados para a saúde da família buscavam promover “uma restauração da vida familiar” (DONZELOT, 1980, p. 33). A partir da atuação mais vigilante Estado, a família poderia construir uma rotina e hábitos de vigília, educação moral, cuidados com higiene, incentivo ao trabalho, conscientização acerca da responsabilização familiar pela prole.

No que concerne aos mecanismos de controle em relação às famílias, é pertinente resgatar a análise de Foucault (1977), que discorre sobre o impacto que a hospitalização e o nascimento da clínica causam nos séculos XIX e XX. A família foi, paulatinamente, desvencilhando-se das responsabilidades em relação aos seus entes doentes, na medida em que a medicina vai se apropriando desse cuidado, aperfeiçoando técnicas e se tornando autoridade em relação à investigação e tratamento das doenças, determinando, desse modo, padrões de saúde e de patologia.

De um modo geral, até o final do século XVIII a ideia de saúde na medicina, encontrava-se em um patamar mais elevado do que a ideia de doença. A medicina do século XIX se regula mais intensamente pela normalidade do que pela saúde.

> A medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiencia do homem não doente e uma definição do homem modelo (FOUCAULT, 1977, p. 39).

A patologização[34] sedimentada nesse período alicerça a narrativa de que determinadas pessoas são incapazes de conviver com grupos saudáveis.

Tais premissas médicas geram uma reorganização social conveniente, respondendo a uma urgência social e fabricando “o tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial, capitalista” (FOUCAULT, 2018, p. 22). Portanto o nascimento da clínica se tornou, assim como as escolas e outras instituições, espaço de privilégio para ser exercido o poder disciplinar.

Tal pensamento compõe os estudos de Castel (1987), que afirma que o Estado Moderno atuou do por meio da medicina social e buscou moldar pessoas consideradas “desadaptadas”. Nesse sentido, todos os atos que geravam custos para o Estado e arriscavam a classe burguesa[35] deveriam ser tolhidos em prol da construção de uma sociedade próspera e disciplinada, preservando posições adquiridas no espaço social e a manutenção do funcionamento da sociedade capitalista.

Todavia Donzelot (1980) assinala que não eram apenas as famílias pobres que recebiam orientações do Estado, porém os métodos e tipos de informação se distinguiam a depender da classe social a qual a família era membro. O controle de natalidade era voltado para pobres, enquanto, para os ricos, o conselho dado era o de diminuir o convívio entre os seus filhos e a criadagem. Para os que não se adequavam ao novo regime Estatal voltado para o bem-estar da família, restavam os banimentos, as casas de passagem, a prisão.

Na esteira de Donzelot (1980), Teixeira (2017) afirma que a soberania familiar foi sendo progressivamente relativizada em prol da manutenção da ordem pública, principalmente, a partir do estabelecimento de uma maior coesão entre o sistema judiciário, médico, a assistência aos desamparados e o sistema educativo. Fazendo uso das terminologias foucaultianas, essa sociedade disciplinar, que, por meio do Estado Moderno, pensa uma determinada forma de vida, produziu verdades sobre a

---

[34] Entende-se, nesse contexto, patologia a partir de uma perspectiva biomédica, enquanto doença.
[35] Conceito teórico desenvolvido por Karl Marx para explicar a sociedade capitalista que, na sua concepção, era dividida em dois grupos antagônicos: proletariado e burguesia

infância, especialmente sobre a infância pobre, categorizadas, segundo Donzelot (1980), sob duas perspectivas generalistas: infância em situação de risco ou infância considerada um risco para a sociedade, “caso perdido”, “irreparável” e que exigia contensão.

Nessa perspectiva, o Código de Menores (BRASIL, 1927), promulgado em 1927, refletia o mesmo modelo de percepção e intervenção em relação ao menor, já que a lei continuava sendo direcionada a uma infância específica: a infância pobre. Os menores eram classificados em duas categorias: “abandonados” e “delinquentes”, e o mecanismo de ação que predominava era a institucionalização, vista, segundo Alvarez (1989), enquanto “instrumento de salvação”, pois deveria atuar como uma espécie de refreamento da criminalidade e “regeneração moral” aos que ousavam pôr em risco a ordem social. O texto da lei nos permite identificar a força e o intuito da segregação:

> Art. 28. São vadios os menores que:
> a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos;
> b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou proibida.
> Art. 30. São libertinos os menores que habitualmente:
> a) na via pública perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a prática de actos obscenos;
> b) se entregam á prostituição em seu proprio domicílio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerancia, para praticar actos obscenos;
> c) forem encontrados em qualquer casa, ou logar não destinado a prostituição, praticando actos obscenos com outrem;
> d) vivem da prostituição de outrem.
> Art. 61. Si menores de idade inferior a 18 annos forem achados vadiando ou mendigando, serão apprehedidos a apresentados a autoridade judicial.
> II. Si a vadiagem ou mendicidade fôr habitual internal-os até a maioridade em escola de preservação.

Essa lógica perdurou por mais de cinquenta anos, até a reformulação do código, em 1979, o que pouco alterou o texto anterior, mas incluiu o conceito de menor em situação irregular, em que marcava mais intensamente a ideia de que essa infância pobre ameaçava a segurança dos cidadãos, por serem esses jovens dotados de um potencial criminoso, subversivo, perigoso.

Apesar da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma evolução em termos de legislação, pautada na política da proteção

integral, em que se ressalta o direito à convivência comunitária — ou seja, a possibilidade de crianças ocuparem espaços públicos independentemente de sua condição social — percebe-se que, até os dias atuais, a infância e, nesse caso, a família de Ana, permanece sendo segregada.

Os muros dos internatos não atuam mais como na época do código de menores e esse momento é de maior descortinamento das discrepâncias sociais, dos contrastes entre indivíduos de origens culturais distintas. Porém o que a história da família de Ana nos mostra é que, apesar dessa proteção jurídica, a criança pobre e periférica ainda sofre segregação semelhante àquela legalmente permitida nos dispositivos legais anteriores. Vitor ainda é, tanto na percepção dos técnicos, quanto na dos frequentadores do parquinho do centro, uma criança em perigo e uma criança perigosa.

O fato de Vitor ser uma criança com deficiência reduz o medo social sobre a possibilidade de se tornar um futuro delinquente, mas não ameniza a intolerância e as reações excludentes frente aos seus comportamentos e modos de interação considerados pouco “civilizados”. Percebeu-se que os movimentos de afastamento estão mais intimamente ligados a uma perspectiva higienista[36]. A criança perigosa, nesse caso, se constrói enquanto criança que contamina, pelo seu aspecto físico, pela fala e vestimentas, visto como um sujeito sem perspectiva de um futuro diferente do de agora, que não é e nem será produtivo para a sociedade, que não é e nem poderá se tornar plenamente sociável, nem submisso a determinadas regras sociais.

Pode-se dizer que, no caso de Vitor, não há um caminho a ser percorrido para que a infância em perigo se transforme em infância perigosa. Aos olhos dos demais,

---

[36] Entre os séc. XVIII e XIX surge, a partir de determinadas práticas médicas, uma forma específica de relacionamento entre a doença e o meio ambiente. Os especialistas propõem intervenções que atuam tanto sobre normas de comportamento, quanto no que diz respeito à organização das cidades: locais mais adequados para a construção de determinados equipamentos urbanos; limpeza de locais com concentração de sujeira e amontoamentos de lixo; regras específicas para a construção de casas, hospitais, cemitérios, praças, jardins etc.; migrações realizadas sob a coerção do Estado à populações consideradas perigosas por estarem mais propensas à contaminação e epidemias. O assunto, o entendimento e a atuação no que diz respeito ao movimento higienista se ampliavam com certa fluidez, alcançando questões referentes à pobreza, ao trabalho, aos valores morais, à alimentação e outros fatores econômicos e sociais que, aos poucos, tornaram-se cruciais para a análise sobre o impacto de determinadas enfermidades. Surge, portanto, a teoria social da doença, que é compreendida de forma ampla, abarcando tanto o meio físico, quanto o social, em que, além dos médicos, outras vozes começam a ressoar e interferir nessas práticas, como biólogos, engenheiros, pedagogos, atuando nos ambientes privados, concentrando esforços na atuação medicamentosa, na educação de hábitos de higiene, na propagação de práticas disciplinares, especialmente voltadas para famílias que viviam em ambientes periféricos, empobrecidos, entendidos, os ambientes e as famílias, como foco de doenças. (COSTA, 2013).

ele já apresenta e está fadado a permanecer nessas duas condições. E ainda, observando a ausência de investimento a respeito de seu estado de saúde, comportamental, familiar por parte do Estado, a mensagem que se perpetua é a de que não há prática intervencionista que o faça obter condições para ultrapassar esse duplo estado no qual se encontra.

E, em relação à família, já que os movimentos de vigilância e moralização de comportamentos (DONZELOT, 1980), não surtem efeitos — cujo objetivo seria o de tornar determinados grupos seres produtivos, para que sua reprodução gerasse o mínimo de custo para o Estado e preservasse a ordem social —, restam atuações de cunho repressivo e estigmatizante. Como Vitor não pode ser culpabilizado pela sua condição de criança perigosa, a família é responsabilizada, vista como desestruturada e incapaz de proporcionar condições minimamente dignas ao filho.

O discurso, propagado sem qualquer investigação profunda acerca do caso, é de que os males envolvendo sua saúde foram provocadas pela incapacidade da mãe em alimentar o filho adequadamente no período em que ele desenvolveu fobia alimentar. Portanto, nessa perspectiva, tudo o que compreende o estado atual de criança perigosa foi desencadeado pela ação/omissão de uma mãe que submeteu o filho a uma infância em perigo.

Dito isso, o que parece emergir das camadas mais profundas do acolhimento institucional de Vitor e Milena, é que — além de refletir a persistente “cultura da institucionalização, que atravessa a história das políticas de assistência à infância” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 14) — ele parece ter sido provocado especialmente por se tratar de uma família dependente do Estado, que necessitam de atendimento público gratuito, de consultas médicas, de medicamentos, de alimentos, e que se expõe aos agentes a fim de reivindicar a satisfação de necessidades básicas. Em linhas gerais, Ana incomoda, e os agentes, por sua vez, exercem uma função de caráter disciplinar, vinculada aos discursos, muitas vezes escassos de cientificidade, que são reproduzidos como verdade e conduzem decisões judiciais.

Essa função de caráter disciplinar pode ser identificada na própria sugestão de acolhimento institucional, acatada pelo poder judiciário. A medida de proteção, que culminou no afastamento dos filhos do contexto familiar por mais de dois anos, nesse

caso, pareceu ter como propósito produzir uma espécie de sansão normalizadora à mãe[37]. Tal dedução é baseada em três aspectos evidenciados ao longo da pesquisa.

O primeiro, é que não são observadas práticas materno-filiais de natureza tão violenta (agressão física, abandono material, afetivo) ao ponto de serem enquadradas em delitos passíveis de condenação penal, por exemplo. Não havendo a possibilidade de penalizá-la, sofre as consequências através da perda da guarda dos filhos, pelo entendimento dos técnicos de que é incapaz de proporcionar o que se entende como necessário para a preservação do bem-estar da criança.

O segundo, se dá pelas próprias características marcantes da personalidade de Ana: o tom de voz e as expressões corporais consideradas alarmantes podem ser vistas como o segundo aspecto que provocariam o movimento da sansão normalizadora. Mesmo que esses elementos não se apresentem em relatórios formais e em documentos oficiais, a partir da leitura atenta da etnografia, podem ser percebidas as animosidades que ela provoca — exigindo respostas médicas sobre a situação de seu filho, reivindicando medicamentos, atendimentos assistenciais, provocando tumulto em algumas instituições pela inconformidade quanto a negativa do acesso a bens e serviços públicos — e que parecem colaborar com a sua reputação de mãe inconstante, negligente, incapaz. Narrativa que contém em si mesma uma contradição, já que esses são movimentos que expressam a potência protetiva de Ana enquanto mãe.

Outro aspecto que denota a incongruência do acolhimento e, consequentemente, a tendência a penalizar a mãe com a “medida de proteção”, é o fato de que a institucionalização das crianças, indiretamente, já previa o desacolhimento, por não terem ocorrido movimentos em prol da destituição do poder familiar. Sabe-se que estamos a falar de crianças com pouca ou nenhuma chance de serem adotadas[38], e que a mãe e o pai, nesse caso, são o único alicerce familiar.

---

[37] Foucault dirá que a essência de todos os sistemas disciplinares funciona um “pequeno mecanismo penal”, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sansão, suas instâncias de julgamento, como se as disciplinas estabelecessem uma “infrapenalidade”, que quadricularia e atuaria sobre um espaço deixado vazio pelas leis”. (FOUCAULT *apud* FONSECA, 2012, p. 174).

[38] Existem hoje cerca de 5.500 crianças em condições de serem adotadas e quase 30 mil famílias na lista de espera do CNA. A Incompatibilidade entre o número de crianças adotáveis e adotantes se dá pelo fato de que apenas um em cada quatro pretendentes (25,63%) admite adotar crianças com quatro anos ou mais, enquanto apenas 4,1% dos que estão no cadastro do CNJ à espera de uma família têm menos de 4 anos. Em 13 de março deste ano, eram apenas 227 em um universo de

Portanto o acolhimento não gerou transformações, mas pareceu ter protelado o investimento de tempo, conversa, escuta, atenção, intervenção, atendimento de demandas, trabalho socioeducativo. Evidencia-se que com o retorno, ressurgem as mesmas questões a serem observadas e trabalhadas com a família.

Nesse sentido, qual é o aprendizado para a família, especialmente à mãe, a partir do acolhimento institucional? Qual seria a função social de um acolhimento que, apesar de identificadas as debilidades da principal cuidadora, evidencia-se também o afeto, o interesse em permanecer com os filhos e a impossibilidade de que estes sejam atendidos por família extensa ou encaminhados para família substituta?

Parece ter sido em decorrência dessas questões — da frustração pelo fato de a família não corresponder às expectativas e investimentos do Estado no que concerne a um processo de moralização e reeducação disciplinar; do ambiente não ser considerado favorável ao desenvolvimento das crianças, por entenderem, os agentes, que a genitora não corresponde ao modelo maternal esperado; de a família não adquirir comportamentos dóceis (FOUCAULT, 2014), mas continuar a reivindicar soluções sobre suas complexas demandas, se fazer presente nos espaços institucionais a qualquer tempo, exigir respostas do poder público — que Vitor e Milena foram institucionalizados por mais de dois anos.

No momento da institucionalização, para os agentes do Estado, a ideia de criança em perigo se sobressaiu em detrimento da criança perigosa. Porém, não havendo como reduzir Vitor a alguém que vive em um contexto perigoso — tornando-o um ser que somente emana a fragilidade pela ausência daquilo que se compreende como cuidado básico, nem sendo possível suprimir aquilo que ele expressa como sendo essencial em sua vida —, ele demonstrou seu sofrimento pela ausência materna e sua angústia nos momentos de despedida da mãe em dias de visita. Esse fato é evidenciado com base no seguinte relato da coordenadora da instituição de acolhimento:

5.465. É baixa também disposição dos pretendentes (17,51%) para adotar mais de uma criança ao mesmo tempo, ou para receber irmãos (18,98%). (SENADO FEDERAL, 2013).

> A coordenadora relatava sua demora para se adaptar ao novo ambiente e o desespero ao ter de se despedir da mãe nas segundas-feiras, quando começou a pernoitar em casa aos finais de semana. Agarrava-a pelas pernas ou pescoço na frente da instituição, desvinculando-se de Ana somente com a ajuda dos profissionais. Em outros momentos Ana tinha de encontrar uma maneira de entreter o filho até que ele se acalmasse, para, em um momento de distração, sair do local sem que ele percebesse.

Através dessas manifestações, reivindicou seu retorno ao ambiente familiar, e expressou esse lado “perigoso” de quem não se rende a um padrão lógico e normativo de intervenção e entendimento do que é saúde, bem-estar e família estruturada. A criança pareceu indicar que esse contexto — que compreende práticas, afetos, rotina e pessoas — não é, dentro da sua compreensão e vivência, tão destituído de amorosidade quando propagam os que observam “de fora”.

Os processos de exclusão e as tentativas de salvaguardar seu bem-estar se desdobram em reações de sofrimento. Apesar de ser a família sua referência de segurança e proteção, não é como compreendem as instituições que compõem o sistema de serviços públicos. Afinal de contas, estamos a falar de um contexto familiar, que não segue o modelo burguês, este que é retratado longe das ruas, das periferias, reduzida aos pais e às crianças e encapsulada na intimidade e proteção da casa.

É pertinente retomar Donzelot (1980, s. p.), quando ele afirma que “a família burguesa constituiu-se através de um retraimento tácito de seus membros com o objetivo de recalcar ou controlar um inimigo do interior: os serviçais”. A família de Ana estaria nesse outro lado. Poderia ser retratada como “serviçal” ou “inimiga”, já que, por não corresponder e esse modelo que ressoa até os dias atuais, é submetida à vigilância e à punição das instituições e da sociedade.

A família, portanto, está invariavelmente sujeita às causas e aos efeitos do estigma (GOFFMAN, 1988), é marcada por sua condição social, deficiência do filho, dentre outros atributos emanados por suas falas, vestimentas, trejeitos. Além de viver sob “sistemas de poder” que produzem, a partir de suas histórias de vida, “o regime da verdade” (FOUCAULT, 2018, p. 54), ignorando, em decorrência dos limites institucionais, a complexidade das relações familiares, sociais, existenciais.

Seguindo essa linha de raciocínio, o que se percebe é que, apesar das mudanças significativas em termos de legislação — especialmente no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente que prima pela condição de inclusão, proteção da infância e garantia à convivência familiar e comunitária — fica clara a

perpetuação da exclusão por parte da sociedade e a violência institucional que marca a história de muitas famílias como as de Ana.

Por fim, pertinente referir que não se busca acentuar aqui que as intervenções do Estado são preponderantemente equivocadas, porém parece que só é possível conhecer como efetivamente são geridos os processos administrativo-judiciais, quando se estuda para além das narrativas documentadas nos processos. Só assim se torna possível enxergar a trama de relações por trás da produção de um discurso oficial e de uma decisão sobre determinado caso e pensar em formas de ultrapassar intervenções calcadas em perspectivas moralistas e violadoras de direitos.

3.2 DISPOSITIVOS DISCIPLINARES E A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESTADO

A Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e outros marcos legais emergiram a partir das décadas 1980 e 1990 e impulsionaram transformações sociais e mudanças de percepção em relação à infância e à família. São evidentes os aspectos positivos advindos da luta de grupos que denunciavam o sistema jurídico perverso ao qual estavam subordinados, constituindo um caminho de maior intervenção popular em prol de uma sociedade mais igualitária, democrática, solidária, especialmente para quem se encontrava no polo mais vulnerável no campo social e econômico.

A doutrina da Situação Irregular patologizava e penalizava a criança e a família pobre. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por outro lado, incorporou a doutrina da Proteção Integral e, em consonância com a Constituição Federal, através da articulação de associações de moradores, ONGs, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, dentre outros grupos da sociedade civil organizada, normatizou a premissa de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que é dever da sociedade pô-los “a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990a, s. p.). Em suma, o ECA possibilitou uma nova ênfase no sentido de apoiar a manutenção da convivência familiar e comunitária, denunciando práticas anteriormente aceitáveis, mas que pós-estatuto adquiriram status de autoritárias, violentas, criminosas. Desse modo, como aponta Rizzini (2004), uma das pretensões da lei foi e é a de ampliar possibilidades de transformações culturais e comportamentais para que se possa implementar políticas sociais consonantes a premissas garantidoras de direitos.

Porém o que vemos a partir da pesquisa realizada é que, apesar dos esforços para a incorporação de uma nova concepção de infância e família, no cotidiano perduram intervenções institucionais que se assemelham à lógica menorista. A pesquisa etnográfica permitiu observar o modo como as relações entre família e Estado estão associadas com a experiência de violência e de violações de direitos. Os depoimentos e descrições enunciam, de forma emblemática, como a família está em relação aos espaços públicos. Expressam tal associação (interação e violência) de forma especialmente intensa, pelo fato de família e Estado não se apresentarem, nesse caso, enquanto conceitos universais dados, mas vistos a partir de um determinado perfil de família que se torna foco de determinadas práticas de relações de poder.

Essas práticas institucionais serão o objeto de estudo deste item, o qual busca, a partir da categoria dispositivo interventivo institucional, pontuar os elementos discursivos e não discursivos no interior desse dispositivo e compará-los com aspectos normativos que regulamentam as políticas públicas e as intervenções voltadas para a família pesquisada. Serão considerados elementos não discursivos as práticas institucionais voltadas para o trabalho social e médico em relação à família pesquisada. E os elementos discursivos, os aparatos jurídico-normativos vigentes e demais produções científicas relacionadas a intervenções familiares no âmbito das políticas públicas.

Essa reflexão objetiva seguir a mesma perspectiva do trabalho genealógico de Foucault (2008, p. 154), que impulsiona “combates, linhas de força, pontos de confronto, tensões”, problematizando a história e o regime de verdade que se produz através dela. Portanto, ao partirmos das grandes narrativas, dos marcos regulatórios, veremos evoluções significativas em termos de legislação e, por consequência, transformações no que se refere às políticas públicas e intervenções institucionais que passam a trabalhar numa perspectiva garantidora de direitos. Mas quando se dá vazão aos discursos ocultados nesse processo, torna-se possível problematizar essa história, que revela ser construída por meio de mecanismos de regulação da população, pelo domínio de um conjunto de saberes que resulta na ampliação da força do Estado e, consequentemente, na omissão de certas narrativas. Para tanto, é imprescindível discorrer sobre o conceito de poder disciplinar.

3.2.1 Poder disciplinar

Segundo Foucault (2018), a partir do Estado Moderno, desenvolveu-se uma forma peculiar de poder, que foge ao enfoque até então dominante do Estado e da soberania. O poder na modernidade se releva e é exercido através de uma microfísica, ou seja, de relações que se estabelecem de baixo para cima, nas capilaridades. O poder, nessa perspectiva, não está fixado em um lugar específico nem surge de um determinado ponto. É uma prática social, que se manifesta de formas diversas e de modo ramificado. Não possui uma essência, não é necessariamente constituído pelo Estado, propagado por um centro, concentrado em um ponto específico, mas é transmutável, espalha-se, dissemina-se, funciona em cadeia, está em constante movimento e se constitui historicamente. Em rigor, para o autor, “o poder não existe, existem práticas ou relações de poder” (FOUCAULT, 2018, p. 17), o que significa dizer que:

> Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instancia negativa que tem por função reprimir. [...] As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – Exército, polícia, administração local — mas instauraram o que se poderia chamar uma nova “economia” do poder, isto é, procedimentos que permitissem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social. (FOUCAULT, 2018, p. 45).

Foucault denomina esse poder, que “se exerce mais do que se possui” (FOUCAULT, 2017, p. 30), de poder disciplinar. A disciplina, como mecanismo de poder, desenvolve-se no intercurso das mudanças macrossocietárias, quando se torna essencial moldar os corpos dos indivíduos para a realização de determinadas funções produtivas na esfera social. Portanto o controle, a vigilância das atividades e dos horários, dentre outros elementos chamados pelo autor de microdispositivos, tornam-se indispensáveis para potencializar a capacidade produtiva dos corpos, ao mesmo tempo em que os torna dóceis e tolerantes ao controle.

Esse modo de manifestação do poder, que exige a materialização de elementos de controle-dominação[39], surge entre o século XVIII e XIX como uma nova

---

[39] Para Foucault (2008), entre os séculos XVIII e XIX, o Estado começa a perder a força soberana sobre as decisões políticas, sociais e econômicas dos indivíduos, e se torna mais uma peça dentre outras

economia do poder, convergente, não por acaso, com a ascensão capitalista industrial. Nessa nova ordem social, os sujeitos devem ser produtivos, disciplinados e submetidos a um estatuto jurídico. Para tanto, os discursos de normalização devem atuar fortemente nas relações sociais, legitimados graças à comunhão entre o direito de soberania e o mecanismo de coerção desempenhado pela disciplina.

A atuação jurídica é amparada por um saber explícito e racional, mas está invariavelmente entrelaçada ao discurso e à técnica da disciplina, que se expressam através das atuações coercitivas, de uma espécie de regra "natural", da norma. É essa união que constitui a mecânica do poder, regula a ação humana e define modelos de normalização comportamental. Nesse sentido se torna claro que o poder se apresenta nas instituições — escolas, prisões, quartéis — através da disciplina.

Na lógica de sociedade disciplinar, a organização espacial, hierárquica, comportamental leva a uma forma de homogeneização social. Esse funcionamento de vigilância e dominação global é estudado por Foucault (2018) a partir do mecanismo panóptico idealizado por Bentham[40], o qual desenvolve uma tecnologia de poder, dando ênfase para uma forma de vigilância que é adotada por grande parte das instituições na sociedade moderna. Nesse sentido, como afirma o autor, a disciplina "é, antes de tudo a análise do espaço, a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos pelo espaço individualizado, classificatório, combinatório" (FOUCAULT, 2018, p. 181), atuando sobre indivíduos de maneira calculada e organizando as relações humanas através dos detalhes.

Já que, na sociedade moderna, "punir alguém que não se conhece torna-se impossível" (FOUCAULT, 2018, p. 378), considerando que a penalidade não se materializa mais através do suplício, o choque de incompatibilidade entre a soberania

---

que exercem a função de controlar e dominar os comportamentos e valores da sociedade. As famílias, escolas, empresas e o sistema prisional são algumas destas instituições que desempenham formas de poder, disciplinando o corpo, moralizando, preparando os indivíduos para suportar o sistema capitalista (produção e consumo) instituído pela burguesia e pela Igreja.

[40] Estudando problemas relacionados à penalidade e às mudanças arquitetônicas das prisões do século XIX, Foucault identificou que estas eram baseadas no modelo idealizado por Bentham. "O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro uma torre, a qual possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. As celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo as janelas da torre; outras dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia" (FOUCAULT, 2018, p. 320).

e a disciplina exigem cada vez mais a introdução de elementos neutralizadores da organização do direito, que são os saberes com status de cientificidade.

A intervenção médica no campo jurídico se deu em decorrência das mudanças na máquina punitiva. Aqui se percebe claramente que a inclusão da psiquiatria é um dispositivo lançado a fim de manter uma determinada organização institucional e uma determinada relação de poder e coerção, e que essa estratégia é sistematizada pela necessidade de justificar tais práticas e não necessariamente pelo interesse em preservar o bem-estar do indivíduo. Portanto o poder reprime, mas também produz efeitos de saber e de verdade, ou seja, é compreendido enquanto instrumento capaz de explicar a produção dos saberes.

Nesse sentido, o dispositivo disciplinar pode ser definido como um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, leis, regulamentos, disciplina etc. como uma espécie de jogo, que se estabelece entre esses elementos de acordo com a necessidade e a conveniência e, ainda, como:

> Um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência: o enclausuramento, controle, exclusão, doutrinação de uma massa populacional que não agregava positivamente a um sistema de produção capitalista (loucos, vagabundos) (FOUCAULT, 2018, p. 365).

O dispositivo é sempre de natureza estratégica, pode ser discursivo e não discursivo — e, desse modo, difere-se da episteme, que é um dispositivo especificamente discursivo —, tende a manipular, desenvolver, direcionar as relações de força e, desse modo, como afirma Foucault (2018), sustentar tipos de saber, na medida em que é sustentado por eles.

Partindo do princípio de que o dispositivo disciplinar é um instrumento que permite que se crie estratégias de manutenção do poder e que o Estado lança mão desses dispositivos sobre as famílias em um dado momento histórico, como resposta à necessidade de perpetuação do controle social — considerando ainda que o conjunto de práticas institucionalizadas está alicerçada a uma configuração disciplinar, situada entre o dito e o não dito, ou seja, o linguístico e o domínio das práticas — faz-se uso da genealogia de Foucault para pensar, não como as intervenções institucionais se apresentam na interação com a família de Ana, mas para analisar comparativamente e de maneira mais atenta quais instituições lançam uso de dispositivos disciplinares que produzem ações e movimentos garantidores de direitos,

pautando-se na legislação vigente e quais se afastam dos dispositivos normativos produzindo ou acessando, nas palavras de Foucault, “um novo campo de racionalidade” (FOUCAULT, 2006, p. 244), por estarem alinhados a modelos de intervenção que parecem reinterpretar as práticas institucionais com outros discursos.

Para tanto, serão analisados fragmentos da etnografia que denotam a interação entre determinadas instituições públicas e a família pesquisada, articulando-os com documentos normativos, leis que regulamentam as práticas institucionais.

3.2.2 Primeira instituição

Em um dos episódios, os técnicos da APAE convencem Ana de manter o filho sem o uso de fraldas, já que acreditam na possibilidade de a criança estabelecer o controle dos esfíncteres e pedir para ir ao banheiro quando necessário.

A questão do uso das fraldas, já motivou inúmeras divergências entre a mãe e os profissionais da instituição. Ana, frequentemente, expressava frustração pela morosidade, pelo trabalho exaustivo, pela pouca ou nenhuma evolução de Vitor nesse aspecto. Em um dos dias de pesquisa, após ter com alguns profissionais da APAE, relatou:

> *Vamos tentar manter o Vitor sem fralda, é como elas mesmas falaram, o processo (de Vitor ir ao banheiro) tá difícil, mas tá tendo evolução, ele já anda, fala”. [...] elas também conversaram com o SUS (secretaria de saúde), eles falaram que não vão mais fazer injetável (medicação injetável quando Vitor estava em surto), então, a partir de agora, a Dra. da APAE, que é neurologista, vai atender o Vitor. Já fizeram um grupo no WhatsApp com todos os profissionais da APAE. Eu gostei mesmo do grupo, elas falaram: “essa criança não vai ficar sem acompanhamento”, já que o SUS lavou as mãos. Segunda-feira, antes das oito, tenho consulta marcada para o Vitor com a médica da APAE. Eu agradeço (o empenho dos técnicos) porque tem coisas que vem na cabeça do Vitor e eu não sei o que fazer, é eu atrás dele, segurando nos surtos ou esse coitado aqui (Paulo) dormindo no bruto (chão de piso), quando ele (Vitor) não para de madrugada.*

Em outro momento, os técnicos disponibilizaram à Ana atendimento psicoterápico, mesmo esse serviço sendo direcionado exclusivamente aos estudantes/pacientes de instituição. Sobre esse cuidado dos técnicos, Ana relata: *“Falaram até de mim (na reunião), me perguntaram a mesma coisa que você me perguntou da última vez, se eu tenho tempo pra mim. Elas falaram que iam pensar em algo terapêutico para eu fazer também [...]”.*

Vitor, por sua vez, demonstrava gostar e querer permanecer na instituição, pois aguardava, animado, todos os dias, em frente à sua casa, entre a passagem do nível da calçada para o da rua, o ônibus da APAE. Buscava, ao seu modo, contar onde estudava, falar sobre o que acontecia e com quem interagia na instituição. Sobra a interação com colegas da instituição, Ana relatou a respeito do amigo Miguel, que, segundo ela, expressava:

> *Um sentimento muito bonito pelo Vitor [...], no ônibus da escola ninguém separa eles, vão juntinhos! Ficam juntos no parquinho da APAE. Vitor quer ajudar a dar banho e dar comida pro Miguel. É coisa mais linda de ver, tem vídeo deles juntos, vou te mandar.*

Sem uma rede de apoio familiar, o acúmulo de funções recairia exclusivamente para a mãe. E o acolhimento da instituição estendido à Ana também era uma estratégia para resguardar a saúde da criança. Nesse sentido, evidenciam-se movimentos que refletem a atenção, a escuta e a construção compartilhada no que se refere ao cuidado com Vitor.

Percebe-se que as práticas interventivas da APAE primam pela defesa intransigente dos direitos sociais, previstos na legislação brasileira, convergindo com a busca pela preservação da vida, do bem-estar, da dignidade humana. Essas intervenções, portanto, refletem a convergência entre os elementos não discursivos contidos no interior do dispositivo interventivo institucional e os elementos normativos vigentes.

Nesse sentido, remonta-se à Carta Magna, que afirma que a família é a base da sociedade e passa a gozar de “proteção especial” do Estado. Conceito este que sustenta a ideia de que por ser a família formadora da sociedade, devem ser voltados especialmente para ela os investimentos político-sociais. Endossando essa declaração, em seu artigo 227, afirma-se que é:

> Dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Observando com atenção esse artigo, evidencia-se a impossibilidade de resguardar direitos sem estender as intervenções aos demais integrantes do contexto

familiar. Ou seja, ao enfatizar que a convivência familiar e comunitária é um direito garantido constitucionalmente, as atividades de cunho protetivo e humanista se estendem invariavelmente à rede de solidariedade imbricada no cotidiano da criança e do adolescente, que, nesse caso, é sua família.

Outro fato importante dessa interação é o de que, na tentativa de atuar numa perspectiva garantidora de direitos, apesar de a APAE não ser capaz de assumir todas as demandas exigidas pela família, por vezes, ultrapassa suas próprias limitações institucionais a fim de minimizar as debilidades do grupo familiar, disponibilizando, por exemplo, psicoterapia à mãe, mesmo sendo esse um serviço oferecido apenas aos pacientes/estudantes da instituição, o que denuncia a fragilidade das políticas públicas no que concerne ao cumprimento das atribuições e responsabilidades de outros setores que integram as políticas sociais do município.

Partindo da teoria foucaultiana e buscando fugir dos apriorismos e das simplificações, pode-se afirmar a existência de dispositivos interventivos institucionais que se manifestam através do controle, produzindo saber. Sendo esse um elemento imprescindível para a manutenção do poder, não se mantém, ou ainda, torna-se demasiadamente fragilizado quando manifestado, em maior proporção, pelo viés da censura, recalcamento, agressão etc. Como afirma Foucault, “o poder cria objetos de saber” e “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 2018, p. 230-231). Portanto os dispositivos que atuam através do saber, de pressupostos pedagógicos que penetram e intervém nas relações diárias da dinâmica familiar, como parece acontecer nas intervenções da APAE sobre a família, preserva mais fortemente o vínculo instituição-família.

Evidencia-se, ademais, que a discursividade da APAE estabelece uma relação de aliança com a materialidade discursiva dos pressupostos legais vigentes, os quais dispõe sobre a garantia de direitos sociais à família e à infância.

3.2.3 Segunda instituição

Parte-se agora para os episódios que ocorrem com Milena na instituição de ensino, conforme minhas anotações no diário de campo:

> [...] Milena era chamada por colegas e estudantes de outras turmas de burra, pobre, suja e piolhenta, o que fazia com que evitasse frequentar as aulas e, nas suas palavras, odiasse estar neste ambiente. [...] (Ana) Ao tentar entrar na instituição com Milena, soube pelos monitores que estava proibida de ultrapassar os portões da escola. [...] apesar da resistência de Milena, uma das monitoras, segurando-a pelo braço, começou a forçar a entrada da menina pelo portão ao mesmo tempo em que impedia Ana de ultrapassá-lo. [...] Milena, ao se perceber sendo levada à força pela monitora, desvencilhou-se da mulher e a agrediu verbalmente, chamando-a de puta, cadela, dentre outras ofensas. O conflito se intensificou a tal ponto que foram chamados policiais para conter a confusão na frente da escola. [...] durante a semana, ao tentar levar a filha na escola após o ocorrido, ambas foram novamente barradas nos portões da instituição e, em frente às grades do colégio, receberam a informação, novamente pelos monitores, de que Milena já teria sido transferida para outra escola, a “José Bonifácio”. A matrícula não havia sido efetivada e Milena permaneceu por mais de um mês sem ser incluída em outra instituição de ensino. Quando matriculada na única escola que lhe garantiu vaga, permaneceu sem auxílio de segundo professor. (Relato do meu diário de campo, 2019).

Identificou-se aqui elementos discursivos e não discursivos distintos daqueles identificados na interação entre a família e a APAE. Práticas concretas antagônicas, marcadas pelo desencontro daquilo que é promulgado na legislação vigente; atuação de caráter repressivo, violento e punitivo convergente com os dispositivos normativos do antigo código de menores; perpetuação de estereótipos discriminatórios voltados para os grupos mais empobrecidos da sociedade. Nesse sentido, a partir de Foucault (2018), identificam-se elementos de controle-dominação com uma função estratégica dominante que é a de docilizar a qualquer custo os corpos de Milena e Ana, através de um sistema minucioso de coerções disciplinares que buscam a coesão do grupo social ou a exclusão dos inadaptáveis. No caso de Milena e Ana, evidencia-se o intento da exclusão.

Retomando os dispositivos legais, a Constituição Federal consagra o direito de acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito. Afirma que a educação é direito social e que compete à União, aos estados, Distrito Federal e municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Assegura também, em seu artigo 205, que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, s. p.).

Ainda no que se refere ao direito à educação, na Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Capítulo V, em seu artigo 53, prevê que a

função da educação é proporcionar aos jovens cidadania e qualificação para a vida profissional, asseverando também:

> I — Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II — Direito de ser respeitado por seus educadores;
> III — direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
> IV — Direito de organização e participação em entidades estudantis;
> V — Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (BRASIL, 1990a, s. p.).

As disposições constitucionais e o ECA discorrem sobre o direito à educação, mas é a Lei nº 9394/96 — subscrita como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – que rege as diretrizes de ensino-aprendizagem, registrando no seu artigo 22 que: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, s. p.).

Em seus princípios fundamentais, eleva os ideais de liberdade e solidariedade, trabalhando no intuito de proporcionar um ambiente que prime pelo respeito e estímulo à pluralidade, à tolerância, à diversidade de concepções pedagógicas, à igualdade de condições para que todos possam permanecer na escola e aprender apesar e através das diferenças.

Contempla no seu texto um capítulo exclusivo para a educação especial. Preconiza aos estudantes a garantia de currículo, métodos, recursos e organização específicos de acordo com suas necessidades, devendo haver “quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996, art. 58) e “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, art. 59).

Vale ressaltar ainda que a Lei (LDB), no que concerne à organização da educação nacional, afirma que os estabelecimentos de ensino deverão realizar movimentos de articulação com a família e com a comunidade dos educandos, “criando processos de integração da sociedade com a escola”. (BRASIL, 1996, art. 12). E, no que se refere às práticas de violência no âmbito escolar, deverão ser realizadas intervenções com vistas à promoção de “medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação

sistemática (bullying)", além de "estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas". (BRASIL, 1996, art. 12).

A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI), destinada a salvaguardar os direitos das Pessoas com Deficiências, também se constitui como importante marco legal no que concerne aos direitos dessas populações, já que abarca um conjunto de ações de promoção e proteção em favor destes. Afirmando sua capacidade civil, exercício de decidir sobre sua vida de forma "autônoma", buscando proporcionar condições de acessibilidade nos equipamentos públicos, considerando suas singularidades. Em outras palavras, garantem a:

> Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, art. 03).

No que tange à inclusão escolar, de acordo com a Portaria nº 948/2007, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL; MEC; SEESP, 2008), dispõe sobre as instituições educacionais que devem favorecer, estimular e proporcionar ambiente adequado para processos de aprendizagem "e a valorização das diferenças, de forma a atender às necessidades educacionais de todos os alunos" (BRASIL; MEC; SEESP, 2008, p. 12). Nesse sentido, busca promover a equidade e garantir possibilidades de acesso, afirmando que:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, art. 27).

Essa breve contextualização discorre, portanto, sobre a garantia da oferta de serviços voltados para a educação formal, enquanto direito social inalienável. Uma perspectiva importante de se ressaltar aqui parece ser a de que a política e a gestão educacional não podem ser reduzidas a processos de execução engessados em normativas — apesar da relevância das premissas legais.

É no âmbito das relações sociais, que se forjam condições para propor ações voltadas para o ensino a partir das demandas que se apresentam. Nesse sentido, a inclusão educacional se faz a partir do redimensionamento e adaptações de estruturas institucionais, já que a escola deve comportar as singularidades dos alunos, além de estar permanentemente aberta para novas adaptações a partir de demandas que se apresentam de maneira inesperada. Essas mudanças incluem estruturas físicas da escola, adaptações curriculares, modos de intervenção e comportamentos dos educadores, entre outras.

Em linhas gerais, não se pretende aqui refletir sobre as possibilidades, limites e desafios das instituições de ensino ao ter de se reinventar para acolher a diversidade imanente ao ser humano, mas em pontuar que o que se depreende das leis é que o estudante, independentemente de suas condições sociais, físicas, psíquicas, tem garantido o direito de desenvolver suas potencialidades nesse espaço, e que se estende à família as possibilidades de refletir, dentro da escola, sobre o processo de construção de ensino e aprendizagem, a partir das singularidades e especificidades do estudante.

Porém, quando observadas as intervenções ocorrentes na instituição de ensino em relação à família de Ana, percebe-se que não se vislumbram práticas alinhadas à legislação vigente. Nesse sentido, é possível afirmar também que os dispositivos interventivos institucionais buscam regulamentar a formação de Milena a partir de uma certa normatividade. No entanto, em decorrência da não correspondência da família em relação ao modelo pré-estabelecido pela instituição, as subjetividades que emergem dessa interação são simultaneamente transgressoras e resistentes.

Identifica-se, portanto, a presença de um dispositivo que, ao assumir uma função estratégica dominante que responde a uma urgência, revela-se como “um imperativo estratégico [...] de controle-dominação” (FOUCAULT, 1977). Engloba discursos, medidas administrativas e demais microdispositivos para legitimar a expulsão de uma aluna. O que ressoa desses movimentos é o extermínio de um comportamento intolerável, inaceitável, impertinente para a escola.

Nessa ótica, partindo para a análise das instituições com base na analítica do poder em Foucault, identifica-se um dispositivo que, não apenas cumpre uma função estratégica de coerção, vigilância, repressão, mas que transgrede princípios legais e impulsiona a violência e transgressão da própria família.

3.2.4 Terceira instituição

Outro episódio considerado relevante para pensar as relações entre família e Estado é a dinâmica entre o grupo familiar e os técnicos do posto de saúde, especialmente nos momentos em que Ana buscava a alternativa que conhecia para a conter as crises do filho, que é a medicação injetável:

> Quando já estávamos no posto, Ana começou a detalhar as crises que o filho estava apresentando, e a médica, muito educada, tentou explicar à Ana que a injeção continha uma dose “cavalar” para a criança e que não seria adequado repeti-la com tanta frequência. Além do mais, Vitor não estava em surto, o que extinguia o motivo pelo qual se realizaria tal procedimento. Nesse momento, decidi intervir e, além de explicar minha presença e participação naquele ambiente com a família, relatei também o que eu já havia presenciado a respeito das crises de Vitor. Ana se afastou por algum motivo do local onde estávamos e, oportunamente, a médica e outra profissional da área se aproximaram de mim para relatar que Vitor sempre chegava ao local sem indícios de crise alguma e que Ana parecia querer dopá-lo sem motivo (Relato de meu diário de campo, 2019).

Relataram também:

> [...] que Ana não estimulava o filho; não dava comida mastigável a ele; que “socava a mamadeira” até os seus quatro anos de idade; que sua anemia era profunda no início das intervenções médicas e assistenciais e que esse era o motivo ou uma das principais causas de seus problemas de saúde atuais. [...] Apesar dessa fase já ter sido superada e atualmente Vitor se alimentar normalmente, a história era reavivada nos discursos dos profissionais, que a utilizam para resumir, exemplificar ou comprovar, em qualquer circunstância, a incapacidade de Ana para cuidar do filho. A técnica, ainda no intuito de me convencer sobre a incapacidade da mãe, relatou que a violência desta também se expressa de outras formas que não necessariamente através da violência física. “São seus gritos, sua falta de paciência, sua negligência” (Relato do meu diário de campo, 2019).

Ainda acerca da relação entre os técnicos da saúde e a família pesquisada, não se observou a busca por alternativas ou tratamentos complementares à medicalização. Pertinente capturar outro fragmento da etnografia que expressa certa apatia frente a demanda do grupo familiar:

> Na fila de espera do posto de saúde ele chorou, gritou, jogou-se no chão duas vezes, deu dois tapas no rosto de Ana, pediu água, xixi, jogou-se novamente no chão e tentou, novamente, agredi-la. A mãe, em meio a esta cena de descontrole, disse-me que conhecia as artimanhas do filho e que estes pedidos eram meios para conseguir sair do local e não ser medicado. A Dra. pediu para Ana e Vitor entrarem. Atendendo a solicitação, deslocaram-se, juntamente com Milena, até a sala da médica, enquanto eu permanecia aguardando na sala de espera. Ao observar Vitor indo ao encontro da Dra., percebi que ele já apresentava mudanças em seu comportamento. Estava mais contido, chorando baixo e sem indícios de agressividade. Após aproximadamente 15 minutos, vi a mãe e os filhos saindo porta afora. De mãos dadas com Vitor, Ana andava a passos acelerados e firmes, com um semblante fechado, rígido. A cena já me fez supor o que havia ocorrido. Fitou-me pelo canto do olho e seguiu, em silêncio, em direção ao carro. Segui-os e, ao me aproximar, não foi preciso perguntar, pois Ana, com ar de indignação, fez questão de externar, de imediato, o que havia ocorrido: “Sem remédio, não vão fazer mais!” (Relato do meu diário de campo, 2019).

Assim como o caso da instituição de ensino relatado anteriormente, depreende-se desses episódios práticas que vão de encontro aos preceitos da legislação social vigente. As intervenções apreendidas na pesquisa se limitam a uma atuação desconectada de outros aspectos da subjetividade humana e que também reverberam na saúde e qualidade de vida dos sujeitos.

Retomando os dispositivos legais vigentes, a Lei nº 8.080/90, Lei do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece que saúde é direito do cidadão e dever do Estado e que tal premissa não se baseia unicamente no que diz respeito ao tratamento de doenças, mas está imbricado em ações preventivas, bem como dispõe o inciso II do artigo 198 da CF:

> As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: [...] II — atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais (BRASIL, 1990b, s. p.).

Ainda no campo da prevenção e do complexo arranjo que abarca a ideia de saúde, a Lei do SUS estabelece como um de seus objetivos: “a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas” (BRASIL, 1990b, art. 5°, III); afirma que a integralidade da assistência à saúde deve ser “entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (BRASIL, 1990b, cap. 3, art. 4°, § 2) e define como fatores

determinantes da saúde a "alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais". (BRASIL, 1990b, art. 3°). Essas são premissas que explicitam uma noção ampla do direito à saúde, que se entrelaça com outros direitos afins, seguem o norte constitucional da preservação da vida e o respeito à dignidade humana.

No que diz respeito a sua estrutura e funcionamento, buscando alcançar premissas de igualdade, democracia e emancipação, o SUS, além de atuar de forma decentralizada, mantém níveis de complexidade necessários à promoção, à restauração e à manutenção da saúde da população.

O nível primário concentra as intervenções em práticas preventivas, de cunho educacional, relacionados aos aspectos de higiene, vacinação, manutenção de uma rotina que inclua hábitos saudáveis, dentre outras atividades que podem ser implementadas, considerando as práticas culturais e as demandas de cada região. O secundário busca oferecer procedimento e tratamentos especializados, possibilitando que a população tenha acesso e atendimento em clínicas pediátricas, ortopédicas, psiquiátricas, neurológicas, além de oferecer atendimento de urgência e emergência[41]. O terciário atende situações de alta complexidade em hospitais de grande porte, a partir de tecnologias e especializações médicas mais sofisticadas. Portanto são tratados nesse patamar apenas casos que não puderam ser solucionados através das atividades prestadas nos níveis primário e secundário.

No que concerne a consolidação, implementação e transformação do atendimento à saúde a partir da implementação do SUS, como declara Macedo (2014), percebe-se que as ações assistenciais, promocionais, preventivas e curativas devem estar sempre inseridas, no nível primário, secundário e terciário, ou seja, em quaisquer dos âmbitos de prestação de cuidado.

Portanto, partindo dos pressupostos legais do SUS, a intervenção de quem atua na política de saúde deve se basear na promoção do bem-estar, observando todos os elementos que abarcam a realidade dos sujeitos, como atividade física, lazer, família, alimentação, trabalho, renda; trabalhar em uma perspectiva ampla, articulando

---

[41] Dessa forma, a atenção secundária conta com estabelecimentos e equipamentos de saúde, tais como: *Policlínicas*; *Unidade de Pronto atendimento (UPA)*; *Serviço de Atendimento Móvel de Urgência* (*SAMU)*; Hospitais; *Centro de Atenção Psicossocial* (*CAPS).*

com políticas da área da educação, assistência social, habitação e urbanismo etc.; observar e atuar com sensibilidade na vida dos sujeitos a partir de suas demandas, que não necessariamente estão diretamente implicadas em um processo de adoecimento físico, podendo abarcar aspectos psicológicos, sociais, econômicos etc.

As súplicas por uma solução em relação às crises de Vitor são negadas com discursos recorrentes de regulação social dos corpos. Sabe-se que uma intervenção que abarcasse as necessidades apontadas pela família, demandaria investimentos mais complexos e longos do que “simplesmente” a medicalização da criança.

As narrativas institucionais enaltecem os esforços que foram empreendidos em favor da família, o que reforça a regulação social, produzida no entrelaçamento do direito com as disciplinas. O discurso oficial é de que, apesar de todo o empenho, a família, especialmente Ana, permanece sendo, para os técnicos, negligente — termo este que parece ser muito utilizado em substituição ao status de pobre, já que pobreza não pode ser utilizada como justificativa para punição ou, nesse caso, para destituição do poder familiar. A negligência, por outro lado, a depender dos relatos técnicos contidos nos documentos oficiais, impulsionariam com certa facilidade processos dessa natureza.

As intervenções institucionais, além de penetrarem na vida da família de Ana, através dos dispositivos de controle, de buscarem disciplinar o modo como administra sua rotina e interage com sua prole, não parecem considerar as dificuldades de locomoção, habitacionais, ausência de rede familiar colaborativa, de recursos financeiros, as quais fazem parte da realidade de sujeitos como os que compõem essa família.

Mesmo com as sucessivas críticas dos agentes do Estado, culpabilizando-a pela condição do filho e as dificuldades do próprio contexto social no qual está imbricada, a mãe de Vitor recorria cotidianamente aos mesmos agentes que produziam tais narrativas a fim de reivindicar bens e serviços públicos, como se estes não fossem já recursos constitucionalmente garantidos.

Identificam-se práticas institucionais vinculadas a um regime de verdade — “conjunto das regras que permitem, a propósito de certo discurso, fixar quais são os enunciados que poderão ser caracterizados como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2004b, p. 37) — que perpetua e potencializa a violência institucional. São práticas como essas que preservam o regime de Estado que mantém uma rede

de burocratização controle e normalização da vida, reproduzindo universalidades e, consequentemente, desrespeitando singularidades.

É pertinente ressaltar aqui que não se ignoram os avanços promovidos no âmbito da gestão, formação, níveis de atenção, princípios e diretrizes do SUS. Mas se busca refletir sobre a urgência de ir para além das institucionalidades, por ser esse um movimento que possibilitaria observar as incongruências engendradas no caminho percorrido entre a lei e a prática interventiva.

Depreende-se, portanto, desse exercício analítico a partir das três instituições, duas discursividades distintas sobre a família pesquisada: uma voltada para um trabalho interventivo focado nas potencialidades da família e outra que se concentra na ideia de incapacidade e marginalização da família, especialmente em relação à Ana.

Mais do que a produção de narrativas distantes e contrárias aos dispositivos normativos vigentes, institui-se ações práticas que se configuram enquanto dispositivo interventivo institucional ideologicamente constituído, que interfere na vida social, explicitando a incongruência entre a lei e as práticas vigentes. Nesse sentido, a função exercida pelos discursos das duas últimas instituições analisadas parece ser a de legitimar a violência.

Pode-se dizer que esse cenário explicita a heterogeneidade da atuação político-institucional e revela a força de uma prática arraigada em uma cultura menorista e distante do que se preconizam os aparatos legais e normativos atuais e da própria literatura científica acerca da proteção em relação à família e à infância. São esses elementos do *dispositivo interventivo institucional* que perpetuam um sistema social opressor, alinhado às técnicas que vigiam, normalizam, classificam, punem e pouco contribuem para aquilo que a família verdadeiramente busca nos ambientes institucionais.

3.3 SUBVERSÃO E INVENÇÃO: PRELÚDIOS DE SOBREVIVÊNCIA

Pretendeu-se aqui produzir reflexões analíticas sobre práticas “inventivas e improvisatórias” (WAGNER, 2010, p. 149), identificadas na etnografia, partindo de três vias de interação, as quais expressam a postura propositiva da família de Ana, quais sejam: a busca pelo acesso a determinados serviços públicos; a rejeição em relação

a outros, e ainda a subversão à regra e à lei em prol da satisfação das necessidades de seus integrantes.

Com essa análise, foi possível apontar os momentos de protagonismo da família pesquisada, que é quando o Estado parece perder força, o que também permite refletir em que medida a presença e a ausência do poder público norteia a vida desse grupo.

Por óbvio que a opressão se perpetua na dinâmica entre família e Estado, porquanto as análises anteriores enfatizam tais fenômenos, em que os agentes políticos atuam e produzem sobre a família discursos com a força da verdade, do juízo absoluto (BOURDIEU, 2000). O que desponta não é apenas as relações de força de quem atua sobre quem e de quem são os corpos dominados e que, vez ou outra subvertem os espaços e expressam a incompetência política institucional. O que se revela é a própria organização da vida que, não raras vezes, ignora o interesse e as regras dos mandantes e se constrói apesar dos limites institucionais, não enquanto força que quer ocupar o espaço de privilégio, mas enquanto sujeitos de uma força inventiva, impulsionados pelo movimento de “improvisação contínua”, que cria um contexto próprio e que acarreta, voluntaria ou involuntariamente, a negação desse poder dito absoluto das instituições e leis vigentes.

Inicialmente, faz-se necessário explicar as terminologias wagnerianas para que se possa compreender, a partir do olhar de quem tem como propósito maior “analisar a motivação humana em um nível radical” (WAGNER, 2010, p. 13), sobre os movimentos de busca, de recusa e de criatividade desempenhadas pela família e apreendidas na etnografia.

Para que se compreenda a ideia de invenção do autor, é pertinente começar por aquilo que se distancia do conceito de invenção. A invenção não significa a criação de algo no sentido de um descobrimento inovador, nem é resultado de um processo minucioso e que gera um produto previamente planejado, tampouco uma “invencionice, fantasia”. (GOLDMAN, 2011, p. 198), mas é um processo de obviação.

Significa dizer que a invenção se dá através de uma “dialética compulsória”, que não comporta processo de síntese, mas provoca uma tensão e “invenção permanente da sociedade” (WAGNER, 2010, p. 188) a partir de contextos convencionais e não convencionalizados, que remetem cada qual a um modo de simbolização — convencional e diferenciante.

É a partir da interação entre os elementos simbólicos que o observador, a depender do contexto no qual está inserido, realiza associações e metáforas de modo a estender seus significados a outro contexto. Portanto os significados são produto da experiência entre o inato e o artificial, entre a invenção e a convenção, que são interdependentes e contraditórios, e por isso estabelecem uma relação dialética.

Desse modo, quando observamos outra realidade, outra cultura, replicamos o modo de pensamento do outro a partir de nossas próprias categorias de pensamento, traduzimos a partir das nossas metáforas de base. E é essa relação entre a simbolização diferenciante e não diferenciante — “as duas faces da mesma realidade” (GOLDMAN, 2011, p. 207) — que produz, não apenas um processo de alternância, mas a extensão das próprias categorias de controle do observador.

De acordo com Wagner (2010), quem observa o diferente produz análise a partir de extensões das noções sobre a sua própria cultura. E é com base nessa compreensão que, para o autor:

> Invenção [...] é cultura, e pode ser útil conceber todos os seres humanos, onde quer que estejam, como "pesquisadores de campo" que controlam o choque cultural da experiência cotidiana mediante todo tipo de "regras", tradições e fatos imaginados e construídos. (WAGNER, 2010, p. 75).

Todos carregam um conjunto de convenções a partir das quais se torna possível explicar a cultura do outro, usando elementos simbólicos para comunicar suas experiências, sua participação convencional em contextos não convencionais.

Wagner (2010) associa o modo coletivizante ao mundo ocidentalizado que tende a generalizar convenções, a padronizar regras sociais. Já a simbolização diferenciante representaria o modo de vida dos nativos, povos tribais que buscam produzir ações particularizadas, individualizadas em relação ao coletivo. Para Benites (2007), como os símbolos não se relacionam com realidade externa a eles, o significado só pode existir a partir das relações, pois é por meio da interação que os símbolos se encontram e permitem infinitas combinações.

É essa dialética (sem síntese) entre os dois modos de simbolização, convencional e diferenciante, e a “obviação” de um deles, “numa série infinita de reversões do tipo “figura/fundo” que se afetam mutuamente” (RIFIOTIS, 2019, p. 5), que produz a invenção e que também é:

> [...] o modo como o ator interpreta e experiencia o controle e suas ilusões, e assim também define que coisas e que experiências devem ser vistas como anteriores às suas ações, e não como resultado delas. Podemos denominar essa orientação coletiva de "mascaramento convencional" de uma cultura particular. (WAGNER, 2010, p. 93).

Como falado anteriormente, no ocidente, especialmente na cultura norte-americana, o mascaramento convencional está concentrado na ideia de que o inato é o mundo do incidente natural, sendo esses os contextos não convencionalizados, pois o legado cultural dessa sociedade permeou “o acúmulo progressivo e artificial de formas coletivas”. (WAGNER, 2010, p. 93). Isto é, construído a partir da razão humana. No que se refere aos Daribi[42], sua cultura permeia o mundo incidental, é estendida e diferenciada por oposição e “mascara a invenção de uma natureza inata e motivadora” (p. 93). Portanto, quando o contexto é o que serve de controle da ação, o ator tenderá a seguir as regras e se comprometer com os padrões normativos vigentes.

Por outro lado, como infere Rifiotis (2019), se for o contexto não convencionalizado o que servir de controle, o ator atuará no intuito de se destacar, individualizar, diferir daquilo que corresponde ao modelo de condutas, princípios e regras hegemônicas.

Buscando usar a teoria wagneriana para além das sociedades tradicionais e ocidentais, vale referir que Wagner (2010), considera ser possível fazer uso dos domínios do controle inato e do humano para analisar outras realidades. E, nesse caso específico, a proposta é refletir analiticamente, sob uma perspectiva dialética, no âmbito da mesma cultura, valendo-se de que a antropologia, a etnografia e o próprio campo no qual o pesquisador se debruça conferem legitimidade para invenções sobre conceitos e teorias no campo de conhecimento.

Partindo do pressuposto de que cultura é invenção e de que ela “é tornada visível pelo choque cultural” (WAGNER, 2010, p. 37), tem-se a pretensão de captar fragmentos da pesquisa de campo que explicitem a “improvisação contínua”, a capacidade de a família de Ana de “inventar controles novos” em meio a um contexto convencionalizado, que, nesse caso, é materializado no campo estatal e nos grupos sociais dotados de maior capital social que a família em questão.

---

[42] Grupo de nativos da Nova Guiné, estudado pelo autor e que lhe dá subsídios para discorrer sobre a noção de cultura como atividade criativa.

Portanto, explorando o conceito de “invenção” ao qual Wagner (2010) se refere como sendo a potência criativa humana “que constrói o seu próprio modo de vida em nítido relevo contra o pano de fundo das outras culturas" (WAGNER, 2010, p. 37), busca-se problematizar a perspectiva de que a vida da família de Ana é o resultado de uma posição de subalternidade no campo social.

Percebe-se que há uma tendência ou padrão em relação à percepção de que a família é um subproduto daquilo que o Estado é ou deixa de ser em relação a ela, negando-lhe a posição de inventora de sua própria história, a condição de agente simbolizador que cria suas próprias distinções em relação ao contexto “de fora”. Propõe-se, nesse sentido, recuperar a dimensão da “vida” em substituição à ideia de sobrevivência, e é a partir da potência criativa, enquanto elemento comum a todos, que se parte para a análise dos momentos em que essa família inventa sua própria história.

3.3.1 A busca e a recusa

Não foram raras as vezes que Ana buscou, de maneira voraz, o atendimento público a fim de sanar as demandas de sua família e, quando não era atendida, enviava mensagem por WhatsApp ou ia pessoalmente ao fórum relatar, indignada, o que haviam lhe negado, esperando que eu pressionasse, de alguma forma, os técnicos do CAPS, do posto de saúde, da assistência social, para darem mais atenção às suas necessidades. Quando precisava de medicamentos, preferia percorrer a pé alguns quilômetros para ser atendida no posto de saúde do centro, onde se localizava também a secretaria de saúde. Assim, próxima aos profissionais que, não apenas marcavam e realizavam as consultas, mas que operacionalizavam a política de saúde municipal, teria mais chances de sair do local com suas demandas atendidas.

Relatou certa vez que os profissionais da saúde falavam “mal” de sua “mania” de “só querer consultar no posto do centro”, negando-se a receber atendimento no posto localizado no seu bairro. Explicou a mim, com ar de indignação: *“[...] não é que eu quero só atendimento lá, eu prezo pela vida do meu filho! Última consulta com a Indiara (pediatra) foi quando ele nasceu, o piá tá com 9 anos”.*

A interação de Ana com o Conselho Tutelar também provocava tensionamento. Em um desses episódios, o assunto em pauta foi sobre a forma como

Ana controlava as crises do filho, que, na percepção dos técnicos, era prejudicial à criança. Ana relatou a mim, em tom irônico:

> *Esses dias deu crise (no Vitor), os vizinhos ligaram pro conselho, vieram aqui e disseram que receberam denúncia que a gente tava sufocando o piá. Que essas coisas (surtos do Vitor) tavam incomodando os vizinhos. Desse jeito iam ter que levar pro abrigo de novo. E o problema era que eu não tava adaptada às crises do Vitor". Após uma gargalhada irônica, continuou: "Sim. Adaptada às crises. Quem sabe querem que eu não segure o piá e não consiga sair de casa com tanta mordida, chute e coice dele.*

Sua fala remetia a uma convicção de que ninguém teria mais conhecimento e apresentaria melhores condições para lidar com as crises de Vitor além de ela própria. Eram frequentes os comportamentos agressivos da mãe, a qual se voltava contra os técnicos sempre que estes questionavam sua capacidade de garantir aos filhos exatamente aquilo que ela entendia que eles necessitavam

Esses dois episódios deixam transparecer "o choque entre culturas" que provocava resistências de ambas as partes, o que depreendia um mascaramento por parte do contexto convencionalizado sobre elementos que, se revelados, fragilizariam o discurso dominante — como o reconhecimento de seu protagonismo e proteção à prole, quando ameaçada pelas mesmas instituições de cunho protetivo ou, ainda, o comportamento ativo, vigilante e inconformado com determinadas debilidades que se apresentavam em relação aos filhos e que não eram investigadas pelos técnicos dos serviços públicos.

No entanto, apesar das resistências institucionais, a postura da mãe de Vitor e Milena permanecia desencadeando a desmarcação das convenções e o enfrentamento ou desvio dos controles biopolíticos existentes no contexto convencionalizado.

Mesmo que não esteja claro a partir do ângulo de quem está situado no universo das convenções, a maneira com que Ana se organizou para atingir seus objetivos revela um movimento inventivo e improvisatório. Construiu seu cotidiano através da interpretação de contextos convencionalizados, reinventando-se a partir deles e traçando direcionamentos estratégicos em prol da criação de uma realidade mais saudável para ela e sua família.

Em outros momentos, a mãe também expressava sua própria fragilidade. Em um sábado à tarde, na sala emergência, enquanto os profissionais da saúde se negavam a medicar seu filho — e ela demonstrava, de forma efusiva, não concordar

com tal decisão — pediam a ela para que não se exaltasse, já que precisavam de sua "força" para ajudar a criança. Diante de tal pedido, Ana pareceu desabar: *"como eu vou ajudar se eu preciso de ajuda!?".*

Apesar de expressar a dor emocional que reflete suas limitações humanas, a fala da mãe não deveria ser interpretada como uma invalidação acerca de sua capacidade enquanto cuidadora. É possível identificar, sobretudo, que a substituição de uma postura desafiadora pela expressão fragilizada e um pedido de ajuda, mostra a condição de ser e se ver num outro lugar que não o de cuidadora, mas de quem precisa ser cuidada. O que se depreende desses episódios é que as posições que são assumidas podem ser invertidas a depender do contexto, convencional ou não convencionalizante, em que o sujeito ou grupo se encontra.

Já em outros momentos, Ana limitava as ações institucionais através da recusa a determinados bens e serviços públicos. Pode-se citar o episódio em que ela relata a insistência do CAPS para que ela retorne aos grupos terapêuticos:

> *Ahhh veio aqui* [referindo-se ao técnico do CAPS] *e começou a falar, vocês têm que voltar pro CAPS, Ana; vocês têm processo; vocês têm PSC pra cumprir, vai dar problema para vocês na justiça, vocês têm que voltar!". Até o final da etnografia obtive informação de que Ana não havia retornado aos atendimentos, porque, segundo ela, não lhe agradava, "não fazia sentido ficar lá a tarde toda.*

Evidentemente a postura de Ana subvertia as regras institucionais, expressando novamente que o tensionamento é resultado da sua pretensão de impor limites que respeitem sua própria vida, a qual é dotada de significados diferenciantes dos das convenções instituídas, mas que também se reinventa a partir delas.

Percebe-se aí que invenção e convenção mantém "uma relação dialética, uma relação ao mesmo tempo de interdependência e contradição" (WAGNER, 2010, p.95), ou seja, não há como Ana criar seu próprio mecanismo de controle diferenciante sem se pautar nas orientações da própria convenção institucional. E essa compreensão é crucial para problematizar o lugar de Ana e do Estado no campo social, pois permite flexibilizar a máxima de que o grupo familiar se encontra no polo passivo a todo tempo.

Outro episódio que expressa a potência e a capacidade criativa de Ana é sua recusa a receber uma casa popular, após passar por uma experiência dolorosa com os vizinhos que também residiam no local.

> *A Cleusa — assistente social da prefeitura — disse que arrumaram uma casa para mim de novo. Não quero, pago aluguel e vou dizer para passar para outro. Arriscar perder meu filho por denúncia no conselho — Conselho Tutelar — de gente que não entende o que eu passo. Não quero passar de novo por*
>
> *isso, Cláudia. Aqui — onde reside atualmente — dá uns problemas, mas todo mundo já conhece", referindo-se ao fato de saberem que o filho apresenta comportamentos agressivos.*

Mais uma vez, Ana não se deixa dominar pelos controles biopolíticos que a acompanham, pois o significado que ela dá as relações estabelecidas com seu grupo familiar passa por um outro lugar que não é o da racionalidade político-institucional. E quando essa vigilância e a execução das políticas invadem esse lugar, ela, novamente, cria estratégias para defender aquilo que é dotado, para ela e o seu grupo, de significância cultural.

Quando Ana percebe que se posicionando de determinada maneira — na maioria das vezes de forma incisiva e provocativa — ela consegue ultrapassar certas barreiras institucionais, essa constatação faz com que ela construa sua identidade a partir desse conjunto de ações, porque provoca o resultado por ela esperado, que, nesse caso, é o de garantir direitos à sua família, ou de, pelo menos, ser vista e "respeitada" pelas instituições que acompanham sua trajetória de vida.

Portanto percebe-se que não há uma relação estática, uma relação que pode ser resumida entre oprimido e opressor, porque ao se estabelecer interação entre contextos distintos, já se está produzindo a invenção. E, assim, Ana também produz um conjunto de controles a partir da interação, espontânea ou compulsória, com a cultura das instituições, mediante a tentativa de "prevê-la", "controlá-la" e "coagi-la"[43]. E esse contexto convencionalizado da instituição só se sustenta e é levado adiante por atos de invenção contínua por parte de famílias como as de Ana. E a invenção só se expressa enquanto movimentos dotados de significado quando ocorre o "choque de culturas", quando se tenda sujeitar as famílias às orientações da convenção, e aquela, por sua vez, busca precipitar imagens fora do convencional, podendo vir a provocar uma renovação cultural (WAGNER, 2010).

Essa constatação não modifica o fato de estarmos a falar de instituições que se expressam de forma opressiva em relação aos sujeitos que dela necessitam para

---

[43] O ato de coação pode ser visto quando a mãe de Vitor busca outras instituições, como o sistema judiciário, para que suas demandas sejam atendidas pelo poder executivo.

materializar direitos fundamentais. Mas é relevante pensar que, se a análise partir da perspectiva de que todo o ator social desenvolve seu mundo a partir da invenção dialética, é possível também reconhecer que, ao tratar de garantias fundamentais, deve-se considerar o contexto não convencionalizado enquanto dotado de um conjunto de significados tão importantes quanto o “lado” da convecção para o debate sobre as propostas de intervenção institucional e as formas de concretização de direitos.

Vale salientar que não é a pretensão desta análise compactuar com a recusa de Ana em, por exemplo, realizar tratamento terapêutico. Mas problematizar as formas de controle da convenção, que exigem, por parte das famílias, uma maneira inventiva de se diferenciar. Sem pretender interpretar o que a mãe quer manifestar quando se recusa a participar dos grupos, o que simplificaria as inúmeras motivações humanas, pode-se aventar que sua postura refletiria algo que precisaria ser revisto em relação às práticas institucionais, pois não estava provocando a adesão esperada. Ou, ainda, poderia ser simplesmente pelo fato de ela não querer ser condicionada aos moldes de controle convencionalizado, por ser uma prática que engessava sua liberdade de criar seu próprio destino.

Essas proposições reforçam a importância de olhar ambos os contextos como igualmente relevantes no processo dialético que produz a invenção e que é, por sua vez, cultura. Assim as instituições têm, a partir da investida criativa de Ana ao reivindicar ou recusar o atendimento, a oportunidade de repensar seu próprio campo e de revitalizar seus próprios controles convencionais.

Deve-se dar ênfase, sobretudo, à invenção e à autonomia que emerge por parte da família a partir da relação que esta estabelece com o Estado, o que normalmente seria ignorado em leituras menos minuciosas das relações entre grupos periféricos e agentes do Estado. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que não são apenas os agentes do Estado que afetam as famílias, mas estas também realizam movimentos de tensão e que podem provocar transformações nas práticas profissionais, já que é sob esses novos “pontos de vista” que ocorre o processo de “convencionalização [...] de algo que anteriormente era um controle não convencionalizado” (WAGNER, 2010, p. 173), o que também prova a relatividade dos controles convencionais.

3.3.2 Criatividades emancipatórias

A família de Ana expressa sua capacidade de “improvisação contínua” em diversos momentos da pesquisa, mas esse ímpeto improvisatório se apresenta no nível mais elevado quando suas demandas são negadas pelo contexto convencional. Buscam preservar sua dignidade fazendo uso de ferramentas criadas a partir das suas próprias experiências de vida.

Na ausência de energia elétrica e na recusa em ficar aguardando as instituições resolverem sua demanda, a família usa de seus próprios recursos internos e comunitários. Este último se materializa a partir da solidariedade dos vizinhos, por exemplo, no episódio do banho:

> Ana [...] pediu à Milena para buscar uma muda de roupa no armário, enquanto continuava a dialogar com Paulo alternativas sobre a falta de “luz”. Com as roupas escolhidas pela filha, Ana pegou na mão de Vitor, pediu para Milena segui-la e me informou: “vou ver se tomamo banho na vizinha” (Relato do meu diário de campo, 2019).

Ou quando pedia ao vizinho para que “emprestasse sua luz” para a instalação de um rabicho:

> Ana se aproximou dele para explicar sua situação enquanto eu e as crianças permanecíamos próximos ao carro, há alguns metros de distância, aguardando a devolutiva do homem. Após poucos minutos de conversa, Ana se aproximou de nós exultante, informando que ele havia concordado em colaborar.
> Diante da afirmativa do vizinho, fomos eu, Ana, Vitor e Milena em busca de uma extensão para concretizar o ilegal, porém necessário, rabicho (Relato do meu diário de campo, 2019).

O fio de energia elétrica, enquanto elemento simbólico isolado de uma prática, é simplesmente um fio de energia elétrica. Ou seja, uma coisa que não imprime qualquer status de ilegalidade, mas que ganha significado através da associação a um determinado tipo de contexto, nesse caso, a realidade de uma família que não encontra possibilidades de arcar com o valor da sua conta e que permanecerá na “escuridão” por tempo indeterminado.

A experiência de restrição à energia elétrica mobiliza agentes, tanto os “da casa”, quanto os “da rua”. Estes, inseridos no mesmo contexto periférico e provavelmente acometidos, ao menos uma vez na vida, pelas mesmas adversidades, colaboram com o grupo, disponibilizando o banheiro, a geladeira, a eletricidade para

carregar o celular, a “sua luz” para a instalação de um rabicho, mesmo sendo esse um procedimento ilegal e passível de multa.

Sobre essa forma de interação entre a família de Ana e os demais integrantes da localidade onde ela vive, e no intuito de não confundir essa atuação colaborativa com uma narrativa romantizada sobre essas redes de proteção, vale destacar dois aspectos que foram apreendidos na pesquisa, realizando uma breve análise comparativa com as pesquisas de Rayna Rapp (1992) e Fonseca (2005).

Ambas as pesquisadoras concluíram, através de suas etnografias realizadas com famílias populares, que, por elas viverem sob uma condição de escassez de recursos materiais, sobreviviam através de uma rede de ajuda mútua. E, nesse ponto, percebe-se uma similaridade com a realidade da família de Ana, que necessitou e foi atendida pelos seus vizinhos em momentos de crise. Porém as autoras identificaram também que esse movimento colaborativo está intrinsecamente relacionado à forma como os pais, irmãos, amigos, vizinhos se relacionam entre si, mantendo uma convivência afetiva intensa diária. Fonseca (2005, p. 52) relata episódios sobre a forma como as pessoas que não fazem parte do núcleo familiar ultrapassam, com a permissão das famílias, as fronteiras dessas casas “comendo na mesa da cozinha [...] dormindo no sofá [...]”. Parece, a partir da perspectiva das autoras, que essa relação de intimidade é condição imprescindível para a atuação colaborativa dos demais integrantes do contexto em que as famílias pobres se encontram.

Essa última análise trazida mostra a divergência entre o que foi apreendido nas duas pesquisas e a realidade da família de Ana, que não conta com a colaboração da família extensa, nem estabelece essa relação de proximidade com vizinhos a ponto de recebê-los em sua casa. Porém esse distanciamento não parece ser um elemento impeditivo para, nos momentos de crise, essa rede, que parece não existir, se fazer presente das formas mais inusitadas e corajosas possíveis, até mesmo arriscando se comprometer com a justiça para permitir que a família tenha acesso à energia elétrica.

Portanto, nesse caso, a força motriz da rede de ajuda mútua não parece ser o esforço das famílias em prol da manutenção de um vínculo estreito com a vizinhança, mas a própria consciência das condições econômicas frágeis em que todos (ou a maioria) implicados naquele contexto se encontram.

Retomando a ideia de Wagner (2010), evidenciou-se que, na casa da família de Ana, para preservar condições mínimas de habitabilidade e bem-estar, só restaram

os movimentos subversíveis desses vizinhos contra a própria organização social pautada nas regras determinadas por contextos convencionais.

Nesse sentido, além de o rabicho expressar a intensão de suprir uma necessidade imediata, ele também revela conhecimentos do contexto não convencionalizado que, de certa forma, desestabilizam posições de poder (WEID, 2014). Não há passividade frente à condição precária, mas busca incessante pela resolução, mesmo que esta não seja compatível com as regras vigentes. A família, com a ajuda de muitos, conduz “a seu modo” a resolução do caso.

Evidencia-se que as regras institucionais se tornam absolutamente dispensáveis, a depender da necessidade ou vontade das famílias periféricas. Esse rebaixamento de posto ou, ainda, a desestabilização das relações de poder, ocorria sempre que outros elementos considerados prioritários na vida das famílias se defrontavam com a normativa vigente.

No decorrer da pesquisa, ficou claro que o movimento inventivo tanto do grupo familiar quanto do contexto periférico, com seus próprios códigos, procedimentos, significados, entendimentos sobre a melhor forma de lidar com determinados eventos, com suas características individuais e diferenciantes, ganha força e subverte as regras do jogo constantemente.

A postura de recusa, de reivindicação ao acesso a bens e serviços, ou negação às regras institucionais quando julgadas inoperantes, são expressão dessa dimensão criadora, a qual se pretendeu revelar nessa análise, sem incorrer no equívoco de ignorar a sua submissão a regras dos contextos convencionais, principalmente em momentos em que o poder revela seu caráter arbitrário, por exemplo no acolhimento institucional. Todas essas interações expressam o movimento dialético entre invenção e convenção, o que põe em xeque o estereótipo da família pobre passiva e subjugada frente ao poder estatal, ou exotizada (RIFIOTIS, 2019) — já que estamos a falar da ideia de criatividade inerente à condição humana, o que não deve ser confundido com aquilo que Sarti e Fonseca já buscavam ponderar sobre a tendência a ver toda e qualquer atuação de famílias pobres como resposta imediata à sobrevivência ou produto da escassez material — pois ela se revela capaz de criar inúmeras possibilidades de se expressar no mundo, apesar e em razão dos contextos convencionais.

4 PERSPECTIVAS SOBRE FAMÍLIA, DIREITOS HUMANOS E INSTITUCIONALIDADES

As discussões que abarcam a existência de um núcleo irredutível de direitos que deve ser garantido a todos os seres humanos remonta ao século passado, especialmente após as perversidades cometidas na Segunda Guerra Mundial. Buscou-se, nesse período, através da elaboração de documentos oficiais e conferências entre representantes de diversos países, encontrar formas de preservar a vida humana e evitar conflitos dessa magnitude.

Em 25 de abril a 26 de junho de 1945, foi construída, através da participação e contribuição de 50 países, a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era promover a paz entre as nações. Em 1948, foi elaborada a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, visando consolidar elementos discursivos norteadores da humanidade para que os indivíduos fossem protegidos e pudessem viver com dignidade, a partir do reconhecimento da trindade de valores supremos: igualdade, fraternidade e liberdade.

Sendo assim, as premissas dispostas no documento oficial deveriam ser respeitadas e acatadas por todos os povos, independentemente de seu contexto cultural, já que entendiam os partícipes da elaboração do documento, que dignidade era valor absoluto e intrínseco ao ser humano e, portanto, princípio norteador das demais premissas legais existentes, sobrepondo-se a qualquer outro interesse. Tal ideal tinha como pano de fundo refutar a perspectiva nazista da época, que limitava esse valor à raça pura ariana (PIOVESAN, 2009). Desse modo, a extensão universal desses direitos estaria acima de qualquer outra manifestação ou condição existencial humana.

Segundo Bobbio, a Declaração de 1948 é a representação da "consciência histórica que a humanidade tem de seus próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX" (BOBBIO, 2004, p. 20). Nesse sentido, Direitos Humanos serviriam como uma instância de representação legítima da sociedade civil internacional e os estados deveriam tê-la como norte ético e moral ao tomar decisões político-institucionais.

Portanto, na perspectiva de Bobbio (2004), os direitos universais deveriam ser compreendidos como "os direitos do cidadão daquela cidade que não tem fronteiras, porque compreende toda a humanidade, ou em outras palavras, [...] os direitos do

homem enquanto cidadão do mundo" (BOBBIO, 2004, p. 19), direitos estes suficientemente fortes para prevenir ou reprimir a violação da dignidade de qualquer homem ameaçado.

A teoria de Bobbio também contempla a classificação ou subdivisão de direitos, os quais acompanham “o progresso social” e, por isso, são consolidados na medida em que a própria sociedade se encontra preparada para positivá-los, identificando as ausências e as necessárias regulamentações a partir do contexto de cada época. Na perspectiva do autor, os direitos:

> Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre homem [...] ou cria ameaças à liberdade do indivíduo, ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. Às primeiras, correspondem os direitos de liberdade, ou um não-agir do Estado; aos segundos, os direitos sociais, ou uma ação positiva do Estado. [...] Os Direitos de terceira geração, como o de viver num ambiente não poluído, não poderiam ter sido sequer imaginados quando foram propostos os de segunda geração, do mesmo modo como estes últimos (por exemplo, o direito à instrução ou à assistência) não eram sequer concebíveis quando foram promulgadas as primeiras declarações setecentistas (BOBBIO, 2004, p. 26).

Contudo há autores que contestaram a teoria universalista e geracional, tal como foi desenvolvida, por ter sido constituída por uma cultura ocidental — ignorando o processo histórico e sociocultural vivido por outros países — e sustentar uma perspectiva hierárquica de direitos, como se uns pudessem ser mais importantes que outros ou substituíveis por outros. Essa concepção, portanto, justificaria o não reconhecimento de determinados direitos, já que a sociedade não estaria suficientemente madura para corresponder a certas expectativas sociais.

Joaquin Herrera Flores e Boaventura de Sousa Santos fazem parte do rol de teóricos que compreendem o atual modelo universal de Direitos Humanos como uma armadilha que impede a concretização da justiça social, por não considerar o papel da interculturalidade na busca pela efetividade dos direitos.

Para Flores (2005), essa concepção de Direitos Humanos não revela sobre os modos de existência concretos dos seres humanos, tratando-se de "regras e declarações que parecem funcionar por si mesmas, sem a necessidade de levar em conta os contextos dos quais necessariamente surgem e nos quais se destinam a aplicar”. (FLORES, 2005, p. 208, tradução nossa). Na busca pela superação daquilo

que ele considera limitador no modelo atual, o autor propõe um movimento de compreensão e construção de Direitos Humanos partindo de um olhar periférico, ou seja, afastando-se daquilo que ele chama de centro, que é de onde emanam as premissas já consolidadas acerca desse tema e que não alcançam o objetivo primordial de sua existência, que é a concretização dos direitos sociais (FLORES, 2005).

Para além das contestações teóricas sobre a atual perspectiva universalista e multiculturalista[44], o autor acredita ser possível construir uma teoria crítica dos Direitos Humanos a partir de práticas interculturais, em um processo de hibridismo, de universalismo a posteriori, ou seja, constituído através do diálogo e dos processos de luta que envolveria a participação de todas as culturas.

Sua máxima é a ideia de que ao universalismo há que se chegar. Ou seja, ele poderá ser verdadeiramente instituído se resultar de processos de luta, de práticas interculturais que possibilitem um diálogo confrontador de preconceitos e resistências a outras culturas. A perspectiva intercultural de Flores baseia-se, portanto, na ideia de:

> Racionalidade de resistência. Uma racionalidade que não nega que é possível chegar a uma síntese universal das diferentes opções relativas aos direitos. E tampouco descarta a virtualidade das lutas pelo reconhecimento das diferenças étnicas ou de gênero. O que negamos é considerar o universal como um ponto de partida ou um campo de desencontros. [...] universalismo de chegada ou de confluência – depois (não antes) de um processo conflitivo, discursivo de diálogo ou de confrontação no qual cheguem a romper-se os prejuízos e as linhas paralelas (FLORES, 2002, p. 298).

Ou seja, para o autor, deve-se partir de um processo que incita o universalismo impuro, que dissolva retas paralelas, culturas fechadas em si mesmas e possibilite a recriação de mundos (FLORES, 2002, p. 298).

A concepção do jurista acerca do tema converge com as teorias de Gallardo (2014), no que concerne à defesa de uma concepção de Direitos Humanos que se aproxime da realidade dos mais diversos grupos sociais. O autor afirma que Direitos Humanos na sociedade contemporânea reproduz discursos, em sua essência,

---

[44] Esse modo de ver e atuar em relação aos Direitos Humanos, na sua concepção, absolutiza particularidades. Nesse sentido, o autor entende que “a cultura não é uma entidade alheia ou separada das estratégias da ação social; ao contrário, é uma resposta, uma reação à forma como vão se constituindo e se desdobrando as relações sociais, econômicas e políticas em um tempo e um espaço determinados” (FLORES, 2009, p. 148).

hipócritas, já que o Estado constantemente incita a guerra e outros modos de violência e, em contrapartida, promove, através de declarações oficiais, o respeito à vida e à dignidade humana. Isso se dá em decorrência da “inexistência de uma cultura de direitos humanos” que, até o presente momento, correspondeu à “inexistência de uma disposição de fazer de direitos humanos um movimento social, articulado, constantemente, com uma teoria de direitos humanos” (GALLARDO, 2014, p. 35). Nesse sentido, só será possível ultrapassar tais limitações através da politização da sociedade e de práticas que promovam a autonomia política dos sujeitos sociais.

Por isso, para Gallardo (2014), o empoderamento popular é a força motriz para a construção de uma cultura de Direitos Humanos e deve se fazer presente em todos os espaços institucionais, em todas as instancias — familiares, jurídicas, econômicas —, delegando à sociedade a responsabilidade pela construção da cidadania e garantia da dignidade humana, o que não é o mesmo que pregar valores, mas criar formas de entrelaçamento entre movimentos reivindicativos e a compreensão teórica de Direitos Humanos.

Avançando na perspectiva intercultural, Boaventura de Sousa Santos (1997) infere que, para ultrapassar a concepção universalista de Direitos Humanos, é preciso reconhecer a incompletude de todas as culturas e, por conseguinte, desconstruir a ideia de superioridade e de homogeneização da cultura ocidental. Para tanto, o autor afirma que se faz necessário realizar movimentos que ultrapassam o universalismo e relativismo cultural.

A crítica à perspectiva universalista está intrinsecamente relacionada às concepções ocidentais que dela ressoam, negando os modos de existência imanentes às múltiplas culturas, produzindo injustiças sociais através de um padrão de globalização, denominado pelo autor de localismo globalizado[45].

---

[45] Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais. Tais globalismos localizados incluem: enclaves de comércio livre ou zonas francas; desflorestamento e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimonias religiosos, artesanato e vida selvagem; dumping ecológico ("compra" pelos países do Terceiro Mundo de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas centrais para gerar divisas externas); conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do "ajustamento estrutural"; etnicização do local de trabalho (desvalorização do salário pelo facto de os trabalhadores serem de um grupo étnico considerado "inferior" ou "menos exigente". (SANTOS, 1997, p. 109-110).

Já o relativismo, para Santos (1997), está intrinsecamente relacionado à perspectiva de que cada cultura incorpora uma determinada concepção de direitos fundamentais, inexistindo, portanto, uma essência moral compartilhada por toda a humanidade, o que seria uma espécie falsa ideia de proteção à cultura dos povos, reverberando em percepções individualistas de vida e impedindo o desenvolvimento de processos dialógicos interculturais.

O autor busca ultrapassar essas duas concepções que, na sua opinião, impedem o desenvolvimento de uma teoria crítica de Direitos Humanos, propondo um diálogo intercultural, o qual denominou de Hermenêutica Diatópica. Sua proposta se constitui no processo “de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” (SANTOS, 2003, p. 31). Por meio desse diálogo, tem-se a pretensão de “ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua” (SANTOS, 2003, p. 15); superar as dicotomias que prejudicam o alcance de uma concepção de Direitos Humanos verdadeiramente emancipatória e solucionar questões convergentes entre os mais diversos universos culturais.

A concepção de Rita Laura Segato (2006) não se contrapõe às perspectivas de Santos e Flores, mas parece provocar uma reflexão mais profunda acerca dos limites da teoria crítica de Direitos Humanos. Sobre esse tema, ela considera que são imensuráveis os desafios para trabalhar numa perspectiva garantidora de direitos sem invadir aspectos elementares da reprodução da vida de determinados grupos.

A autora discorre sobre o nível de complexidade que se apresenta, em termos práticos, quando se pensa em intervir na realidade cultural de determinado povo, em que mudanças pontuais podem incidir na organização econômica, subsistência, rotina doméstica, hábitos e valores considerados fundamentais para a reprodução da vida daquele grupo. Aspectos, portanto, que devem ser discutidos pela via da Antropologia se a pretensão for a de construir Direitos Humanos a partir da interculturalidade, ou seja, respeitando o conjunto de significados experienciados no cotidiano dos mais diversos povos.

Em consonância com a linha de pensamento de Segato, Geertz (1989) aprofunda seu olhar antropológico para a dimensão simbólica da vida social. Ou seja, volta a sua atenção e análise para o plano microssocial, partindo de fatos considerados “pequenos”, como “palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os

outros” (GEERTZ, 1989, p. 90). A partir de uma ciência interpretativa, buscar entender o significado de práticas sociais através da aproximação realizada em determinados grupos e interpretar a “teia de significados” (GEERTZ, 1989, p. 4), que deles emerge. Movimento este que não tem a pretensão de alcançar a plenitude do significado, mas tornar claro e compreensível o ponto de vista dos “nativos”, o que também possibilita repensar e questionar a nossa própria cultura.

Retomando elementos da experiência etnográfica e considerando especialmente as análises supracitadas, evidencia-se que não há alternativa fácil para se chegar a uma construção de Direitos Humanos que respeite as particularidades culturais dos grupos sociais.

A fim de refletir sobre essa incapacidade de a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) abarcar a complexa existência dos mais diversos grupos sociais e de famílias como as de Ana, vale refletir sobre dois artigos desse documento oficial:

> Artigo XVI — 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.
> Artigo XXV — 1.Todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, alimentação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstancias fora de seu controle. (ONU, [1948] 2009).

No que concerne ao primeiro artigo citado, este se mantém em uma linha de abstração que impede o vislumbre dos mais diversos arranjos e dinâmicas familiares existentes. Discorre sobre a ideia de família enquanto núcleo natural, com capacidade socializadora de indivíduos e que, por isso, deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado. Ou seja, naturaliza um modelo, um tipo de “história natural”, assumindo uma postura conservadora e limitada acerca do tema. Desse modo, a proteção à configuração e contexto da família vai até o limite de sua capacidade de reprodução do modelo de unidade natural idealizado. A família de Ana, nesse caso, por não ser aquilo que se espera, é submetida a tirania advinda do Estado e da própria sociedade, não havendo proteção real, mas, ao contrário, violações de direitos.

No que se refere ao segundo artigo, analisando a família de Ana, sua dinâmica, rotina, busca pela satisfação de suas demandas e interação com os técnicos das instituições públicas, evidencia-se que o significado de saúde, bem-estar,

habitação, segurança diverge de uma lógica etnocêntrica dada a estas categorias a partir do tratado de Direitos Humanos.

Vitor, Ana, Milena e Paulo não se enquadram nesse padrão normativo de saúde, pelo histórico de deficiência e doença mental familiar. O conceito de alimentação que o artigo aponta, também não abarca a realidade da família, visto que já foi alvo de denúncias em decorrência da escolhas alimentares e pelo modo como Ana ministrava, para o filho, a comida — sendo esse um dos elementos considerados responsáveis pela deficiência da criança, apesar de não haver provas dessa relação. A dinâmica familiar não promove aquilo que se entende como estado de bem-estar social idealizado pela norma; o vestuário denuncia uma determinada condição econômica, social, territorial, que afasta parte das pessoas que vivem em outro nível de identidade social, e dá brecha para críticas advindas dos próprios agentes do Estado.

O que se depreende dessa análise comparativa é que os artigos somente reforçam a invisibilização e segregação dos atores sociais na “sociedade complexa”, o que coaduna com a constatação de Cláudia Fonseca (1999), de que os valores considerados universais, na verdade, sempre expressam uma perspectiva local.

Desse modo, a família de Ana nunca corresponderá ao modelo de humano esperado em uma sociedade regida por dispositivos declaratórios etnocêntricos, tais como a Declaração Universal de Direitos Humanos e legislações que seguem os mesmos princípios norteadores.

Essa é uma evidência que se repete ao logo de todo o trabalho científico e o que se busca, a partir dessa constatação, é o que realmente parece importar para repensarmos formas de garantir Direitos Humanos. Nesse sentido, é crucial analisar, não apenas sob quais parâmetros se medem o valor de um determinado grupo familiar, mas qual o valor das práticas e subjetividades que se manifestam no cotidiano, norteiam e dão sentido à existência de uma dada família.

Vale salientar que não se está ignorando o peso do modelo econômico ocidental que submete grande parte da população mundial e nacional a condições de vulnerabilidade econômica. Mas refletindo sobre aspectos que envolvem a cultura dos grupos familiares e que ultrapassam essa primeira análise mais comumente realizada em relação às famílias periféricas. Independentemente de a configuração ou dinâmica familiar ter sido forjada em um contexto permeado de dificuldades financeiras, atuar em uma perspectiva garantidora de direitos humanos é considerar que esse modo de

vida, como todos os outros, resguarda valores, interesses, compreensões de mundo, conjunto de símbolos incorporados no comportamento e no cotidiano das pessoas.

Quando a família de Ana recusa, por exemplo, uma casa própria, ela está expressando mais do que a recusa propriamente dita, mas a dimensão criadora da subjetividade humana que não pode ser dispensada em prol daquilo que se compreende como um direito garantido, nesse caso o de moradia. A despeito da burocracia funcionar por meio de automatismos, desconsiderando as subjetividades humanas, quando se analisa o caso da recusa, surge e se sobressai o sentido profundo que esse grupo dá ao território e às relações que se estabelecem nele.

Quando a família, junto aos seus vizinhos, engendra um “rabicho de luz”, preserva sua autonomia criativa e dignidade humana, independentemente do assentimento do Estado. Nessa perspectiva analítica, é possível perceber que a família periférica não é simplesmente uma família pobre e submissa, mas um grupo que transborda suas peculiaridades e criatividade, desestabilizando a tentativa de ordem imposta pelo Estado.

Essa invenção, ou subversão, pode parecer para a maior parte da sociedade que reproduz o modelo hegemônico, a destruição de uma certa ordem social (WAGNER, 2010). Porém deve-se atentar para o fato de que antes de o Estado estar presente na vida desses sujeitos, a invenção já regia seu cotidiano, o que mostra que o contexto convencionalizado também abarca, apesar de toda a repressão, o relativismo. Por serem estilos de vida separados e distintos, o contexto da família de Ana é visto como irregular, impróprio, inaceitável para o contexto regido pelo Estado, que detém a força da lei e da ordem.

Partindo da perspectiva wagneriana, o fato é que “o modo de simbolização diferenciante provê o único regime ideológico capaz de lidar com a mudança”, mas, o que temos oferecido em termos de organização político-institucional é o “banimento intelectual da invenção e da relatividade da convenção em prol da ratificação de nosso próprio mundo convencional” (WAGNER, 2010, p. 234). Essa resistência não faz mudar a organização da vida em sociedade dos mais diferentes grupos, só faz com que a invenção criativa seja vista como subversiva e se expresse de maneira mais cautelosa, estratégica, para que não sejam seus inventores repreendidos pelo modo como vivem.

Portanto constata-se que a potência e criatividade humana (WAGNER, 2010) de Ana, Paulo, Milena e Vitor externalizada pelo modo como vivem, são ignorados ou

repreendidos, tanto por quem defende perspectivas universalistas a partir dos tratados internacionais, quanto por quem realiza a crítica a esse modelo tradicional de Direitos Humanos.

Ambas as teorias parecem não levar em conta os matizes culturais existentes na sociedade complexa, reduzindo o diálogo intercultural a discussões teóricas pautadas na polaridade entre Ocidente e Oriente. Ao dar ênfase a propostas de diálogos entre grupos que destoam de maneira mais nítida em termos culturais, perpetua-se a invisibilidade de atores sociais, como os das famílias periféricas, emudecidos por regimentos que não respeitam suas particularidades.

Nesse sentido, sem a pretensão de discorrer com profundidade sobre o tema a partir desse trabalho, parece ser necessário apontar um elemento central que precisa ser debatido com maior profundidade antes de se pensar sobre a construção de um diálogo intercultural sobre Direitos Humanos: a Cultura.

Retomando a perspectiva de Geertz, que realiza críticas a teorias homogeneizadoras sobre o comportamento humano, pode-se dizer que cultura é "uma ciência interpretativa à procura de significado" (GEERTZ, 1989, p. 4), ou ainda:

> Um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. É fora de dúvida que termos tais como "significado", "símbolo" e "concepção" exigem uma explicação. Mas é justamente aí que deve ocorrer o alargamento, o aprofundamento e a expansão. (GEERTZ, 1989, p. 66).

O que quer dizer que cultura emerge daquilo que é socialmente construído, das relações que se entrelaçam e que produzem "um sistema adequado de símbolos públicos" (GEERTZ, 1989, p. 59), que orientam determinados grupos a pensar, agir e se organizar de determinada maneira. Assim sendo, não há como ignorar ou negar o relativismo da cultura, já que seria o mesmo que negar a interpretação das culturas a partir delas mesmas, resultando naquilo que se tenta ultrapassar a partir da perspectiva crítica dos Direitos Humanos: o movimento da sociedade que gera um globalismo localizado, o universalismo que desconsidera determinado grupos e atores sociais.

Da mesma forma, o diálogo intercultural proposto a partir dos *topoi* de cada grupo (SANTOS, 1997) instiga um movimento de descarte dos significados que cada grupo humano atribui a suas práticas. Como seria possível escolher dentro dessa teia

de significados de uma dada cultura o fio que poderá ser rompido, que não fará falta ou que deverá ser “sacrificado” em prol daquilo que “a maioria” compreende como necessário para o bem comum?

Para alguns autores como Geertz e Vitor, a multiplicidade cultural não é o problema que desencadeia a fragmentação de lutas sociais, ou da incapacidade de garantir, em termos de políticas públicas, aquilo que os mais diversos grupos necessitam. Ao contrário, negar o multiculturalismo — para promover o multiculturalismo progressivo de Boaventura ou a interculturalidade de Herrera Flores — parece servir mais para o silenciamento das mais diversificadas vozes do que para estabelecer interconexões reais e profundas com os diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, parece ser necessário considerar que, antes de pensar em fazer algo que contemple e una os mais diversos grupos sociais — buscando pontos convergentes em cada cultura para que se possa construir tratados internacionais que, em tese, abarcariam os grupos historicamente excluídos — parece ser preciso apurar o olhar para a forma como culturas não ocidentais se organizam politicamente, podendo revelar outros modos de organização relevantes para o debate Intercultural e incitar pontos de vista desenraizados do nosso contexto convencional.

Segundo Clastres (2003), é possível pensar a partir das sociedades não ocidentais, que são consideradas arcaicas por não se organizarem a partir de um poder de Estado, mas, que se mostram consideravelmente atuantes na vida política, não permitindo uma dada concentração de poder que reverbere na fragilidade dos processos decisórios da coletividade e na inserção arbitrária de sistemas e organizações sociais que não contemplem a preservação daquilo que a maioria considera essencial e saudável para a reprodução da vida. Esses modos de organização são chamados pelo autor de “Sociedades contra o Estado”[46], cujo poder político opera por uma via não coercitiva, através de deliberações que contemplam a coletividade, justamente, por partir dela própria as reivindicações e resoluções. Portanto, nesse modelo de sociedade, a força se espalha por cada ator social, sem o uso de poderes de dominação e obediência.

Clastres (2003) nos mostra que existem formas não coercitivas de ação política, que a relação de poder não precisa estar necessariamente vinculada à

---

[46] É também o título de seu livro, o qual discorre sobre as pesquisas etnológicas que propiciaram tal análise. Vide Clastres (2003).

opressão de uma maioria, à violência e à hierarquia; que modos de organização que envolvem processos decisórios sobre os meios de produção e outras práticas cotidianas, de ordem política e econômica, podem ocorrer através de deliberações coletivas, apesar da existência de uma cúpula, que se coloca como mediadora de divergências ocorrentes nos processos decisórios.

Tais análises possibilitam não apenas pensar que talvez se possa encontrar meios de a “sociedade complexa” se organizar politicamente de forma não coercitiva, mas, também, em reconhecer que a “Sociedade contra o Estado”, até certo ponto, ocorre também nos contextos convencionalizados.

Apesar da existência de regras estatais, constata-se que Ana, seus filhos e marido realizam movimentos inventivos que subvertem a ordem, que limitam o controle do Estado, dando um “norte” para suas vidas a partir da realidade, e necessidade, que lhes é posta. Pois é fato que esse controle convencionalizado, regido por meio do Estado e suas instituições com suas normativas, com seu número restrito de operadores, com seus métodos coercitivos e suas limitações de ordem operacional — proveniente da própria “burocracia” governamental[47] — não é capaz de atender demandas de um conjunto de atores sociais que contemplam em seus modos de vida infinita diversidade e complexas necessidades.

Partindo da perspectiva de Clastres (2003), outorgar poder a uma instituição para que esta reja a vida social é delegar nas mãos de outros necessidades e interesses particulares — o que, analisando por entre a etnografia, parece ser um sistema que não está atingindo plenamente o objetivo de atendimento às necessidades e garantia de direitos sociais.

Como seria possível pensar em outros meios democráticos de construir e aplicar Direitos Humanos diferentes dos que já foram desenvolvidos na sociedade ocidental? Talvez a resposta possa estar nas práticas sociais que certos povos não ocidentais escolheram para se organizar coletivamente. Talvez tenhamos de redescobrir o espaço político, através do alargamento de nossas instituições, incluindo menos características convencionais (morais) e mais características não convencionalizadas (particulares), a começar por aceitar que “[...] as pessoas criam suas próprias realidades” (WAGNER, 2010, p. 89), independentemente de o Estado

---

[47] Termo utilizado a partir das considerações de Weber (1991).

permitir ou negar esse poder a elas. A resistência a tal aceitação impede que elas possam expressar sua criatividade e ampliá-la de modo a fazer ressoar por toda a sociedade sua força individual. Observar e compreender aquilo que se considera, à primeira vista, subversivo e passível de repreensão pelos órgãos públicos pode ser o elemento central para se chegar à compreensão da diversidade humana e pode ser parte significativa de uma mudança político-global.

Sem mais delongas, não se pretende aqui encontrar soluções para algo que demanda de imensuráveis aprofundamentos teóricos e práticos, mas, sobretudo, instigar a reflexão sobre a importância da aproximação, conhecimento e aceitação real das mais diversificadas culturas existentes na sociedade, não apenas na não ocidental, mas, também, no contexto da “sociedade complexa”.

E, no caso da família de Ana e de outras famílias periféricas, entende-se que o reconhecimento da criatividade e invenção enquanto qualidades salientes da cultura, são passos importantes que permitem a observação mais atenta sobre a necessidade de rever as próprias institucionalidades constituídas a partir de uma visão distante da realidade e que, sem a alteração desse modo de intervenção, continuará a causar incompatibilidades e violações de direitos entre os mais diferentes grupos.

Partindo da invenção de Wagner (2010), altera-se a visão hegemônica acerca desses grupos, sempre vistos apenas como necessitados, possibilitando promover um diálogo que, não necessariamente tenha como objetivo apenas saber como as famílias se mobilizam para construir suas próprias formas de inserção nos mais diversos ambientes sociais, mas especialmente que promova maior abertura às constantes inovações, que deveriam ser vistas enquanto caráter criativo inerente as relações humanas, que não se esgotam na engendração de um rabicho, ou na negação de uma casa, mas que revelam um movimento contínuo e inesgotável de possibilidades, exigindo do Estado um afrouxamento de suas estruturas para que, antes de reprimir o desconhecido, possa se debruçar sobre as já existentes e também novas maneiras de se viver. Apesar das diversas tentativas dos técnicos em “pôr um fim” no movimento da família de Ana, isso não é e nem será possível de se concretizar, pois o grupo sempre criará novas “formas”, “projetos”, “táticas” e “técnicas” de se mostrar, de se proteger, de reivindicar uma vida mais digna e de existir na sociedade.

Portanto a invenção, enquanto chave analítica, ultrapassa juízos de valor já sedimentados através dos discursos dos técnicos sobre a vida, a história e o futuro da família de Ana. Traz à luz a vivacidade, as estratégias e o protagonismo necessário

para viver sem, com e apesar das intervenções estatais. E é partindo dessa perspectiva que se pode pensar em forma criativas de contribuir para a qualidade de vida e garantia dos direitos desses sujeitos.

Nesse sentido, parece ser sensato que, antes de propor políticas sociais, realizar intervenções na vida de famílias periféricas, pensar em formular tratados universais de Direitos Humanos, sejamos antes conscientes do lugar de onde propomos, criamos e intervimos e do quão reduzida é a nossa perspectiva de mundo. para estabelecer um diálogo, por exemplo, entre família de Ana e instituições públicas, deve-se antes reconhecer a potência e criatividade desses grupos mais tencionados a se movimentar "contra" o Estado[48], para que se possa, a partir das demandas que emergem de suas vozes, propor alternativas. Porque é o movimento da sociedade contra o Estado que dá a oportunidade de rever as próprias institucionalidades solidificadas a partir de uma perspectiva ainda muito calcada no etnocentrismo.

Partindo dessa perspectiva, parece que não há outro modo de retirar os véus que encobrem outras verdades e protegem nossa pretenciosa e supervalorizada visão de mundo, sem "ir a campo", olhar de perto, demoradamente e dar voz aos atores sociais que sempre estiveram à margem dos processos decisórios.

Pode-se inferir, ainda, que, de maneira incipiente, o primeiro passo é compreender as culturas como elas são, para, em seguida, propor normativas, diálogos, dentre outros protocolos, se é que isso é possível e pertinente. Para tanto, há de início duas possibilidades, ambas, que circundam a relação Cultura e Natureza. A primeira, como demonstra Viveiros de Castro (1996), circunscrita a partir do multiculturalismo e, a segunda, a partir do multinaturalismo. Dito de outra forma, é a mudança da compreensão do ser humano não a partir do antropocentrismo, mas do *antropomorfismo*[49]. Por sua vez, essa transposição, denota para uma mudança acerca da existência humana, passando o ser humano de objeto da cultura, para o ser humano enquanto sujeito, delineado por múltiplas formas de estar no mundo.

Por fim, é pertinente salientar que essa prospecção aventa para um arcabouço complexo e que está para além da "alçada" desse trabalho, mas que se vislumbra como basilar para o avanço e/ou desenvolvimento de uma cultura dos

---

[48] No sentido de construir formas de vida que divergem das regras institucionalizadas.

[49] Para uma compreensão detalhada sobre essa relação entre antropocentrismo e antropomorfismo, vide Viveiros de Castro (1996).

Direitos Humanos. Em outras palavras, ainda que de maneira propositiva, aventa para a garantia e vivacidade dos seres humanos e, por conseguinte, para utilizar uma expressão e/ou “verbete” de Ingold (2015), suas formas de habitar o mundo. Portanto, salvaguardando suas particularidades e singularidades, o que pode ser designado como gênese para os direitos e dignidade humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, ao longo deste trabalho, problematizar as relações que se estabelecem entre família e Estado, a partir das práticas interventivas das políticas públicas implementadas, nesse caso, a nível municipal.

Percebeu-se, ao longo do desenvolvimento do trabalho, que ocorrem sucessivas violações de direitos, perpetuando-se a repressão histórica por parte dos agentes do Estado sobre o modo de vida de famílias que não convergem com o conceito idealizado de família burguesa.

Para além da constatação das violações que se repetem ao longo da história, buscou-se realizar uma outra interpretação da família, analisando seu cotidiano sob uma perspectiva wagneriana, ou seja, enquanto expressão da criatividade original e encarnada na existência humana. Desse modo, foi possível ver a construção da vida a partir do arcabouço relacional entre o contexto convencionalizado, que, nesse caso, são as instituições públicas, e o contexto não convencional, em que a família de Ana vive — o que revela interações que ultrapassam a perspectiva tradicional, entre dominados e dominantes, e expressa movimentos criativos e subversivos do grupo familiar em relação ao Estado.

Percebeu-se a partir desse outro prisma de análise que, apesar de a família sofrer as consequências de estar em um contexto mais desfavorecido no campo social, isso não significa que ela não produza seus próprios mecanismos de resistência à preservação de sua cultura, suas estratégias de fuga e reivindicação de serviços nos espaços institucionais, criando possibilidades de autonomia sobre sua existência.

Partindo do pressuposto de que “a comunicação e a expressão só são possíveis na medida em que as partes envolvidas compartilham e compreendem esses contextos e suas articulações” (WAGNER, 2010, p 78), conclui-se dessas reflexões que só será possível garantir direitos sociais e construir uma teoria de Direitos Humanos verdadeiramente inclusiva e emancipatória, se os contextos convencionais das instituições já sedimentadas na sociedade realizarem movimentos para compartilhar associações derivadas de seus contextos, estendendo e recriando o contexto convencional a partir da proximidade e interação com as múltiplas existências.

Não se tem a pretensão de deixar de reconhecer que as brechas que abrimos em termos de democracia representativa são importantes para dar visibilidade a determinados grupos historicamente excluídos. Ademais, compreende-se que políticas tem de seguir certas categorias universalizadoras, já que, nas sociedades complexas, necessitamos de estruturas político-administrativas pautadas por um complexo conjunto de leis, protocolos, diretrizes, para que se regimente a vida em sociedade. O que se propôs nessas reflexões foi reforçar a importância de estimular o debate para pensar nas limitações e insuficiências em termos de políticas sociais e consolidação de Direitos Humanos, quando se está interessado em propor algo a partir da diversidade cultural.

As práticas institucionais não se mostram capazes de atender às demandas da família e os Direitos Humanos permanecem na abstração, não sendo refletidos seus modelos e premissas, nem no que concerne à representação das mais diversas culturas existentes nos espaços sociais, nem na materialização das políticas públicas.

O que parece o ocorrer é que, negando o multiculturalismo, não há representatividade da pluralidade e não se viabilizam demandas que se expressam nas subjetividades.

Talvez possamos implementar política pública e construir Direitos Humanos a partir de movimentos que expressem maior respeito à pluralidade, considerando as diferentes perspectivas dos atores sociais, indo a campo e aprendendo sobre suas culturas. E esse movimento de interconexão necessário deve ocorrer de maneira dinâmica e permanente para acompanhar as constantes transformações sociais, para que as categorias convencionalizadas se entrelacem com o rol de necessidades que precisam ser atendidas e de potencialidades humanas que devem ser consideradas para se pensar políticas públicas.

Em suma, deve-se superar a concepção de Direitos Humanos fundamentada epistemologicamente na razão moderna, reconhecendo o sujeito coletivo, a diferença, a desigualdade e as contradições inerentes à essência humana. Ao mudarmos nossa percepção e atitude frente ao multiculturalismo, poderemos impactar beneficamente os mais diversificados contextos sociais, produzir direitos e garantir dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** 2014. Disponível em: http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10. Acesso em: 11 out. 2020.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Criança irregular, família desestruturada. **Repositório FGV de Periódicos e Revistas.** Fórum Educacional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, 1989, p. 104-109. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/download/61040/59260. Acesso em: 10 jan. 2020.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e direitos humanos. *In:* Colóquio ética e direitos humanos do encontro nacional de pesquisadores em serviço social. Rio de Janeiro, 2010.

BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, n. 7, p. 205-245, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100010. Acesso em 10 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União,** Senado Federal. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistencia e protecção a menores. Rio de Janeiro, 17 nov. 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. 13 jul. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (SUS). 19 set. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL; Ministério da Cidadania. **Assistência Social.** 23 set. 2019. Disponível em: http://antigo.cidadania.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-social/desenvolvimento-social/assistencia-social#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20BPC,de%20serem%20sustentados%20pela%20fam%C3%ADlia. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria n° 948/2007. **Diário Oficial da União,** Brasília, 9 out. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/48081. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).** Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: Ministério da Educação, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159. Acesso em: 10 jan. 2020.

CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos:** da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo americano. **Mana.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1996, p. 115-144. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 10 jan. 2020.

CELESC. **Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária de Distribuição.** 2019. Disponível: https://www.celesc.com.br/arquivos/normas-tecnicas/padrao-entrada/N3210001-Fornecimento-Energia-Eletrica-Tensao-Secundaria.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado:** pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. Republicação: São Paulo, Cosac Naify, 2003.

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying, como combatê-lo:** prevenir e enfrentar a violência entre jovens. Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator,** Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51 a 67, nov. 2013. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1226. Acesso em: 11 out. 2020.

COSTA, Rosalina. Rituais familiares: práticas e representações sociais na construção da família contemporânea. **Sociologia.** Porto, v. 28, 2014, p. 81-102.2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192014000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2020.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional:** Antropologia. Rio de Janeiro, n. 27, p. 1-12, 1978. Disponível em: http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_27.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

DE MARTINO, M. S. Políticas sociales y família: estado de bienestar y neoliberalismo familiarista. **Revista Fronteras,** Montevidéu, n. 4, 2001, p. 103-144.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Famílias de Crianças e Adolescentes abrigados em São Paulo: Uma aproximação a quem são, como vivem, o que pensam e o que desejam. *In:* FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. **Família de crianças e adolescentes abrigados:** Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cad. CRH.** v. 23, n. 58, 2010, p. 59-73. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a05.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
FLORES, Herrera Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
FLORES, Herrera Joaquín. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. **Sequência:** Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis, 2002, p. 9-30. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15330. Acesso em: 10 jan. 2020.
FLORES, Herrera Joaquín. **Los Derechos Humanos como Produtos Culturales.** Crítica del Humanismo abstrato. Madri: Catarata, 2005.
FONSECA, Claudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **Bib,** n. 27, 1989.
FONSECA, Claudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. *In:* RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Família em processos contemporâneos:** inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.
FONSECA, Claudia. **Família**, **fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saude soc.** São Paulo, v. 14, n. 2, 2005, p. 50-59. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2020.
FONSECA, Claudia. Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros. **Psicol. USP**, 2002, v.13, n. 2, p. 49-68. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200005. Acesso em: 11 out. 2020.
FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu,** Campinas, v. 26, 2006, p. 11-43. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332006000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2020.
FONSECA, Claudia. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos,** v. 5, n. 10, 1999, p. 83-122. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
FONSECA, Claudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Rev. Estud. Fem.**, v.16, n.3, 2008, p. 769-783. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2020.
FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. *In:* ALTHOFF, C.; ELSEN, I.; NITSCHKE, R. (org.). **Pesquisando a família:** olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-livro, 2002, p. 55-68.
FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 17. ed. São Paulo: Graal, 2006.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Paz & Terra, 2018.
FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2017.
GALLARDO, Hélio. **Teoria Crítica.** Matriz e Possibilidade de Direitos Humanos. São Paulo: Unesp, 2014.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.
GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
GOLDMAN, Marcio. O fim da antropologia. **Novos estudos** – CEBRAP. São Paulo, n. 89, 2011, p. 195-211. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100012. Acesso em: 10 jan. 2020.
INGOLD, Tim. **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. São Paulo: Vozes, 2015.
KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território de sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista,** Londrina, v.16, n. 1, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v16n1p30. Acesso em: 10 jan. 2020.
KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis:** o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
LEANDRO, Cláudio Leite. **Artistas de Salvador (BA) e de São Paulo (SP):** Entrecruzando deficiência à arte da performance. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP/IFCH/PPGCS, 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp. br/jspui/handle/REPOSIP/335533. Acesso em 10 jan. 2020.
LIMA, Cezar Bueno; SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Direitos Humanos e Política Social: Instrumentos sócio jurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. **Revista de Filosofia Aurora.** Curitiba, v. 28, 2016. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/aurora.28.043.DS08. Acesso em: 10 jan. 2020.
MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** ANPOCS. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002, p. 11-29. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos,** v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2020.
MIOTO, Regina Célia Tamaso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas.** São Luiz, 2004, p. 133-143. Disponível: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3756. Acesso em 10 jan. 2020.
MIOTO, Regina Célia Tamaso; Regina Célia Tamaso. Perícia social: proposta de um percurso operativo. **Serviço Social e Sociedade,** n. 67. 2001.
MIOTO, Regina Célia Tamaso; SILVA, Maria Jacinta da; SILVA, Selma Maria Muniz Marques da. A relevância da família no atual contexto das políticas públicas brasileiras: a política de assistência social e a 87 política antidrogas. **Revista de Políticas Públicas.** São Luiz, v. 11, n. 2, 2007, p. 197- 220. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/3821/1950. Acesso em: 10 jan. 2020.

MOURA, Tatiana Whately de; CUSTÓDIO, Rosier Batista; SILVA, Fábio de Sá e; CASTRO, André Luis Machado de. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil.** 1. ed. Brasília: Edição dos Autores, 2013. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/mapa_da_defensoria_publica_no_brasil_impresso_.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

OLIVEIRA, Bruno José Cruz. Políticas Sociais, Neoliberalismo e Direitos Humanos no Brasil. **Revista Educere et Educere**. v. 5, n. 9, p. 175-183, 2010. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/3478. Acesso em: 10 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).** Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, 10 dez [1948] 2009. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/. Acesso em: 10 jan. 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v.20, n.42, 2014, p. 377-391. Disponível em: Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015. Acesso em: 10 jan. 2020.

RAPP, R. Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology. *In:* THORN, B; YALOM, M. (org.). **Rethinking the family:** some feminist questions. Boston: Northeastern University Press, 1992. p. 49-70.

RIZZINI, Irene *et al.* **A arte de Governar Crianças:** A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene *et al*. **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem:** A educação dos meninos desvalidos na Amazónia Imperial. 2004. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=18749&co_midia=2. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTA CATARINA. **Lei n° 17.143, de 15 de maio de 2017.** Dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143_2017_lei.html. Acesso em: 11 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova.** São Paulo, n. 39, 1997, p. 105-124. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 91, 1994, p. 46-53. Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/746.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, Russel Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 73, 1990, 38-47. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1095. Acesso em: 10 jan. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteração e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006, p. 207-236. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008. Acesso em: 10 jan. 2020.

SENADO FEDERAL. Realidade brasileira sobre adoção. **Revista Em Discussão,** v. 4, n. 15, maio 2013. Disponível em: https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao.aspx. Acesso em: 11 out. 2020.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000100012. Acesso em: 8 out. 2020.

TEIXEIRA, Joana D'Arc. **Do perigo ao risco: a gestão e o controle da juventude no sistema socioeducativo de São Paulo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

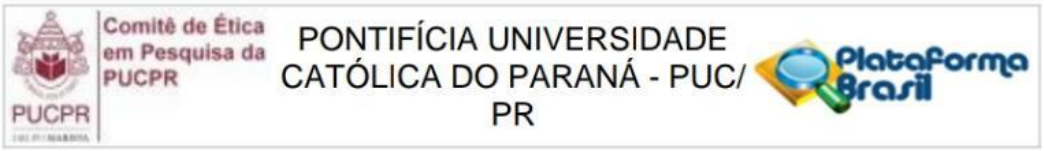
VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In:* VELHO, G. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. Disponível em: https://www.academia.edu/36342668/VELHO_Gilberto._Observando_o_familiar_Cap9_em_Individualismo_e_cultura_. Acesso em: 10 jan. 2020.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. *In:* MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (org.). **Familismo:** Direitos e Cidadania contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 45-94.

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EXPLORANDO PROCESSOS E NARRATIVAS: O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DAS FAMÍLIAS

Pesquisador: Juciméri Isolda Silveira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 02436918.8.0000.0020

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Parana - PUCPR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.327.769

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa buscará apreender prioritariamente, através das aproximações que serão realizadas, a realidade das famílias que sofreram processo de perda ou suspensão do poder familiar. Pretende-se captar os significados atribuídos, pelos técnicos e pelas famílias, à essa relação dinâmica mediada pelas instituições. Para tal pesquisa, pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas com as famílias cujo os filhos foram acolhidos e que posteriormente conseguiram reaver a guarda dos mesmos. Também será realizada análise documental dos processos dessas mesmas famílias, com o propósito de apreender as percepções dos técnicos que interviram no processo do restabelecimento dos vínculos familiares e reintegração familiar. O projeto tem como objetivo central investigar a efetividade das instituições públicas que intervém na realidade das famílias que sofrem processo de perda ou suspensão do poder familiar, considerando os direitos humanos de crianças, adolescentes e as responsabilidades cooperadas do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente na promoção de políticas públicas, além de repensar as práticas institucionais e padrões de atendimentos que se percebam viciosos e ineficazes, contribuindo para a realização de um processo reflexivo acerca da efetividade da garantia de direitos, principalmente à convivência familiar e comunitária às crianças, aos adolescentes e às suas famílias.

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155
Bairro: Prado Velho **CEP:** 80.215-901
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3271-2103 **Fax:** (41)3271-2103 **E-mail:** nep@pucpr.br

ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 2

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a efetividade das instituições públicas que intervém na realidade das famílias que sofrem processo de perda ou suspensão do poder familiar, considerando os direitos humanos de crianças, adolescentes e as responsabilidades cooperadas do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente na promoção de políticas públicas.

Objetivo Secundário:

a) Analisar o papel do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, a partir da crítica ao histórico de negação de direitos e da fragilidade das políticas públicas no sistema de proteção social brasileiro;

b) Perquirir sobre os entraves em termos de cumprimento do princípio da brevidade nos acolhimentos institucionais, a partir das percepções dos sujeitos de pesquisa e da análise dos discursos nos processos judiciais;

c) Perquirir sobre possibilidades de trabalhar as questões familiares evitando o acolhimento.

d) Refletir sobre medidas alternativas ao acolhimento institucional e melhorias para a promoção da reinserção familiar, quando se entende que o acolhimento é a única alternativa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios previstos e minimizados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante com objetivos claros

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados a Plataforma Brasil todos os termos de apresentação obrigatória

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa está aprovada

ANEXO C – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 3

Considerações Finais a critério do CEP:

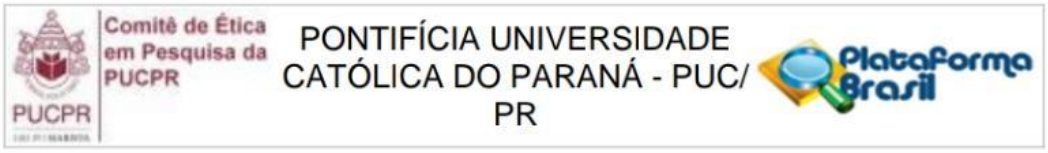
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1216904.pdf	07/05/2019 09:06:32		Aceito
Outros	TCUD.pdf	17/04/2019 15:39:43	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
Folha de Rosto	F.pdf	31/03/2019 20:02:45	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
Outros	TERMOIN.docx	25/02/2019 11:17:32	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCLE.docx	25/02/2019 11:14:04	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA.docx	25/02/2019 11:12:37	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEE.docx	25/02/2019 11:10:44	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ.docx	25/02/2019 11:09:21	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
Outros	anexo_juiz.pdf	02/11/2018 23:36:38	Juciméri Isolda Silveira	Aceito
Outros	Anexo_chefia.pdf	02/11/2018 23:36:13	Juciméri Isolda Silveira	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

ANEXO D – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP 4



Continuação do Parecer: 3.327.769

CURITIBA, 15 de Maio de 2019

Assinado por:
NAIM AKEL FILHO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155
Bairro: Prado Velho **CEP:** 80.215-901
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3271-2103 **Fax:** (41)3271-2103 **E-mail:** nep@pucpr.br